

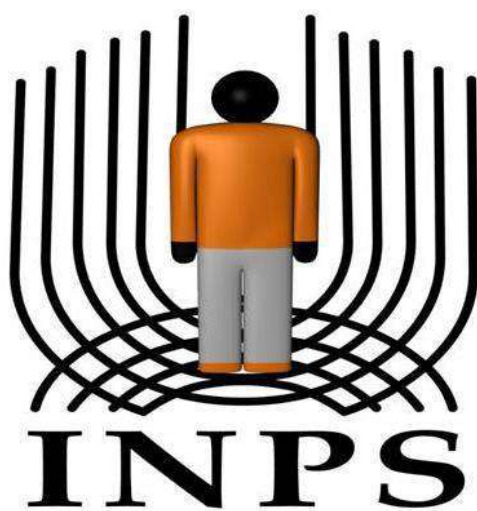


Instituto Nacional de Previdência Social

A Vida Toda

RELATÓRIO E CONTAS 2019





INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

Av. Amílcar Cabral 55, Plateau

CP 372 – Praia/Santiago

www.inps.cv

Tel.: 260 91 00

Fax: 261 32 66



Índice

MENSAGEM DA COMISSÃO EXECUTIVA.....	i
ORGÃOS SOCIAIS	iii
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO INPS	iv
SIGLAS E ABREVIATURAS	vi
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019	0
I. SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL	1
II. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	2
1. Missão, Visão, Princípios e Valores	2
2. Política de Gestão de Qualidade.....	2
3. Atribuições e Competências	3
4. Objetivos Estratégicos e Programas de Desenvolvimento do INPS	4
III. ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE	5
1. Enquadramento económico	5
2. Enquadramento Demográfico	6
3. Enquadramento ao Contexto do Mercado Laboral.....	8
IV. A PROTEÇÃO SOCIAL OBRIGATÓRIA EM NÚMEROS	10
V. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2019	11
VI. PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO INPS	13
A. ÁREA ESTRATÉGICA DE CAPITAL HUMANO	14
1. Melhoria na Gestão das Prestações	14
1.1. População Abrangida pela Proteção Social Obrigatória	14
1.2. Gestão das Prestações Sociais em 2019.....	15
1.2.1. Doença e Maternidade	16
1.2.1.1. Prestações Pecuniárias	16
1.2.1.2. Prestações em Espécie	17
1.2.2. Prestações diferidas – Pensões.....	22
1.2.3. Abono de Família e Prestações Complementares	26
1.2.4. Subsídio de Desemprego	27
2. Melhoria na Gestão do Cadastro e das Contribuições	28
2.1. Contribuições registadas	28
2.2. Contribuintes Ativos	29
2.3. Segurados ativos	30
2.4. Beneficiários inscritos.....	32

2.5.	Cobrança e Recuperação de Dividas Contributivas	34
3.	Promoção da Legalidade Contributiva e Prestacional	35
3.1.	Fiscalização e Controlo	35
3.2.	Atividades Jurídicas	37
4.	Promoção da Sustentabilidade do Sistema.....	38
4.1.	Extensão da Cobertura – Plano de Contingência para a Extensão da Cobertura.....	38
4.2.	Sustentabilidade do Sistema	40
4.2.1.	Dados Estatísticos	40
4.2.2.	Estudo dos Maritimos	41
4.2.3.	Outras Atividades.....	41
B.	ÁREA ESTRATÉGICA REFORMAS ECONÓMICAS E ESTRUTURAIS	44
5.	Melhoria na Qualidade dos Serviços Prestados	44
5.1.	Qualidade do Atendimento	44
5.2.	Qualidade de Serviços Prestados.....	45
5.3.	Melhoria do Cumprimento das Normas e Procedimentos	46
6.	Melhoria da Comunicação e Imagem institucional	48
6.1.	Plano Estratégico de Comunicação – PEC 2017/2018.....	48
6.2.	Extensão da Cobertura.....	48
6.3.	Lançamento do Portal	48
6.4.	Redes Sociais	49
6.5.	Organização de Eventos institucionais.....	49
6.6.	Responsabilidade Social	50
7.	Melhoria na Gestão de Ativos Imobilizados e Financeiros.....	50
C.	ÁREA ESTRATÉGICA APOSTA NA INOVAÇÃO E NO CONHECIMENTO	52
8.	Consolidação do Sistema de Informação	52
8.1.	Garantia da operacionalidade e da segurança dos sistemas de informação e das infraestruturas tecnológicas.	52
8.1.1.	Instrumentos de Governança e Gestão do SI.....	52
8.1.2.	Eficiência do Sistema de Informação	52
8.1.3.	Gestão de Contratos / Licenças.....	53
8.1.3.1.	Contrato NOSI.....	53
8.1.3.2.	LT2	54
8.1.3.3.	Incentea	54
8.1.4.	Segurança do Sistema de Informação	54
8.2.	Promoção da inovação e da modernização administrativa.....	54

8.2.1.	Desenvolvimento de Soluções	54
8.2.1.1.	Portal	54
8.2.1.2.	Conta Corrente	55
8.2.1.3.	Gestão de Prestação	55
8.2.1.4.	Pedidos Ad hoc	56
8.2.2.	Plataforma de Integração	56
D.	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	57
9.	Programa Melhoria na Gestão de Tesouraria e da Qualidade de Informação Financeira ...	57
10.	Boa Gestão dos Recursos Humanos	58
11.	Gestão Administrativa e Logística do INPS	61
VII.	SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO DO PAO 2019	64
1.	Resultados globais do processo de seguimento e Avaliação	64
2.	Mapa de Seguimento e Avaliação	65
	RELATÓRIO DE CONTAS 2019	67
VIII.	ANÁLISE ECONÓMICA FINANCEIRA DO EXERCÍCIO	69
1.	Resultados	69
1.1.	Proveitos e Ganhos	69
1.2.	Custos e Perdas	70
2.	Balanço e Estrutura patrimonial	71
3.	Ativos Financeiros	72
3.1.	Os Rendimentos Financeiros	73
3.1.1.	Obrigações do Tesouro (OT)	73
3.1.2.	Depósitos bancários	73
3.1.3.	As Participações sociais	74
3.1.4.	Obrigações de empresas	74
3.2.	Financiamento CECV	74
4.	Execução Orçamental	74
	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	76
	BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018	77
	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	78
	MAPA DE ORIGEM E APLICAÇÕES DE FUNDOS	79
	ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	80

Índice de Quadros

Quadro 1 - Indicadores Macroeconómicos Seleccionados, 2017-2020	6
Quadro 2 - População de Cabo Verde por ano e por Ilha, 2017-2019	7
Quadro 3 - Indicadores Demográficos, 2015-2019	7
Quadro 4 - Indicadores do mercado de trabalho, 2015-2019	9
Quadro 5 - Indicadores da população empregada (%), 2016 - 2019	9
Quadro 6 - Indicadores do Sistema de Segurança Social, 2017-2019	10
Quadro 7 - O PAO 2019 do INPS enquadrado no PEDS 2017-2021	13
Quadro 8 - Número de Beneficiários Inscritos no INPS por categoria, 2017-2019	14
Quadro 9 - Despesas com as Prestações Sociais (mil ECV), 2017-2019	15
Quadro 10 - Prestações do Ramo Doença e Maternidade (mil ECV), 2017-2019	16
Quadro 11 - Prestações em Espécies com a AMM (mil ECV), 2017-2019	18
Quadro 12 - Evacuações Internas por ilha de Origem, 2017-2019	20
Quadro 13 - Regressos e óbitos dos evacuados para o exterior, 2017-2019	22
Quadro 14 - Pensões pagas por tipo de eventualidade (mil ECV), 2017-2019	23
Quadro 15 - Número de Pensionistas por categoria, 2017-2019	23
Quadro 16 - Número de Pensionistas por tipo, segundo o Regime, 2019	24
Quadro 17 - Pensões pagas por tipo de eventualidade	25
Quadro 18 - Avaliações de Incapacidades efetuadas, segundo o centro de CVI, 2019	25
Quadro 19 - Despesas em Abono de Família e Prestações Complementares (mil ECV)	26
Quadro 20 - Beneficiários de Abonos de Família e Prestações Complementares, 2017-2019	27
Quadro 21 - Subsídio de Desemprego (mil ECV), 2018-2019	27
Quadro 22 - Contribuições Declaradas e Cobradas (mil ECV), 2017-2019	28
Quadro 23 - Contribuintes ativos por Regime, 2017-2019	30
Quadro 24 - Segurados Ativos por Regime, 2017-2019	31
Quadro 25 - Segurados Ativos por ilha de residência, 2017-2019	32
Quadro 26 - Beneficiários Inscritos no INPS por regime e tipo, 2017-2019	33
Quadro 27 - Dinâmica da Dívida ao INPS (valores em milhões de ECV), 2015-2019	34
Quadro 28 - Acordos Assinados e Títulos Executivos, (valores em milhões de ECV)	35
Quadro 29 - Visitas de Fiscalização por Ilha, 2017-2019	36
Quadro 30 - Processos de Contraordenação, 2017-2019	37
Quadro 31 - Infrações Notificadas, 2017 - 2019	37
Quadro 32 - Avaliação global da Campanha de Terreno para a Extensão, Outubro-Dezembro 2019	40
Quadro 33 - Número de Atendimentos feitos pelas DUPS, 2017-2019	45
Quadro 34 - Número colaboradores INPS por sexo, 2017-2019	58
Quadro 35 - Despesas com Pessoal (mil ECV), 2017-2019	60
Quadro 36 - Despesas em Melhoria na Gestão dos Imóveis (ECV), 2019	61
Quadro 37 - Gestão de Contratos em 2019	63
Quadro 38 - Custos globais - Despesas de Funcionamento (mil ECV), 2017-2019	63
Quadro 39 - Seguimento e Avaliação - Resultados Globais 2019	64
Quadro 40 - Seguimento e Avaliação dos Projetos do PAO 2019	65

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Taxa de Crescimento do PIB (real), 2000-2019	5
Gráfico 2 - Indicadores demográficos, 2015 - 2019.....	8
Gráfico 3 - Pirâmide das idades de Cabo Verde – 2019 (Projeções do INE).....	8
Gráfico 4 - Beneficiários Inscritos no INPS por categoria, 2019	14
Gráfico 5 - Abrangência do Sistema de Segurança Social, 2016 - 2019.....	15
Gráfico 6 - Estrutura e Variações das Prestações do Ramo DM.....	16
Gráfico 7 - Estrutura das despesas em AMM, 2019	18
Gráfico 8 - Evacuações Sanitárias, 2017-2019.....	19
Gráfico 9 - Origens das Evacuações Internas, 2019	20
Gráfico 10 - Origens das Máximas Urgências, 2019	20
Gráfico 11 - Topo 10 Especialidades Evacuações Internas, 2019	21
Gráfico 12 - Proveniência Evacuados Externos	21
Gráfico 13 - Regressos e óbitos dos Evacuados	21
Gráfico 14 - Especialidades Médicas dos Evacuados para o Exterior, 2019.....	22
Gráfico 15 - Estrutura e variações anuais das pensões pagas por tipo de pensionistas, 2019	22
Gráfico 16 - Estrutura e Variações Anuais dos Pensionistas do INPS por tipo de risco, 2019	23
Gráfico 17 - Natureza das Incapacidades Avaliadas, 2019	25
Gráfico 18 - Estrutura dos pagamentos em AFPC tipo de prestação, 2019.....	26
Gráfico 19 - Cessações e Suspensões do Subsídio de Desemprego por ilha, 2019	27
Gráfico 20 - Contribuições Declaradas e Cobradas (mil ECV), 2017-2019.....	29
Gráfico 21 - Empresas Contribuintes por Regime	29
Gráfico 22 - Contribuintes Individuais por Regime	29
Gráfico 23 - Estrutura e Variações Anuais dos Segurados por Regime, 2019.....	30
Gráfico 24 - Segurados por Sexo, Regime e Ilha, 2019.....	31
Gráfico 25 - Estrutura e Variações Anuais do número de Inscritos no INPS.....	32
Gráfico 26 - Dívida Tratada e Valor Recuperado	35
Gráfico 27 - Fiscalizações por Ilha e Regimes, 2019	36
Gráfico 28 - Estado dos Processos de Contraordenação, 2019	36
Gráfico 29 - Estrutura das infrações, 2019.....	37
Gráfico 30 - Estrutura dos serviços de atendimento prestados pelo INPS por tipo e Região, 2019....	44
Gráfico 31 - Estado de renovação do parque tecnológico do INPS	53
Gráfico 32 - Colaboradores do INPS por ilha, 2019	58
Gráfico 33 - Estrutura Etária dos Trabalhadores do INPS, 2019.....	59
Gráfico 34 - Estrutura do quadro do pessoal do INPS por habilitações literárias, 2019.....	59
Gráfico 35 - Colaboradores do INPS por sexo, segundo o tempo de serviço – 2018.....	59

MENSAGEM DA COMISSÃO EXECUTIVA

Estimados Contribuintes e Segurados

Caros Colaboradores

A população de Cabo Verde continua a tendência crescente, sendo que em 2019 o total da população residente, segundo as projeções demográficas feitas pelo INE, foi de 550.483, registando um aumento de 1,2%, o que em termos absolutos corresponde a um aumento de 6.402 habitantes face ao ano de 2018. A população empregada, no ano de 2019 foi estimada em 206.344 pessoas, verificando um acréscimo de 11.344 trabalhadores quando comparado com o ano transato.

Em consonância com o crescimento da população, a cobertura nacional de Segurança Social cresceu na ordem dos 5,2%, superior ao da população residente, tendo passado de 238.965 para 251.344 pessoas, mais 12.379 explicado sobretudo pelo crescimento das inscrições de Segurados na ordem dos 7,4% evidenciando um aumento de inscrição de 7.213 novos trabalhadores. Em consequência a taxa de cobertura da população empregada do exercício atingiu 51%.

Em termos organizacionais, visando por um lado aumentar a eficiência na gestão dos processos a nível operacional condizentes com a missão do INPS, e por outro na transformação digital, foi lançado o Portal INPS (www.inps.cv), plataforma digital moderna, dinâmica, de fácil acesso, inclusivo e adaptável a qualquer dispositivo móvel, como forma de dar maior visibilidade ao acesso e melhoria na prestação dos Serviços de Segurança Social. De destacar a implementação do serviço de entrega e pagamento *online* das Declarações de Folhas de Ordenado e Salário que permite reduzir o tratamento de 10 a 15 dias para o imediato. A plataforma permite ainda a diversificação dos meios de pagamento podendo ser através de Cartão Vinti4, QRCode, Multibanco, ATM, POS e ainda através de futuros provedores.

Entrou em funcionamento o balcão de atendimento do Município de Santa Catarina de Fogo em associação com a Casa do Cidadão e lançou-se o concurso para a elaboração do projeto

da sede da Unidade de Previdência Social da ilha do Sal. Foi ainda afetado um novo espaço, totalmente renovado para as instalações na Cidade de Santa Maria.

Em matéria de reforço dos mecanismos de controlo interno, foram definidos e implementados os princípios que assegurem a prossecução das medidas de políticas de Gestão de Risco do INPS em cumprimento com os objectivos estabelecidos, e que norteiam a prossecução do interesse público, a segregação de funções, homogeneidade, transparência, justiça, imparcialidade, boa-fé e boa administração

Com o objetivo de reforçar a total transparência, justiça nos processos que regulam a aquisição pública, foi criada a Unidade de Gestão de Aquisições, UGA-INPS, e em cumprimento com as normas estabelecidas pelo Código de Contratação Pública, aprovadas pela Lei n.º 88/VIII/2015 de 14 de abril.

Ainda em matéria de adequação do normativo relacionado com as condições de atribuição das prestações, o Governo atualizou algumas medidas de acesso proporcionando maior equidade no tratamento e maior transparência.

Em termos de gestão dos ativos, a carteira do INPS viu-se reforçada com uma primeira desterritorialização e fortalecida a posição na CVT, tendo a carteira de investimentos atingido os 81.920 milhões de ECV, capitalizando-se em 20%.

O empenho, a dedicação e a competência de todos os Colaboradores constituíram os fatores determinantes de crescimento e de melhoria da Qualidade do INPS, facto pelo qual expressamos aqui o nosso apreço e reconhecimento.

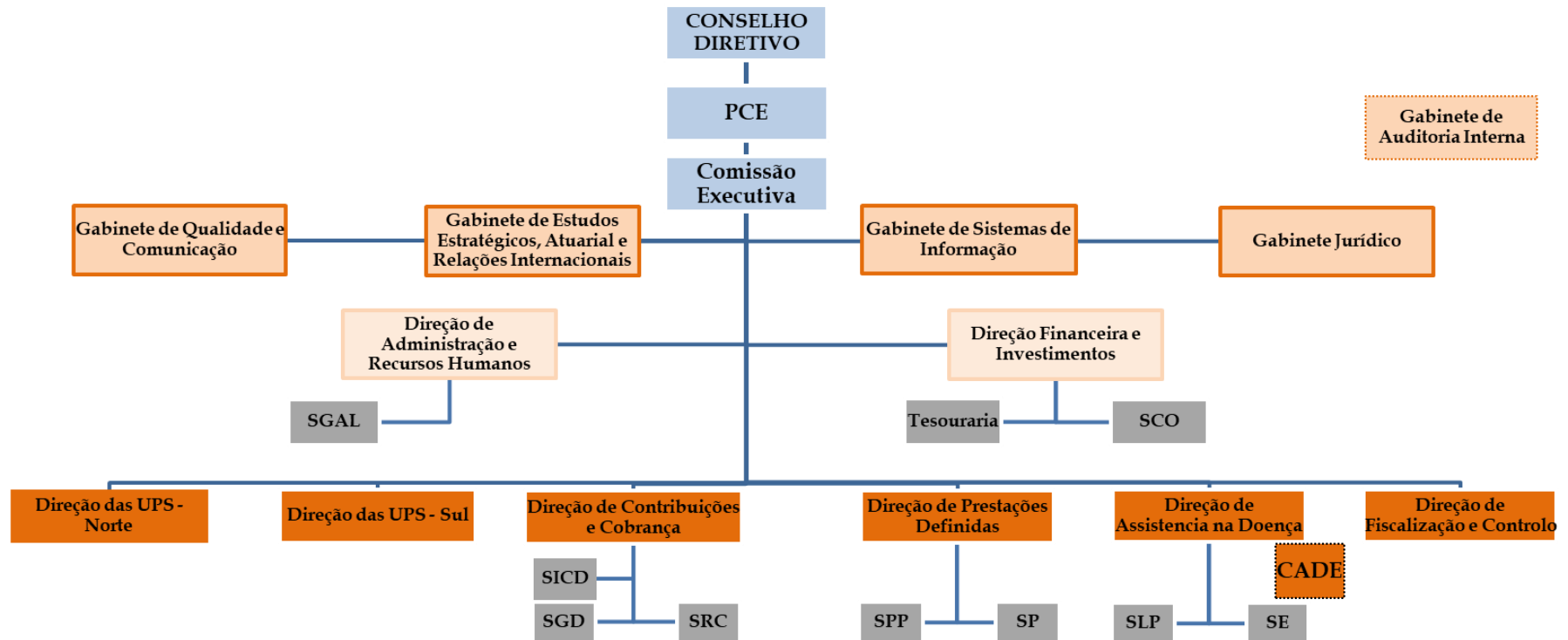
O INPS continuará empenhado em criar condições técnicas, organizacionais e humanas necessárias para a melhoria continua do seu funcionamento e a Extensão da Proteção Social.

A Comissão Executiva

ORGÃOS SOCIAIS

Conselho Diretivo	
Presidente	Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira
Representante do Departamento Governamental responsável pela Saúde	Artur Jorge Correia
Representante do Ministério da Saúde	Júlio Barros Andrade
Representante do Ministério das Finanças	Hernâni Trigueiros
Representante da Administração Pública	Mafaldo de Jesus de Carvalho
Representante dos Trabalhadores (UNTCCS)	Joaquina Almeida
Representante dos Trabalhadores (CCSL)	José Manuel Vaz
Representante do Conselho Superior das Câmaras de Comércio	Eugénio Pinto Inocêncio
Comissão Executiva	
Presidente	Orlanda Maria Duarte Santos Ferreira
Administradora Executiva	Helena Maria Borges da Silva Mendonça
Administradora Executiva	Armandina Lima do Rosário
Serviço de Auditoria Interna	
Auditor Interno	Antónia Maria Resende Cardoso
Órgãos Especializados de Gestão	
Direção de Contribuições e Cobrança	Marcelino Fonseca Coelho Monteiro
Direção de Prestações Diferidas	Maria José Vera-Cruz
Direção de Assistência na Doença	Marco A. Da Silva Aguiar
Direção Financeira e de Investimentos	N´dira Calídia Santos Pereira
Direção das Unidades da Previdência Social - Região Norte	Benedita Monteiro Cabral
Direção das Unidades da Previdência Social – Região Sul	Isabel Aurora Silva Santos Vieira
Direção de Administração e Recursos Humanos	Sarah Aline Silva B. Fonseca
Direção de Fiscalização e Controlo	Nelson Faria da Conceição
Gabinete de Estudos Estratégicos, Atuariais e Relações Internacionais	Frederic dos Santos
Gabinete Jurídico	Suellen Patrícia Bettencourt Rodeia
Gabinete de Qualidade e Comunicação	Sandra Katiza Silva Sanches
Gabinete de Sistemas de Informação	Anilton Brandão

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO INPS



LEGENDA:

Direção de Administração e de Recursos Humanos: Diretora Helena Sousa

- *SGAL – Seção Gestão Administrativa e de Logística*

Direção Financeira e de Investimentos: Dir. N'dira Calidia Santos Pereira

- *SCO – Seção Contabilidade e Orçamento*
- *Tesouraria*

Direção de Contribuições e Cobrança: Dir. Marcelino Monteiro

- *SICD – Seção de Inscrição, Cadastro e Direitos*
- *SRC – Seção de Registos e Cobrança*
- *SGD – Seção de Gestão de Dívidas*

Direção de Prestações Definidas: Dir. Maria José Vera Cruz

- *SP – Seção de Pensões*
- *SPP – Seção de Prestações Pecuniárias*

Direção de Assistência na Doença: Dir. Marco A. Da Silva Aguiar

- *SLP – Seção de Liquidação das Prestações*
- *SE – Seção de Evacuações*
- *CADE – Centro de Acolhimento Doentes Evacuados*

Direção de Fiscalização e Controle: Dir. Nelson Faria

Direção das UPS – Norte – Dir. Benedita Cabral

Direção das UPS – Sul – Dir. Isabel Vieira

Gabinete de Auditoria Interna: Dir. Antónia Cardoso

Gabinete de Qualidade e Comunicação: Chefe Sandra Sanches

Gabinete de Estudos Estratégicos, Atuarial e Relações Internacionais: Chefe Frederic dos Santos

Gabinete de Sistemas de Informação: Chefe Anilton Brandão

Gabinete Jurídico: Chefe Suellen Rodeia

SIGLAS E ABREVIATURAS

AFPC – Abono de Família e Prestações Complementares
AMM – Assistência Médica, Hospitalar e Medicamentosa
AP – Administração Pública
BCV – Banco de Cabo Verde
CADE – Centro de Acolhimento dos Doentes Evacuados
CVE – Escudo de Cabo Verde
CVI – Comissão de Verificação de Incapacidades
DL – Decreto-Lei
DM – Doença e Maternidade
ECV – Escudo de Cabo Verde
FMI – Fundo Monetário Internacional
FOS – Folhas de Ordenados e Salários
FP – Função Pública
IMC – Inquérito Multiobjectivos Contínuo
INE – Instituto Nacional de Estatística
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
mECV – mil Escudos de Cabo Verde
MSSS – Ministério da Saúde e Segurança Social
NIB(s) – Número(s) de Identificação Bancária
n/a – Não Aplicável
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PCO – Processo de Contraordenação
PEA – População Economicamente Ativa
PEA-E – População Economicamente Ativa Empregada
PIB – Produto Interno Bruto
RAP – Regime dos Agentes da Administração Pública Central e Local
REMPE – Regime Jurídico Especial das Micro e Pequenas Empresas
RG – Regime Geral
RH – Recursos Humanos
RTCO – Regime dos Trabalhadores por Conta de Outrem
SD – Serviço Doméstico
SIPS – Sistema Integrado de Gestão de Previdência Social
TCMF – Títulos Consolidados de Mobilização Financeira
TCO – Trabalhadores por Conta de Outrem
TCP – Trabalhadores por Conta Própria
TEU – Tributo Especial Unificado



Instituto Nacional de Previdência Social

A Vida Toda

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019



*Ao meu lado
A vida toda*



Instituto Nacional
de Previdência Social

I. SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL

O Sistema de Proteção Social Obrigatório nasce em Cabo Verde com a criação do Instituto de Seguros e Previdência Social (ISPS).

Porém, por Decreto-Lei nº 114/82, de 24 de dezembro, é estabelecido o esquema de previdência social com a finalidade de assegurar aos trabalhadores e seus familiares os meios de subsistência em caso de perda ou redução de capacidade de trabalho. No mesmo ano é regulamentado por Decreto-Lei nº 120/82, de 24 de dezembro o campo de aplicação, de inscrição e prestações asseguradas no âmbito do Sistema de Proteção Social dos trabalhadores por conta de outrem.

Em 1991, pelo Decreto-Lei nº 135/91, de 2 de outubro, é criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), resultante da cisão do então Instituto de Seguros e Previdência Social (ISPS), até então gestor daquele sistema e dos Seguros em Cabo Verde.

Em 2001, através da Lei 131/V/2001, de 22 de janeiro, são definidas as bases da proteção social em Cabo Verde, que assenta num dispositivo permanente e estruturado em três níveis:

- Rede de Segurança, tem como fundamento a solidariedade nacional;
- **Proteção Social Obrigatória, pressupõe a solidariedade de grupo e gerida pelo INPS,**
- Proteção Social Complementar, assente numa lógica de seguro e de adesão facultativa.

Em 2014, através do Decreto-Lei nº 40/2014 de 11 de agosto, são aprovados os novos Estatutos do INPS que assentam no modelo de gestão tripartida - Estado, Empregadores e Representantes dos Trabalhadores, em substituição dos estatutos aprovados pelo Decreto-Lei nº 135/91, de 02 de Outubro, e alterados pelo Decreto-Lei n.º 61/94, de 21 de Novembro.

II. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

1. Missão, Visão, Princípios e Valores

Missão	Garantir, de forma ativa, a proteção dos indivíduos contra os riscos que determinam a perda ou redução da sua capacidade para o trabalho, proporcionando aos mesmos rendimentos substitutivos quando afetados por esses riscos sociais e criando condições para a sua dignificação e inserção social na dinâmica produtiva e económica da sociedade.
Visão	Ser uma entidade pública de excelência na promoção de uma segurança social inclusiva, equitativa e que garante o desenvolvimento social durável.
Princípios e Valores	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Solidariedade ✓ Universalidade ✓ Equidade social ✓ Igualdade ✓ Diferenciação positiva ✓ Economia, eficiência, eficácia e efetividade ✓ Primado da responsabilidade pública

2. Política de Gestão de Qualidade

1. Prestação de um serviço com qualidade e informação adequada;
2. Desenvolver uma cultura interna que promova a melhoria contínua com vista à satisfação do cliente;
3. Pautar as relações que mantém com os seus fornecedores por uma lógica de parceria, considerando-os parte integrante do Sistema e mantendo uma avaliação e qualificação dos serviços prestados;
4. Proporcionar formação profissional a todos os colaboradores de modo a um maior desenvolvimento de competências;
5. Envolver todos os colaboradores no Sistema de Gestão, estando atenta às suas necessidades;
6. Avaliar sistematicamente os resultados da implementação do seu Sistema de Gestão, mantendo todas as atividades a funcionar de acordo com os procedimentos estabelecidos, melhorando continuamente a eficácia do Sistema de Gestão;
7. Orientação para o resultado, o INPS trabalha no sentido de responsabilizar seus colaboradores no que tange ao alcance dos objetivos para que os requisitos dos clientes sejam satisfeitos.

3. Atribuições e Competências

Atribuições (Artigo 4.º, Estatuto do INPS)	<ul style="list-style-type: none"> a) Gerir o sistema de protecção social obrigatória; b) Fiscalizar o cumprimento das normas reguladoras do sistema de protecção social obrigatória; c) Assegurar a aplicação das convenções e acordos sobre segurança social assinados pelo Estado de Cabo Verde e funcionar como organismo de ligação; d) Estudar e propor ao Governo medidas e iniciativas legislativas visando a modernização permanente e bom desempenho do sistema de protecção social; e) Colaborar na definição de políticas para o sector da protecção social; f) Participar na elaboração dos planos sectoriais do sector da protecção social. <p>É ainda estipulado no Estatuto que o INPS exerce as suas atribuições no quadro da política e das orientações definidas pelo Governo.</p>
Competências (Artigo 5.º, Estatuto do INPS)	<ul style="list-style-type: none"> a) Praticar todos os actos necessários ao Velar pelo eficaz cumprimento dos objectivos do sistema de protecção social nacional; b) Arrecadar as contribuições e garantir as prestações aos beneficiários do sistema de protecção social obrigatória, nos termos da lei; c) Realizar inspecções regulares e especiais destinadas a verificar o cumprimento das leis e regulamentos da protecção social por parte das entidades empregadoras, dos beneficiários do sistema e das entidades prestadoras de serviço ao INPS; d) Instaurar processos de contra-ordenação e aplicar sanções por infracções ao regime de protecção social obrigatória, cometidas pelas entidades empregadoras, beneficiárias e entidades prestadoras de serviços ao INPS, e demais sujeitos, bem como proceder à aplicação de sanções administrativas e à liquidação das coimas aplicadas; e) Garantir que as instituições competentes assegurem as prestações devidas necessárias para o cumprimento dos direitos e obrigações derivados das convenções e acordos de que Cabo Verde seja parte; f) Colaborar com as instituições competentes do Estado na elaboração dos estudos necessários visando a negociação ou renegociação das convenções e acordos sobre a segurança social; g) Realizar qualquer outro acto que seja cometido por lei ou delegação do Governo.

4. Objetivos Estratégicos e Programas de Desenvolvimento do INPS

O INPS definiu no seu Plano Estratégico 2017-2021 seis (6) objetivos estratégicos a alcançar no horizonte do plano:

- ✓ Promover a excelência administrativa;
- ✓ Assegurar a satisfação dos clientes;
- ✓ Promover o cumprimento da legalidade contributiva e prestacional;
- ✓ Promover a extensão da cobertura da proteção social;
- ✓ Garantir uma gestão eficiente dos recursos e ativos do instituto;
- ✓ Promover a motivação dos colaboradores.

O Instituto pretende alcançar os objetivos definidos implementando os seguintes onze (11) programas de intervenção:

Objetivos Estratégicos	Programas
1. Promover a excelência administrativa	Melhoria na Gestão das Prestações
	Melhoria na Gestão do Cadastro e das Contribuições
	Melhoria da gestão contabilística e financeira
	Consolidação do Sistema de Informação
2. Assegurar a satisfação dos clientes	Melhoria na Qualidade dos Serviços Prestados
	Melhoria da Comunicação e Imagem Institucional
3. Promover a extensão da cobertura da protecção social	Promoção da Sustentabilidade do Sistema
4. Garantir uma gestão eficiente dos recursos e activos do instituto	Melhoria na Gestão de Ativos Imobilizados e Financeiros
5. Promover o cumprimento da legalidade contributiva e prestacional	Promoção da Legalidade Contributiva e Prestacional
6. Promover a motivação dos colaboradores	Acompanhamento da Boa Gestão dos Recursos Humanos
	Melhoria da gestão dos imóveis, dos fornecimentos internos e equipamentos e das aquisições públicas

III. ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

1. Enquadramento económico

O crescimento da economia mundial para o ano de 2019, segundo o monetário Fundo Monetário Internacional (FMI) foi estimado em 2,9%, menos 0,7 p.p. do que no ano de 2018. O abrandamento da economia mundial foi, essencialmente, justificado pelo aumento de barreiras comerciais, incertezas a nível de trocas geopolíticas, fatores estruturais e o envelhecimento da população em vários mercados das economias emergentes.

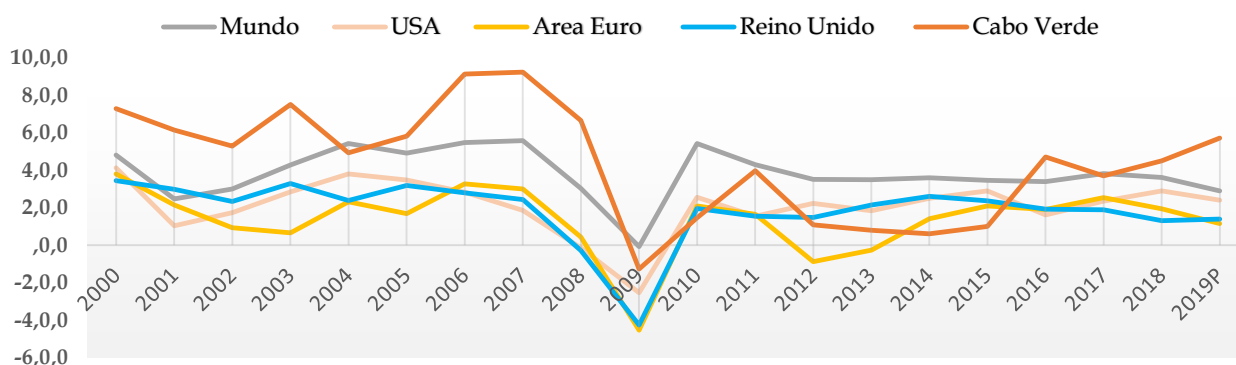
As perspectivas foram de abrandamento da economia dos principais parceiros nacionais, com a taxa do PIB Real da área Euro e dos Estados Unidos de América (EUA) a decrescer 0,7 e 0,5 p.p., respetivamente. Por outro lado, a performance da economia do Reino Unido cresceu de forma atenuada em 1,4% correspondendo a um ligeiro crescimento de 0.1 p.p. quando comparado com o ano de 2018.

Apesar do abrandamento da economia mundial desde 2017, o contexto externo continuou a favorecer a economia nacional, principalmente a nível de investimento feitos no país.

As estimativas do PIB para Cabo Verde, em 2019, apontaram para um crescimento mais forte da última década. Segundo o relatório da política monetária de Abril de 2020 do Banco de Cabo Verde (BCV), o Produto Interno Bruto de Cabo Verde foi estimado em 5,7%. A aceleração da economia Cabo-Verdiana deve-se, sobretudo, pelo aumento dos não mercantis (atividades administrativas, de educação e formação, bem como de saúde e ação social da administração pública), construção, transporte, do aumento das exportações líquidas e do consumo privado, do aumento do rendimento disponível bruto das famílias e das condições de financiamento de investimentos.

A aceleração da economia Cabo-Verdiana foi sustentada pela melhoria da balança comercial (Bens e Serviços), da imobiliária e outros serviços de construção; pela aceleração dos impostos líquidos de subsídios e pelo aumento do crédito ao sector privado.

Gráfico 1 - Taxa de Crescimento do PIB (real), 2000-2019



Fonte: IMF, World Economic Outlook, INECV

A taxa de inflação em 2019, medido pelo índice de preço no consumidor, registrou uma variação média anual de 1,1%, correspondente a um decréscimo de 0,2 pontos percentuais relativamente ao ano de 2018. O decréscimo da taxa média anual foi influenciado, principalmente, pela moderação dos preços dos serviços.

O indicador de inflação subjacente (índice total excluindo energia e bens alimentares não transformados) situou-se em 1,0 por cento em dezembro de 2019, reduzindo 0,1 pontos percentuais face a dezembro de 2018.

Quadro 1 - Indicadores Macroeconómicos Seleccionados, 2017-2020

Indicadores	Unidade	2017	2018 ^E	2019 ^E	Out-19	2020 ^E	
						Abril-2020	
						Central	Adverso
Sector Real							
PIB real	variação em %	3,7	4,5	5,7	5	-4,0	-6,1
IPC	vma em %	0,8	1,3	1,1	1,3	0,9	1,2
Sector Externo							
Défice Corrente	em % do PIB	7,8	5	0,2	4,7	10,6	13,1
RIL/Importações	Meses	5,9	5,6	6,9	5,7	7,4	6,3
Sector Monetário							
Activo Externo Líquido	variação em %	2,3	-6,5	24,8	8,9	-15,0	-28,5
Crédito à Economia	variação em %	7,5	2,8	3,9	4,4	4,7	2,5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística; Banco de Cabo Verde.

Nota: E - Estimativas; P - Projeções; v.m.a. - Variação média anual.

As projeções económicas para o ano de 2020 apontam para uma recessão económica causada pela pandemia da Covid-19, pois, as consequências da pandemia deverão resultar num choque simultâneo da oferta (devido à disrupção de cadeias de produção e canais de distribuição) e da procura (que deverá afetar desproporcionalmente os sectores do turismo, dos transportes, e ainda o sector de serviços culturais e de lazer).

2. Enquadramento Demográfico

Tal como vem sucedendo, nos últimos anos, a população de Cabo Verde continua a aumentar, sendo que em 2019 o total da população residente, segundo as projeções demográficas feita pelo INE, foi de 550.483, registando um aumento de 1,2%, o que em termos absolutos corresponde a um aumento de 6.402 habitantes face ao ano de 2018. Em termos acumulados, verificou um aumento da população em 25.650 pessoas entre 2015 e 2019.

Quadro 2 - População de Cabo Verde por ano e por Ilha, 2017-2019

Ilhas	2017	2018	2019		Variação Homóloga (%)	
	Nº	Nº	Nº	Peso	2018/2017	2019/2018
Santo Antão	39 324	38 750	38 194	6,9%	-1,5%	-1,4%
São Vicente	82 680	83 468	84 229	15,3%	1,0%	0,9%
S. Nicolau	12 260	12 182	12 107	2,2%	-0,6%	-0,6%
Sal	36 769	38 246	39 696	7,2%	4,0%	3,8%
Boa Vista	16 621	17 708	18 795	3,4%	6,5%	6,1%
Maio	7 111	7 215	7 351	1,3%	1,5%	1,9%
Santiago	301 903	305 778	309 633	56,2%	1,3%	1,3%
Sendo praia	159 047	162 814	166 545	30,3%	2,4%	2,3%
Fogo	35 416	35 213	35 015	6,4%	-0,6%	-0,6%
Brava	5 579	5 521	5 463	1,0%	-1,0%	-1,1%
Total	537 663	544 081	550 483	100,0%	1,2%	1,2%

Fonte: Elaboração do INPS a partir de dados do INE, dezembro 2019.

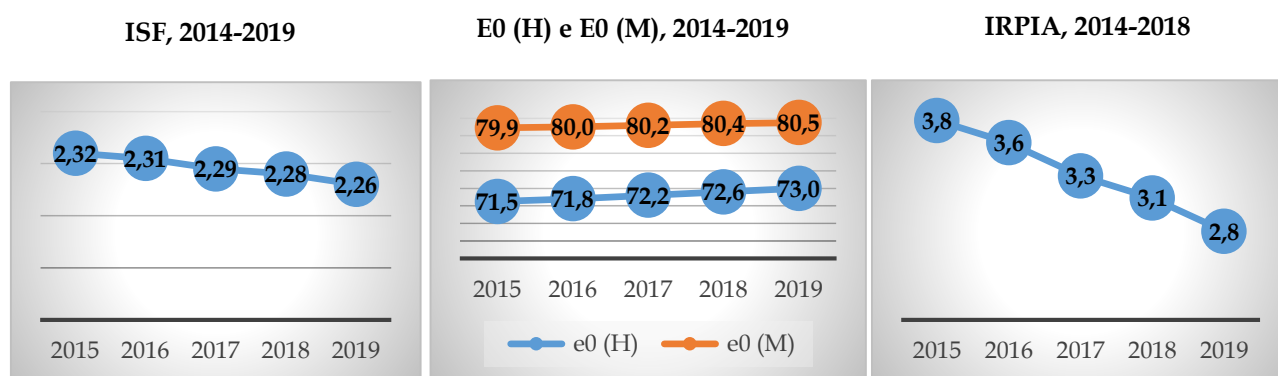
Apesar do crescimento da população os indicadores demográficos de sustentabilidade continuam a agravar com o decorrer dos anos. A razão principal é a queda continua do índice sintético de fecundidade (passando de 2,32 em 2015 para 2,26 em 2019), acompanhada pelo progresso da esperança média de vida, ano após ano, ou seja, em média vive-se cada vez mais e não se renova as gerações. A proporção da população idosa (com 65 anos ou mais) continua a crescer, registando um aumento de 0,2 p.p. quando comparado com o ano de 2015. O índice de renovação da população em idade activa, decresceu de 3,8 em 2015 para 2,8 em 2019.

Quadro 3 - Indicadores Demográficos, 2015-2019

Indicadores	Ano				
	2015	2016	2017	2018	2019
População de Cabo Verde	524.833	531.239	537.663	544.081	550.483
Índice Sintético de Fecundidade – ISF	2,32	2,31	2,29	2,28	2,26
Esperança de Vida dos Homens – e0 (H)	71,5	71,8	72,2	72,6	73,0
Esperança de Vida das Mulheres – e0 (M)	79,9	80	80,2	80,4	80,5
Esperança de Vida à INR-H – e65 (H)*	16,9	16,9	16,9	16,9	16,9
Esperança de Vida à INR-M – e60 (M)*	24,1	24,1	24,1	24,1	24,1
População com menos de 25 anos de idade	49,3%	48,3%	47,3%	46,7%	45,4%
População com 65 anos e mais	5,4%	5,5%	5,5%	5,5%	5,6%
Taxa de Dependência Total	53,5%	52,6%	51,8%	51,1%	50,6%
Rácio de Sustentabilidade Potencial	12,0	12,0	12,0	12,0	11,9
Índice de Renovação da População em Idade Activa	3,8	3,6	3,3	3,1	2,8

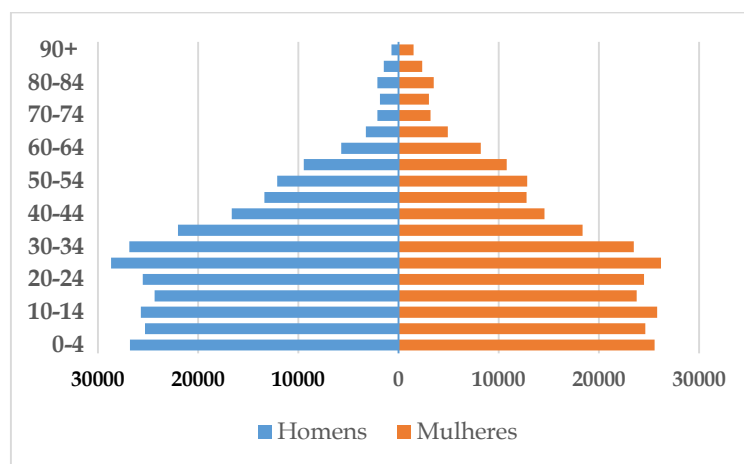
Fonte: Elaboração do INPS a partir dos dados das Projeções Demográficas do INE, dezembro 2019.

Gráfico 2 - Indicadores demográficos, 2015 - 2019



A pirâmide de idades da população de Cabo Verde traduz o cenário acima mencionado, onde se verifica o estreitamento da base da pirâmide.

Gráfico 3 - Pirâmide das idades de Cabo Verde - 2019 (Projeções do INE)



Fonte: Projeções da População Residente 2010-2030, INE

3. Enquadramento ao Contexto do Mercado Laboral

Segundo o inquérito ao emprego do segundo semestre de 2019 do INE, após uma queda em 2018, a população economicamente ativa aumentou em 2019 de 10.576 pessoas, passando de 222.028 para 232.604. A taxa de atividade em Cabo Verde situou-se em 57,4%, crescendo de 1,8% num ano.

No que concerne à população empregada, no ano de 2019 foi estimada em 206.344 pessoas, verificando um acréscimo de 11.344 trabalhadores quando comparado com o ano transato.

Relativamente à taxa de desemprego, após dois anos num mesmo nível, voltou a descer, fixando em 11,3%. Contrariamente ao ano anterior, a maior predominância de desempregados ocorreu a nível das mulheres com uma taxa de 12,1% face aos 10,7% dos homens.

A população com idade compreendida entre 15 e 24 anos apresentou a maior taxa de desemprego situada em 24,9%, embora tenha diminuído consideravelmente nos últimos anos.

Quadro 4 - Indicadores do mercado de trabalho, 2015-2019

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019
População Economicamente Ativa – PEA	222 085	246 680	232 198	222 028	232 604
Taxa de atividade	58,3%	63,7%	59,2%	55,6%	57,4%
Taxa de atividade dos Homens	64,1%	69,4%	66,3%	62,5%	64,5%
Taxa de atividade das Mulheres	52,7%	58,2%	52,1%	48,7%	50,5%
Taxa de atividade 15-24 anos	34,3%	43,0%	35,8%	32,6%	31,8%
Taxa de atividade 25-34 anos	75,5%	81,1%	75,6%	73,5%	75,6%
Taxa de atividade 35-64 anos	73,4%	76,6%	72,9%	67,2%	70,3%
População Empregada	194 485	209 725	203 775	195 000	206 344
Taxa de Desemprego	12,4%	15,0%	12,2%	12,2%	11,3%
Taxa de Desemprego dos Homens	13,5%	12,9%	11,8%	12,7%	10,7%
Taxa de Desemprego das Mulheres	11,2%	17,4%	12,8%	11,6%	12,1%
Taxa de Desemprego 15-24 anos	28,6%	41,0%	32,4%	27,8%	24,9%
Taxa de Desemprego 35-64 anos	6,1%	5,2%	6,0%	5,8%	6,8%

Fonte: IMC 2015 a 2019, INE.

O setor terciário é o setor que emprega mais pessoas em Cabo Verde, representando 67,5% da população empregada do país. Consolidou-se consideravelmente nos últimos anos, pois, o seu peso passou de 61,6% em 2016 a 67,5% em 2019. Do lado oposto, o setor primário continua a perder representatividade, passando de 20,4% em 2016 a 10,9% em 2019.

As empresas privadas apresentaram maior empregabilidade em 2019, registando um peso de 40,1% do total de empregos, seguido dos Trabalhadores por Conta Própria com 30,0%, da Administração Pública com 17,8% e dos “em casa de família” com 6,1%.

Quadro 5 - Indicadores da população empregada (%), 2016 - 2019

Descrição	2016	2017	2018	2019
Sector de atividade				
Primário	20,4	14,4	11,8	10,9
Secundário	18,5	21,2	21,8	21,4
Terciário	61,1	64,4	66,1	67,5
Situação na profissão				
Administração pública	16,0	16,3	17,3	17,8
Empresa privada	39,2	40,3	40,3	40,1
Empresa do Estado	2,5	2,8	3,5	2,6
Empregador	4,8	4,8	4,4	4,4
Conta própria	24,1	25,5	26,0	25,6
Ajuda familiar	6,5	3,4	1,5	2,1
Em casa de família	5,8	6,0	5,9	6,1
Outra Situação	1,0	0,9	1,1	1,3
Total	100	100	100	100

Fonte: IMC 2016, 2017 e 2018, 2º Semestre 2019, INE.

IV. A PROTEÇÃO SOCIAL OBRIGATÓRIA EM NÚMEROS

Quadro 6 - Indicadores do Sistema de Segurança Social, 2017-2019

Indicadores	Unidade	2017	2018	2019
<u>Dimensão:</u>				
População Residente (INE: Retroprojeções Demográficas 2010-2030)	Unid	537 663	544 081	550 483
População Economicamente Ativa (INE: IMC 2017 a IMC 2019)*	Unid	232 198	222 028	232 604
População Economicamente Ativa Empregada (INE: IMC 2017 a IMC 2019)*	Unid	203 775	195 000	206 344
Beneficiários do Sistema	Unid	225 222	238 965	251 344
Trabalhadores Ativos Inscritos no INPS	Unid	92 444	98 059	105 272
Pensionistas do INPS	Unid	7 184	7 559	8 065
Beneficiários das convenções	Unid	10 109	10 306	9 539
Empresas inscritas	Unid	6 579	8 257	10 084
Percentagem do REMPE nas empresas inscritas	%	41,4	54,4	60,0
Empregados INPS	Unid	206	211	222
Quantidade de Balcões de Atendimento	Unid	19	20	20
Concelhos do país com Balcão de Atendimento do INPS	Unid	16	17	17
Prestadores de Serviço de Saúde e Afins com acordos com o INPS	Unid	...	152	152
Segurados / Empregado INPS	Unid	449	465	474
Beneficiários / Empregados INPS	Unid	1 093	1 133	1 132
Segurados / Pensionistas do INPS (Sistema de Pensões do INPS)	Unid	10,8	11,2	11,3
(Beneficiários com direito derivado + Pensionistas) / Segurados	Unid	1,4	1,4	1,4
Média de trabalhadores por empresa do RG	Unid	14,6	15,1	14,8
Média de trabalhadores por empresa do REMPE	Unid	2,5	2,4	2,4
Segurados / PEA	%	39,8	44,2	45,3
Segurados / PEA - Empregada	%	45,4	50,3	51,0
Taxa de cobertura do Sistema da Proteção Social	%	41,9	43,9	45,7
<u>Massa salarial dos trabalhadores inscritos:</u>				
Massa salarial anual	Mil ECV	46 454 239	49 563 474	49 862 892
Salário médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem	ECV	47 948	48 335	44 869
Salário médio mensal dos trabalhadores do REMPE	ECV	20 487	21 141	20 854
Salário médio mensal dos trabalhadores da Função Pública Regime atual	ECV	56 100	59 296	62 031
Salário médio mensal dos trabalhadores da Função Pública Regime Novo	ECV	54 059	55 161	55 620
Salário médio mensal declarado dos trabalhadores por conta própria	ECV	19 537	19 165	19 862
Salário médio mensal dos trabalhadores domésticos	ECV	12 515	13 075	13 211
Salário médio mensal por segurados ativos	ECV	46 710	46 351	43 931
<u>Doença e maternidade:</u>				
Média mensal de evacuações internas	Unid.	295	269	298
Média mensal de evacuações externas	Unid.	33	34	26,6
<u>Prestações e contribuições:</u>				
Receitas de contribuições (declaradas)	Mil ECV	10 108 316	11 135 895	11 632 585
Despesas de prestações	Mil ECV	4 494 825	4 831 035	5 516 419
Despesas Administrativas	Mil ECV	636 041	653 421	649 541
Contribuições / (Prestações + Despesas Administrativas)	Unid.	2,0	2,0	1,9
Despesas Administrativas / Contribuições	%	6,3	5,9	5,6
Prestações Diferidas / Prestações Totais	%	40,2	40,4	52,3
Doença e Maternidade / Prestações Totais	%	52,2	51,4	39,7
Abono de Família e Prestações Complementares / Prestações Totais	%	7,6	8,0	7,3
Subsídio de Desemprego / Prestações Totais	%	0,0	0,2	0,8
Média mensal das prestações / Segurado ativo	ECV	4 052	4 106	4 367
Média mensal das prestações / Beneficiário	ECV	1 663	1 685	1 829

INPS, Agosto 2020.

V. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2019

- A cobertura da população empregada, situou-se nos 51%, tendo ultrapassando a meta dos 50% fixada no Plano Estratégico para o triénio 2017-2021.
- A taxa de cobertura do Sistema de Proteção Social alcançou, em termos relativos 45,7% da população, correspondente a 251.344 beneficiários, dos quais 105.272 são segurados.
- O número de segurados *versus* pensionistas cresceu ligeiramente, situando-se em 11,3 por cada pensionista.
- A carteira de Investimentos do INPS capitalizou-se na ordem dos 20% passando para 81 920 Milhões de ECV.
- Os Proveitos Operacionais e os Custos Operacionais cresceram respetivamente na ordem dos 6% e 14%, tendo o resultado do Exercício reduzido em 9% fixando em 6.964 Milhões de ECV.
- Iniciou-se o primeiro processo de internacionalização da carteira de ativos do INPS, com a participação no capital social do Banco Africano de Exportação e Importação (Afreximbank), com uma aplicação inicial de 198 mil contos.
- O INPS reforçou a sua participação no capital social da CVTelecom, com a aquisição de 200.000 ações a PT Ventures/Oi, passando a ter uma percentagem de 57,9% do capital social.
- O montante recuperado dos créditos líquidos a favor do INPS no âmbito da Resolução do Novo Banco alcançou aproximadamente 1/3 da carteira de ativos recebidos.
- Foi lançado o Portal do INPS (www.inps.cv), alinhado com os melhores conceitos de portais *One-Stop-Shop*, instrumento de comunicação do INPS para com o público em geral e acedido através do *login* do utilizador.
- Foi concluído e apresentado publicamente o Estudo de viabilidade de um Regime Especial para os trabalhadores Marítimos.
- Elaborou-se o primeiro Estudo de análise de Risco da carteira de Investimentos do INPS, por uma entidade externa, com premissas fidedignas e que servem de suportes as decisões de Investimentos.
- O Governo adequou um conjunto de Portarias que regulam o acesso as prestações, nomeadamente de fisioterapia, estomatologia, óculos e outros dispositivos de compensação.
- Foram definidas as Políticas de Riscos do INPS.

- Foi criada a Unidade de Gestão de Aquisições Públicas do INPS, UGA-INPS.
- Estendeu-se a área de fiscalização para a ilha do Sal, com a criação de uma equipa local para acompanhar o mercado de trabalho.
- Foi aprovado o projeto de arquitetura de construção do Edifício-Sal, composto por cinco pisos.
- Concretizou-se a integração dos trabalhadores e pensionistas beneficiários do sistema privativo de Segurança Social do BCA (até 1996) no âmbito do sistema de proteção social obrigatório gerido pelo INPS, nos termos do estabelecido no Decreto-Lei nº35/2019, de 25 de julho.
- Assumiu-se a responsabilidade da gestão do processo de Reforma Antecipada de alguns trabalhadores, no âmbito da reestruturação dos TACV tendo para efeito recebido do Tesouro um adiantamento no montante de 808.665.350,00 ECV.

VI. PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO INPS

A abordagem do planeamento e o modelo de orçamentação do INPS são feitos em cumprimento da Lei nº 72/VIII/2014, de 19 de setembro, que estrutura os Planos as Atividades e Orçamento (PAO) anuais dos setores em programas e ações a serem realizadas.

A estruturação sob a forma de programas proporciona maior racionalidade e eficiência na gestão dos Regimes de Proteção Social Obrigatória bem como eleva a transparência na aplicação dos recursos administrados.

Os programas vão ao encontro da missão do Instituto e enquadram-se nos objetivos estratégicos de intervenção definidos no Plano Estratégico do INPS 2017-2021.

Assim o PAO 2019 foi estruturado em 11 (onze) programas, organizados em três áreas estratégicas do PEDS 2017-2021: “Capital Humano”, “Reformas Económicas e Estruturais” e “Aposta na Inovação e Conhecimento”. Existe ainda uma área transversal que se intitula “Gestão e Administração Geral” que engloba as atividades da gestão administrativa e dos recursos humanos. Os programas definidos são desenvolvidos através a realização de atividades pelas diferentes unidades orgânicas do INPS.

Quadro 7 - O PAO 2019 do INPS enquadrado no PEDS 2017-2021

Pilar	Área Estratégica	Programas PEDS	Programas INPS
Economia	Reformas Económicas e Estruturais	Cabo Verde Plataforma Financeira	Melhoria na Gestão de Ativos Imobilizados e Financeiros
		Reforma do Estado	Melhoria na Qualidade dos Serviços Prestados
			Melhoria da Comunicação e Imagem Institucional
	Aposta na Inovação e Conhecimento	Cabo Verde Plataforma Digital e da Inovação	Consolidação do Sistema de Informação
Social	Capital Humano	Promoção do Emprego Digno e Qualificado	Melhoria na Gestão das Prestações
			Melhoria na Gestão do Cadastro e das Contribuições
			Promoção da Legalidade Contributiva e Prestacional
			Promoção da Sustentabilidade do Sistema
Gestão e Administração Geral			Melhoria da gestão dos imóveis, dos fornecimentos internos e equipamentos e das aquisições públicas
			Melhoria da gestão contabilística e financeira
			Acompanhamento da Boa Gestão dos Recursos Humanos

A. ÁREA ESTRATÉGICA DE CAPITAL HUMANO

1. Melhoria na Gestão das Prestações

1.1. População Abrangida pela Proteção Social Obrigatória

Em 2019, o número de beneficiários com inscrição aberta na proteção social obrigatória era de 251 344 que cumprindo o prazo de garantia, tinham direito a pelo menos uma prestação social, sendo que todos têm direito à assistência nos custos de saúde. Verificou-se um aumento em termos absolutos de 12 379 face ao ano de 2018, ou seja, 5,2% em termos relativos.

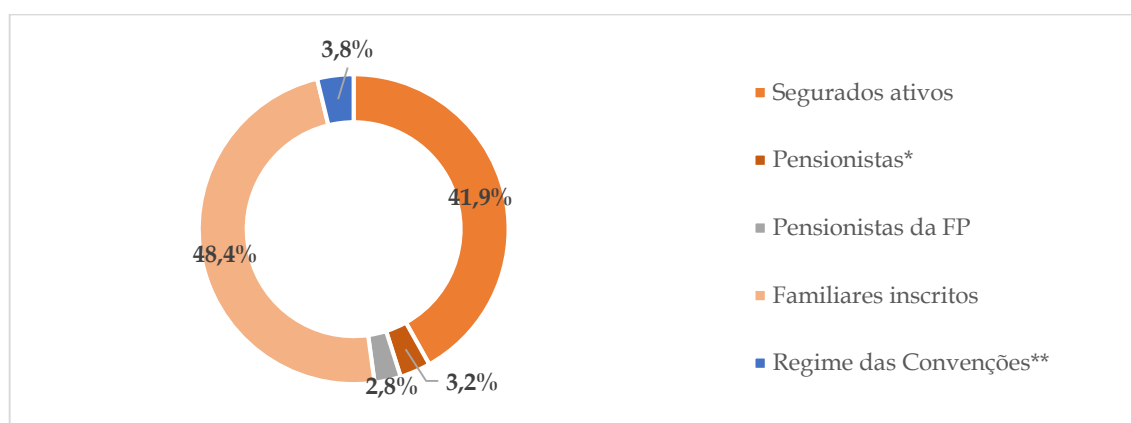
Quadro 8 - Número de Beneficiários Inscritos no INPS por categoria, 2017-2019

Descrição	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019		Variação Absoluta		Variação Relativa	
	Nº	Nº	Nº	Peso	2017/18	2018/19	2017/18	2018/19
Segurados ativos	92 444	98 059	105 272	41,9%	5 615	7 213	6,1%	7,4%
Pensionistas	7 184	7 559	8 065	3,2%	375	506	5,2%	6,7%
Pensionistas da FP	6 109	6 898	6 913	2,8%	789	15	12,9%	0,2%
Familiares inscritos	109 376	116 143	121 555	48,4%	6 767	5 412	6,2%	4,7%
Regime das Convenções**	10 109	10 306	9 539	3,8%	197	-767	1,9%	-7,4%
Total	225 222	238 965	251 344	100,0%	13 743	12 379	6,1%	5,2%

Fonte: Gabinete de Estudos Estratégicos, Atuarial e Relações Internacionais, INPS, Abril e Maio 2020.

Os segurados ativos passaram a representar 41,9% dos inscritos em 2019, os pensionistas da FP e do INPS 6,0%, os familiares inscritos e os beneficiários do regime das convenções 48,4% e 3,8%, respectivamente.

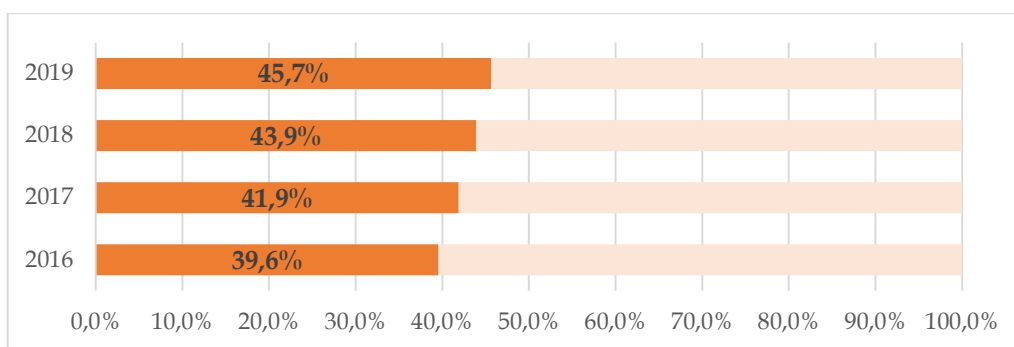
Gráfico 4 - Beneficiários Inscritos no INPS por categoria, 2019



Fonte: GEARI, INPS Abril 2020

A taxa de abrangência do sistema de proteção social obrigatória em 2019 foi de 45,7% da população residente, traduzindo um ganho de 1,8% face ao ano de 2018.

Gráfico 5 - Abrangência do Sistema de Segurança Social, 2016 - 2019



Fonte: Cálculos do GEARI com base nos dados do INPS e das Projeções da População Residente 2010-2030 do INE, Abril 2020.

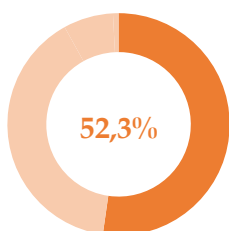
1.2. Gestão das Prestações Sociais em 2019

Este programa tem por objetivo promover o reforço da adequação das prestações e imprimir maior rigor na sua gestão, assegurando o pagamento atempado e em conformidade com a legislação tendo em vista a melhoria do nível de satisfação dos beneficiários.

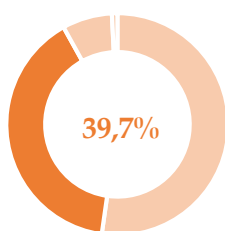
5 516,4 milhões ECV pagos em Prestações Sociais

+ 16,0% face ao ano transato

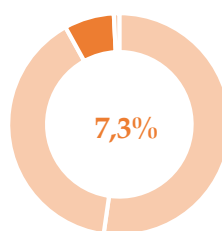
% Doença e Maternidade



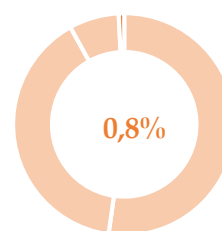
% Prestações Diferidas



% AFPC



% Subsídio Desemprego



O aumento das despesas com as prestações sociais resultou principalmente do acréscimo das despesas com o ramo de Doença e Maternidade e com as Prestações Diferidas em 16,1% e 12,1%, respetivamente. As despesas no ramo Abono de Família e Prestações Complementares (AFPC) cresceram 3,9% em termos homólogos e o de Subsídio de Desemprego continua a sua consolidação com uma variação anual acima dos 300%.

Quadro 9 - Despesas com as Prestações Sociais (mil ECV), 2017-2019

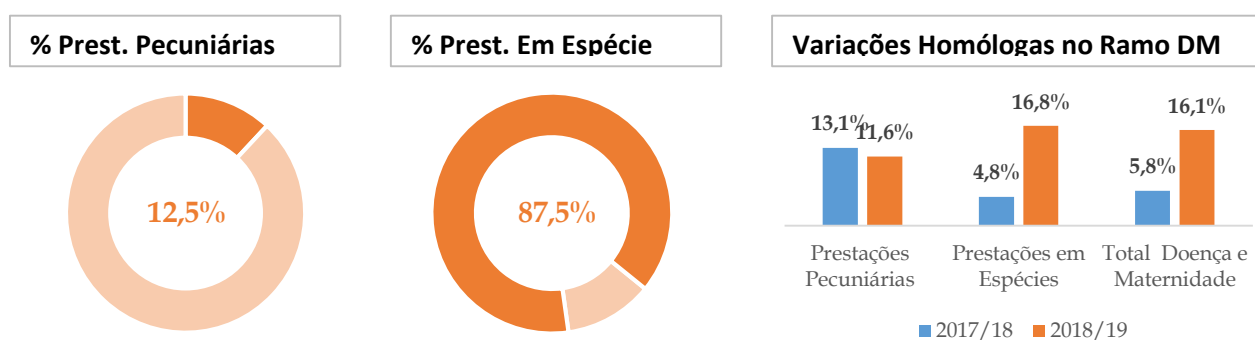
Ramo	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019		Variações Absolutas		Variações Relativas	
	Valor	Valor	Valor	Peso	2017/18	2018/19	2017/18	2018/19
Doença e Maternidade	2 345 632	2 482 787	2 883 203	52,3%	137 155	400 416	5,8%	16,1%
Prestações Diferidas	1 807 195	1 952 115	2 188 546	39,7%	144 920	236 431	8,0%	12,1%
Ab. Fam. Prest. Complementares	341 997	385 583	400 526	7,3%	43 586	14 943	12,7%	3,9%
Subsídio de Desemprego	-	10 550	44 145	0,8%	-	33 595	-	318,4%
	4 494 824	4 831 035	5 516 419	100,0%	336 211	685 384	7,5%	14,2%

Fonte: Gabinete de Estudos Estratégicos, Atuarial e Relações Internacionais, INPS, Abril 2020.

1.2.1. Doença e Maternidade

No ano de 2019, as despesas com as prestações do ramo Doença e Maternidade (DM) alcançaram 2 883,2 milhões de ECV, repartidas entre as despesas com as prestações em espécie (assistência médica, medicamentosa e hospitalar) no montante de 2 521,8 milhões ECV (87,5%) e com as prestações pecuniárias (subsídios de incapacidade temporária por motivos de doença e maternidade) em 361 milhões de ECV (12,5%). As despesas neste ramo cresceram 16,1% em relação ao ano anterior.

Gráfico 6 - Estrutura e Variações das Prestações do Ramo DM



Quadro 10 - Prestações do Ramo Doença e Maternidade (mil ECV), 2017-2019

Ramo Doença e Maternidade	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019		Variações Absolutas		Variações Relativas	
	Valor	Valor	Valor	Peso	2017/18	2018/19	2017/18	2018/19
Prestações Pecuniárias	286 225	323 713	361 359	12,5%	37 488	37 646	13,1%	11,6%
Prestações em Espécies	2 059 406	2 159 073	2 521 844	87,5%	99 667	362 771	4,8%	16,8%
Total Doença e Maternidade	2 345 632	2 482 787	2 883 203	100,0%	137 155	400 416	5,8%	16,1%

Fonte: Gabinete de Estudos Estratégicos, Atuarial e Relações Internacionais, INPS, Abril 2020.

1.2.1.1. Prestações Pecuniárias

Foi pago com os Subsídios de Doença e Maternidade o montante de 349 milhões de ECV, correspondendo a uma variação anual de 11,6%.

Constatou-se nesta rubrica variações homólogas com o subsídio de doença de 9,3% e com o subsídio de maternidade de 15,4% face a 2018.

As despesas com o subsídio de doença constituem o agregado mais representativo com 60,5% do total, correspondendo ao montante de 218,7 milhões de ECV. O custo com o subsídio de maternidade foi de 142,7 milhões de ECV.

No ano de 2019, foram atribuídos o subsídio de doença a cerca de 6.063 beneficiários e o subsídio de maternidade a 2.076 beneficiárias, correspondendo a variações anuais de 4,4% e 11,7%, respetivamente.

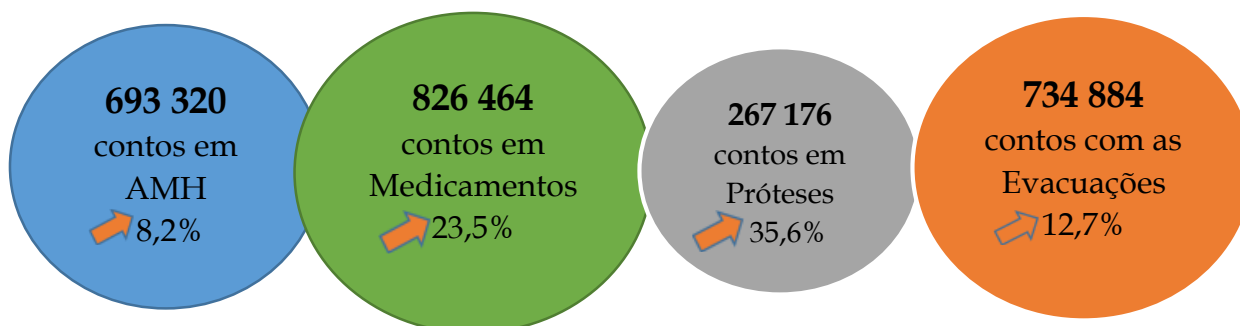
Quadro 7 - Prestações Pecuniárias pagas, 2017-2019 (m.ECV)

Prestações Pecuniárias	Ano				Variações Absolutas		Variações Relativas	
	2017	2018	2019	Peso	2017/18	2018/19	2017/18	2018/19
Subsídio De Doença								
Nº Beneficiários	4 919	5 805	6 063		886	258	18,0%	4,4%
Valor Pago (mECV)	177 943	200 088	218 688	60,5%	22 145	18 600	12,4%	9,3%
Valor Médio por Beneficiário (mECV)	36,2	34,5	36,1		-1,7	1,6	-4,7%	4,6%
Subsídio De Maternidade								
Nº Beneficiárias	1 572	1 859	2 076		287	217	18,3%	11,7%
Valor Pago (mECV)	108 283	123 625	142 671	39,5%	15 343	19 046	14,2%	15,4%
Valor Médio por Beneficiário (mECV)	68,9	66,5	68,7		-2,4	2,2	-3,5%	3,3%
Total Nº Beneficiários	6 491	7 664	8 139	100,0%	1 173	475	18,1%	6,2%
Total Valor Pago (mECV)	286 226	323 713	361 359		37 488	37 646	13,1%	11,6%

1.2.1.2. Prestações em Espécie

2 521,8 milhões ECV pagos em AMM

+ 16,8% face ao ano transato

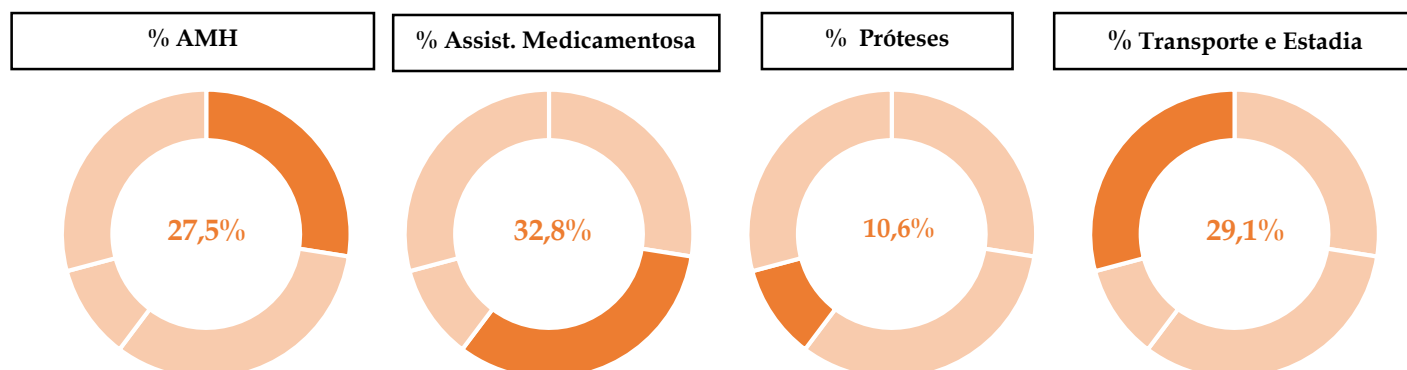


As despesas com a Assistência Médica, Hospitalar e Medicamentosa alcançaram em 2019 um montante de 2 521,8 milhões de ECV, representando uma variação anual homóloga de 16,8%.

No ano de 2019, as comparticipações com próteses e outros dispositivos de compensação cresceram 35,6%, seguidas das despesas com a assistência medicamentosa com 23,5%. As despesas com deslocações e estadia e com a assistência médica e hospitalar, cresceram 12,7% e 8,2%, respetivamente. As variações registadas devem-se sobretudo ao aumento do número de beneficiários e à revisão das Portarias que regulamentam as condições de comparticipação nas despesas com a assistência médica e hospitalar.

Quanto à estrutura das despesas da AMM, a rubrica de comparticipação dos custos nas compras de medicamentos dos beneficiários representa 32,8% do total, seguida das rubricas de Transporte e Estadia em caso de evacuações, Assistência Médica e Hospitalar (AMH) e de Próteses e Outros dispositivos de Compensação com 29,1%, 27,5% e 10,6%, respetivamente.

Gráfico 7 - Estrutura das despesas em AMM, 2019



Quadro 11 - Prestações em Espécies com a AMM (mil ECV), 2017-2019

Prestações em Espécie	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019		Variação Absoluta		Variação Relativa	
	Valor	Valor	Valor	Peso	2017/18	2018/19	2017/18	2018/19
Assistência Médica e Hospitalar	617 261	640 570	693 320	27,5%	23 309	52 750	3,8%	8,2%
Compensação ao Ministério da Saúde	400 000	399 697	399 967	15,9%	-303	270	-0,1%	0,1%
Despesas de Estomatologia	143 478	158 877	191 175	7,6%	15 399	32 298	10,7%	20,3%
Outras Despesas com Assist. Médica	73 783	81 996	102 178	4,1%	8 213	20 182	11,1%	24,6%
Assistência Medicamentosa	649 854	669 070	826 464	32,8%	19 216	157 394	3,0%	23,5%
Próteses e Outros Dispositivos	193 212	197 085	267 176	10,6%	3 873	70 091	2,0%	35,6%
Despesas de Transporte e Estadia	599 079	652 348	734 884	29,1%	53 269	82 536	8,9%	12,7%
Transporte	107 166	108 827	125 442	5,0%	1 661	16 615	1,5%	15,3%
Estadia	486 561	540 063	606 710	24,1%	53 502	66 647	11,0%	12,3%
Internas	107 693	103 462	135 039	5,4%	-4 231	31 577	-3,9%	30,5%
Externas	378 868	436 601	471 671	18,7%	57 733	35 070	15,2%	8,0%
Outras Despesas	5 352	3 458	2 732	0,1%	-1 894	-726	-35,4%	-21,0%
Despesas Convencionais	0	0	0	0,0%	0	0	n.a.	n.a.
Total	2 059 406	2 159 073	2 521 844	100,0%	99 667	362 771	4,8%	16,8%

n.a.: não aplicável

Fonte: INPS, Agosto 2020.

Evacuações – Transporte e Estadia

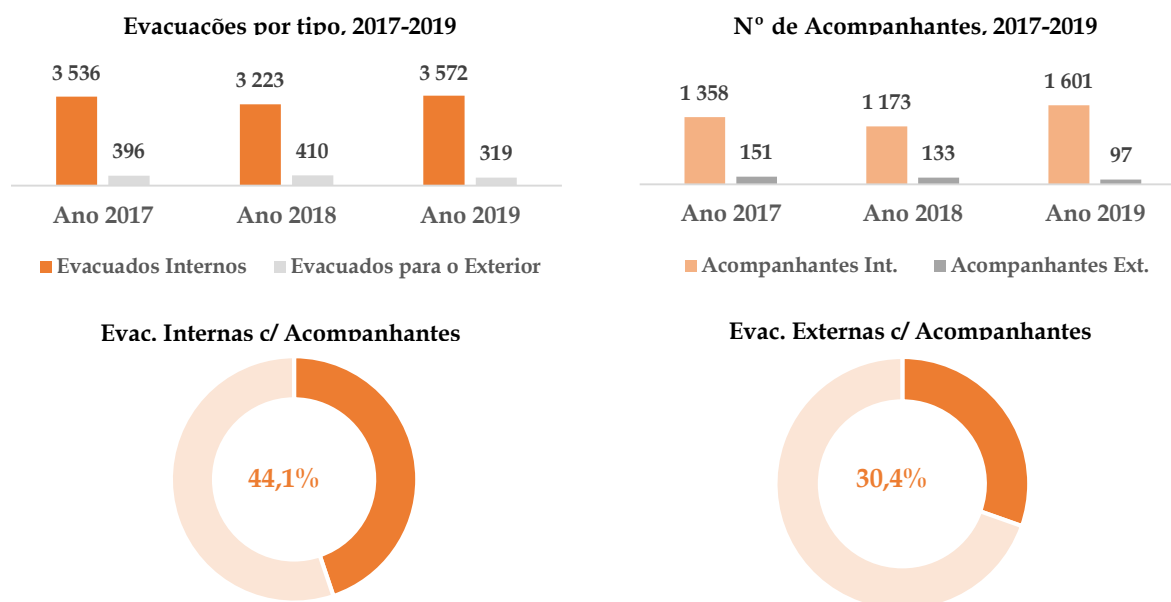
Em 2019 realizaram-se 5 562 deslocações por motivo de evacuações sanitárias, apresentando um acréscimo de 12,6%. O total de beneficiários evacuados registrou o número líquido de 3.891 contra 3.633 em 2018, ou seja uma variação de 7,1% face ao ano de 2018.

Há que destacar o número de acompanhantes nas deslocações de aproximadamente 1/3 do total, correspondendo a 1.671 pessoas e tendo crescido 27,9% em relação ao ano anterior, o que tem impacto directo nos custos de estadia nas deslocações sanitárias.

Das evacuações registadas, **3 572 são evacuações internas (64%)** em que 1 417 (40%) foram realizadas com acompanhamento familiar e 157 com acompanhamento de técnicos de saúde.

As deslocações para o exterior por motivo de evacuação sanitária somaram 416, das quais 319 (77%) foram dos próprios doentes evacuados e 97 (23%) foram acompanhantes, registando um decréscimo em termos homólogos dos evacuados e dos acompanhantes na ordem dos (-22,2) % e (-27,1) %, respetivamente.

Gráfico 8 - Evacuações Sanitárias, 2017-2019



Quadro 9 - Número de Deslocações sanitárias efetuadas por tipo, 2017 - 2019

Eventualidade	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019		Variação Absoluta		Variação Relativa	
			#	Peso	2017/18	2018/19	2017/18	2018/19
Deslocações Internas*	4 894	4 396	5 146	92,5%	-498	750	-10,2%	17,1%
Evacuações Internas	3 536	3 223	3 572	64,2%	-313	349	-8,9%	10,8%
Acompanhantes	1 358	1 173	1 574	28,3%	-185	401	-13,6%	34,2%
Evacuações com acompanhantes	38,4%	36,4%	44,1%		-2,0%	7,7%		
Deslocações para o Exterior*	547	543	416	7,5%	-4	-127	-0,7%	-23,4%
Evacuações para o Exterior	396	410	319	5,7%	14	-91	3,5%	-22,2%
Acompanhantes	151	133	97	1,7%	-18	-36	-11,9%	-27,1%
Evacuações com acompanhantes	38,1%	32,4%	30,4%		-5,7%	-2,0%		
Total Deslocações*	5 441	4 939	5 562	100,0%	-502	623	-9,23%	12,6%
Evacuações	3 932	3 633	3 891	70,0%	-299	258	-7,60%	7,1%
Acompanhantes	1 509	1 306	1 671	30,0%	-203	365	-13,45%	27,9%
Evacuações com acompanhantes	38,4%	35,9%	42,9%		-2,5%	7,0%		

* Inclusive os acompanhantes e técnicos de saúde

Fonte: DAD, Março 2020

Evacuações Internas

O número de evacuados internos foi de 3 572, correspondendo a uma variação de 10,8% face ao ano transato. Porém, os acompanhantes cresceram no mesmo período em 34,2%, estabelecendo em 1 574 pessoas. À semelhança do ano anterior, as ilhas que apresentaram maiores números de deslocações foram as ilhas do Fogo, Santo Antão e Sal, com pesos de 18,4%, 17,9% e 16,8%, respetivamente.

Quadro 12 - Evacuações Internas por ilha de Origem, 2017-2019

Proveniência	Ano 2017		Ano 2018		Ano 2019				Variação			
	Evac.	Acomp.	Evac.	Acomp.	Evac.	Acomp.	Total	Peso	2017/2016		2018/2017	
									Evac.	Acomp.	Evac.	Acomp.
Santo Antão	746	264	556	178	637	282	919	17,9%	-25,5%	-32,6%	14,6%	58,4%
São Vicente	67	29	44	18	45	44	89	1,7%	-34,3%	-37,9%	2,3%	144,4%
São Nicolau	434	179	408	134	501	200	701	13,6%	-6,0%	-25,1%	22,8%	49,3%
Sal	577	253	495	239	572	295	867	16,8%	-14,2%	-5,5%	15,6%	23,4%
Boavista	463	162	377	128	503	199	702	13,6%	-18,6%	-21,0%	33,4%	55,5%
Maio	359	129	252	122	247	133	380	7,4%	-29,8%	-5,4%	-2,0%	9,0%
Santiago	7	1	4	0	1		1	0,0%	-42,9%	-100,0%	-75,0%	n.a.
Fogo	580	249	671	266	661	288	949	18,4%	15,7%	6,8%	-1,5%	8,3%
Brava	303	92	416	88	405	133	538	10,5%	37,3%	-4,3%	-2,6%	51,1%
Total	3 536	1 358	3 223	1 173	3 572	1 574	5 146	100,0%	-8,9%	-13,6%	10,8%	34,2%

Fonte: DAD

Das evacuações efetuadas, 300 foram de máxima urgência, correspondendo a 8,4% das evacuações internas realizadas, com destaque para a ilha do Sal: 44,0% do total. As evacuações de máxima urgência têm forte impacto nos custos com transportes, por exigirem na maior parte das vezes o recurso a afretamentos de aviões.

Gráfico 9 - Origens das Evacuações Internas, 2019

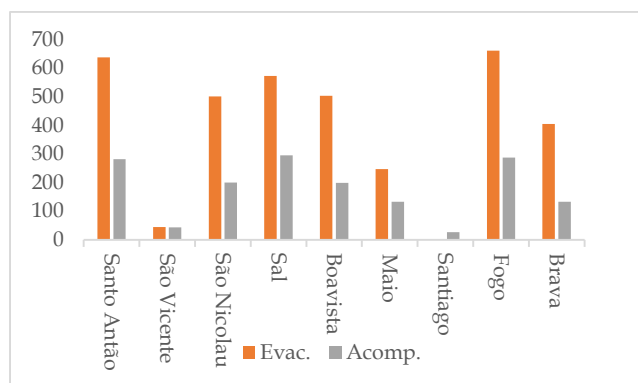
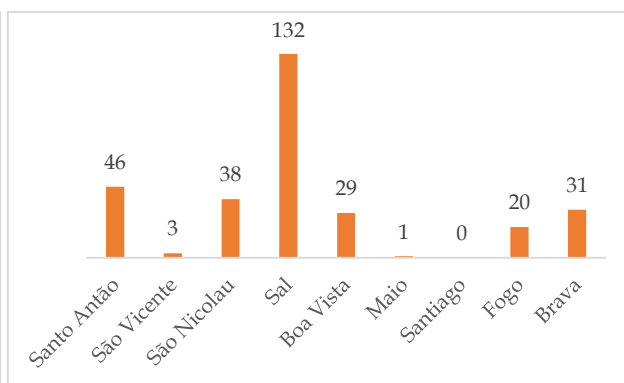
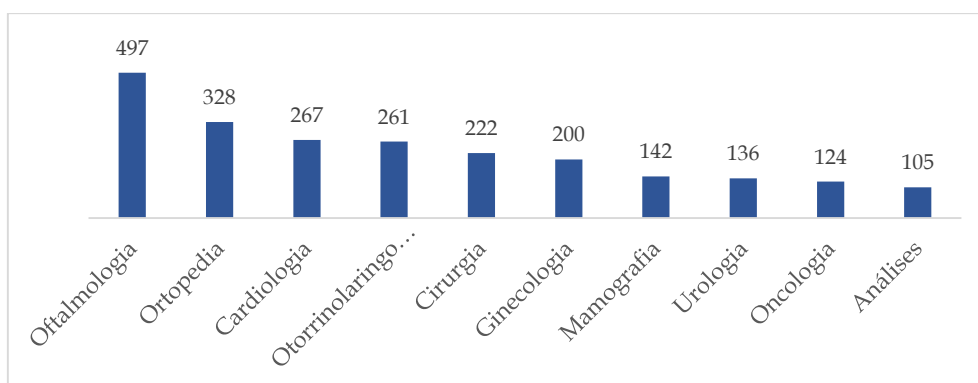


Gráfico 10 - Origens das Máximas Urgências, 2019



As especialidades que registaram mais evacuações internas em 2019, foram as de Oftalmologia (497), Ortopedia (328), Cardiologia (267), ORL (261), Cirurgia (222) e Ginecologia (200).

Gráfico 11 - Topo 10 Especialidades Evacuações Internas, 2019



Fonte: DAD

Evacuações para o exterior¹

No ano de 2019, foram evacuados para o exterior (Portugal) 319 beneficiários, traduzindo uma redução de 22,2% quando comparado com o ano de 2018. Das evacuações realizadas, 167 foram propostas pela Junta de Barlavento e 139 pela Junta de Sotavento. Foram ainda enquadrados 13 beneficiários pela Junta *Ad hoc* em Portugal.

Gráfico 12 - Proveniência Evacuados Externos

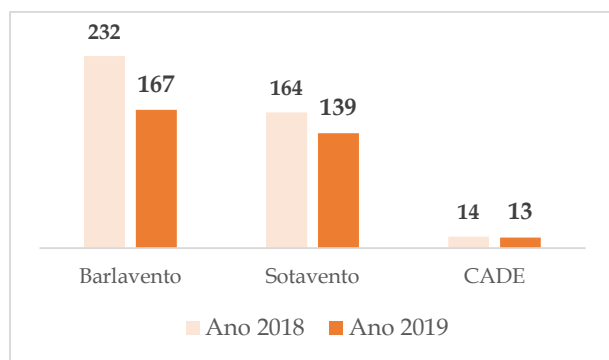
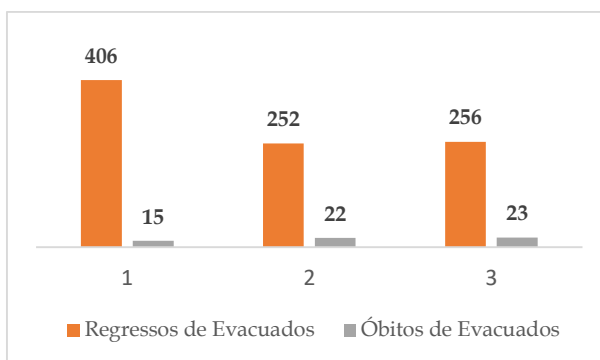


Gráfico 13 - Regressos e óbitos dos Evacuados

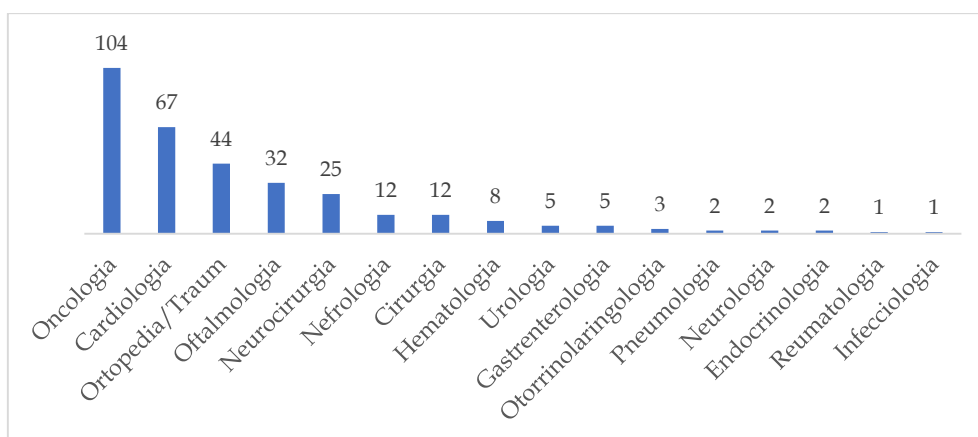


As especialidades mais solicitadas nas evacuações para o exterior no ano em análise foram a Oncologia com 104 casos, Cardiologia 67, Ortopedia 44, Oftalmologia 32 e Neurocirurgia com 25 casos.

O número de dias de estadia dos evacuados em Portugal continua a ser elevado, com tendência crescente dos evacuados que procuram sobretudo as valências médicas de Oncologia e Ortopedia. É de salientar que relativamente à estadia dos doentes de foro neurológico, a permanência é considerada como residência permanente.

Apesar da dinâmica dos evacuados para o exterior, concluiu-se o ano 2019 com 549 evacuados activos em Portugal.

¹ Valores do Relatório DAD e CADE diferem

Gráfico 14 - Especialidades Médicas dos Evacuados para o Exterior, 2019

Fonte: CADE

No período em análise, regressaram para Cabo Verde 256 beneficiários com alta hospitalar e faleceram 23, correspondentes a variações homólogas de 1,6% e 4,5%, respetivamente.

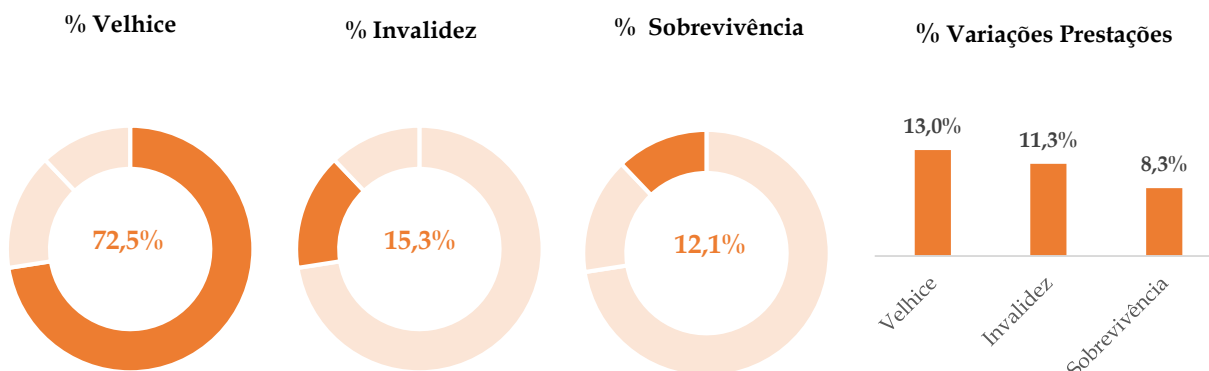
Quadro 13 - Regressos e óbitos dos evacuados para o exterior, 2017-2019

Descrição	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Variações Absolutas		Variações Relativas	
				2017/18	2018/19	2017/18	2018/19
Regressos de Evacuados	406	252	256	-154	4	-37,90%	1,6%
Óbitos de Evacuados	15	22	23	7	1	46,70%	4,5%

Fonte: Relatório CADE, INPS, 2019

1.2.2. Prestações diferidas – Pensões

O montante das pensões pagas somou 2 188,5 milhões de ECV em 2019, correspondendo a um crescimento de 12,1%, justificado pelo aumento do número de pensionistas e pela atualização das pensões em 1,5% em 2019.

Gráfico 15 - Estrutura e variações anuais das pensões pagas por tipo de pensionistas, 2019

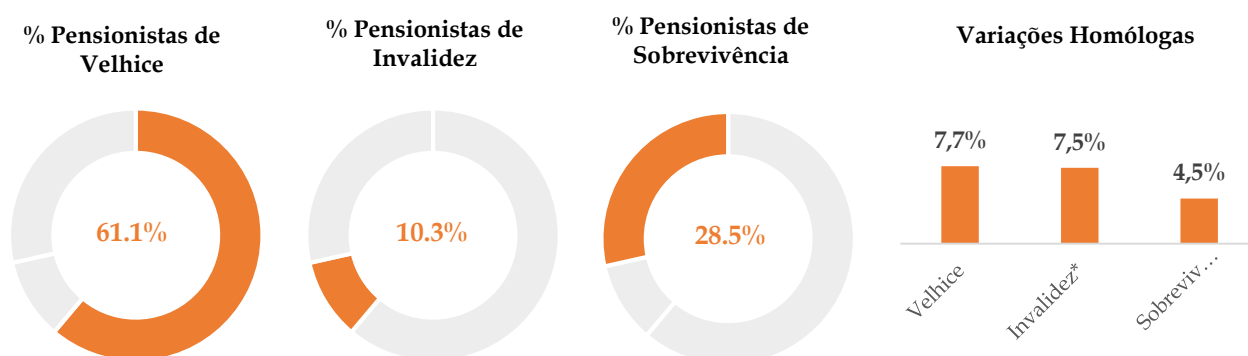
Quadro 14 - Pensões pagas por tipo de eventualidade (mil ECV), 2017-2019

Rubrica	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019		Variação Absoluta		Variação Relativa	
	Valor	Valor	Valor	Peso	2017/18	2018/19	2017/18	2018/19
Velhice	1 255 679	1 402 271	1 584 374	72,4%	146 592	182 103	11,7%	13,0%
Invalidez	312 803	301 550	335 476	15,3%	-11 253	33 926	-3,6%	11,3%
Sobrevivência	235 368	244 949	265 300	12,1%	9 581	20 351	4,1%	8,3%
Complementar	3 345	3 345	3 395	0,2%	-	50	0,0%	1,5%
Total	1 807 195	1 952 115	2 188 546	100,0%	144 920	236 431	8,0%	12,1%

Fonte: Dados importados em Março 2020

O tempo médio de resposta registado na conclusão dos pedidos de pensões foi de 34 dias, representando uma redução de 10 dias, quando comparado com o registado em 2018.

Durante o exercício de 2019 o número de pensionistas era de 8 065, correspondente a um crescimento de 6,7% em relação ao ano de 2018. As variações homólogas ocorridas com os pensionistas de velhice invalidez e sobrevivência foram de 7,7%, 7,5% e 4,5%, respetivamente.

Gráfico 16 - Estrutura e Variações Anuais dos Pensionistas do INPS por tipo de risco, 2019**Quadro 15 - Número de Pensionistas por categoria, 2017-2019**

Natureza	Ano 2017*		Ano 2018		Ano 2019		Variação Absoluta		Variação Relativa	
	N.º	Peso	N.º	Peso	N.º	Peso	2017/18	2018/19	2017/18	2018/19
Velhice	4 303	59,9%	4 575	60,5%	4 925	61,1%	272	350	6,3%	7,7%
Invalidez*	721	10,0%	775	10,3%	833	10,3%	54	58	7,5%	7,5%
Sobrevivência	2 149	29,9%	2 198	29,1%	2 296	28,5%	49	98	2,3%	4,5%
Complementar	11	0,2%	11	0,1%	11	0,1%	0	0	0,0%	0,0%
Total	7 184	100,0%	7 559	100,0%	8 065	100,0%	375	506	5,2%	6,7%

*Foi feita a transferência de 283 pensionistas da condição de invalidez para a de velhice em março de 2017 por terem atingido a idade legal de reforma. Assim, o número de pensionistas de invalidez foi corrigido nas estatísticas de 2017.

Fonte: INPS, Abril 2020.

• Regimes Especiais do Ramo das Pensões

No final do ano em análise foram 389 os pensionistas do Regime Comum, regulamentado através do Decreto-Lei n.º 41/85, de 20 de abril, e, a favor dos trabalhadores a cargo das

empresas públicas que transitaram da função pública por imposição da lei, em consequência da transformação dos serviços administrativos ou autónomos em que se enquadravam.

Quanto aos pensionistas do Regime Unificado, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 1/2013, de 4 de janeiro, somaram o número de 288 beneficiários, sendo essencialmente pensionistas de velhice com cerca de 86,9% no final do ano.

Neste âmbito, 677 dos pensionistas em 2019 eram do regime comum ou unificado, correspondendo a 8,4% do total dos pensionistas do INPS. A pensão de velhice foi predominante nesses regimes com um peso de 73,0%, a invalidez segue com 23,5% e apenas 3,5% eram pensionistas de sobrevivência.

Quadro 16 - Número de Pensionistas por tipo, segundo o Regime, 2019

Regime de Pensões	Tipo Pensionistas				Total	Peso
	Velhice	Invalidez	Sobrevivência	Complementar		
Regime Geral	4.431	674	2.272	11	7.388	91.6%
Regime Especial	494	159	24	0	677	8.4%
<i>Regime Comum</i>	244	137	8	0	389	4.8%
<i>Regime Unificado</i>	250	22	16	0	288	3.6%
Total	4.925	833	2.296	11	8.065	100.00%
% no Regime Especial	11,1%	23,6%	1,1%	0,0%	9,2%	
% no Regime Comum	5,5%	20,3%	0,4%	0,0%	5,3%	
% no Regime Unificado	5,6%	3,3%	0,7%	0,0%	3,9%	

Fonte: DPD e GEARI, INPS, Abril de 2019

- **Programa de Reforma Antecipada dos Trabalhadores da TACV e Regime Privativo de Segurança Social do BCA**

Com o estabelecimento do Protocolo de Colaboração entre o INPS, o Estado de Cabo Verde e a TACV, em finais do mês de setembro de 2019, o Governo adiantou ao INPS cerca de 809 milhões de ECV, e a partir de outubro deu-se início à gestão do Programa de Reforma Antecipada dos Trabalhadores da TACV, integrado por 90 aderentes, no âmbito do processo de privatização desta empresa, sendo o montante pago de 31,1 milhões de ECV em 2019.

Por outro lado, o INPS assumiu a gestão do fundo de pensões do regime privativo de segurança social do BCA de cerca de 6,8 mil milhões de ECV, com efeitos a janeiro de 2019. O INPS, em contrapartida, passou a deter os TCMF no montante de 6,4 mil milhões de ECV antes pertencentes ao BCA (Decreto Lei nº35/2019) e o diferencial pago directamente pelo BCA.

Para além da transferencia do Fundo, o BCA inscreveu os 153 trabalhadores activos no sistema do INPS contribuindo com 17% da massa salarial dos trabalhadores beneficiários do Sistema Privativo de Segurança Social até perfazerem a idade de reforma.

Quadro 17 - Pensões pagas por tipo de eventualidade

Natureza	Ano 2019	
	N.º Beneficiários	Valores Pago
Especial BCA	244	76.653
Especial TACV	90	31.073
Total	334	107.725

Fonte: Dados importados em Março 2020

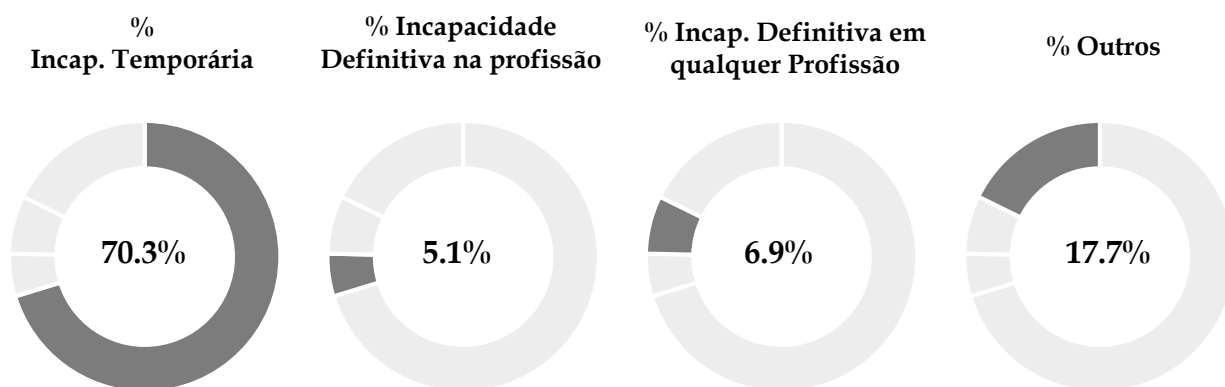
- Comissão de Verificação de Incapacidade (CVI)**

As avaliações realizadas no ano de 2019 abrangeram 706 beneficiários, apresentando um acréscimo de 16,9% em relação ao ano de 2018.

Quadro 18 - Avaliações de Incapacidades efetuadas, segundo o centro de CVI, 2019

CVI	Ano 2018		Ano 2019		Variação	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
CVI- Barlavento	241	39,9%	305	43,2%	64	26,6%
CVI- Sotavento	363	60,1%	401	56,8%	38	10,5%
Total	604	100,0%	706	100,0%	102	16,9%

Das avaliações realizadas 61,9% foram avaliadas como incapacidade temporária, 10,8% como incapacidade definitiva na profissão, 8,3% como incapacidade definitiva em qualquer profissão. Os beneficiários residentes nas ilhas de Santiago e São Vicente, continuam a ter maior representatividade a nível das certificações de incapacidade, com 52% e 26%, respetivamente.

Gráfico 17 - Natureza das Incapacidades Avaliadas, 2019

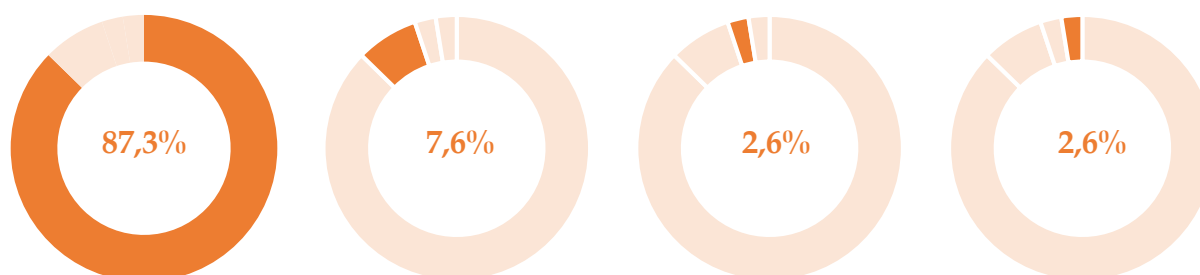
1.2.3. Abono de Família e Prestações Complementares

As despesas com o Abono de Família e as Prestações Complementares (AFPC) continuam com uma trajetória ascendente alcançando 400,5 milhões de ECV, apesar de ligeiramente superior a 2018 na ordem dos 3,9%, refletindo o aumento em 2019 dos titulares abrangidos de 6,1%.

Do total registado, as despesas com o abono de família detiveram 349,7 milhões de ECV, correspondendo a uma variação positiva de 7,7% face ao ano anterior. Os subsídios de funeral e por deficiência alcançaram o montante de 10,2 milhões de ECV cada, correspondente a acréscimos num ano de 10,5% e 5,6%, respetivamente. Em sentido contrário estiveram as despesas com o subsídio de aleitação, tendo registado decréscimos em termos relativos de (-27,8) %, passando de 42,1 milhões de ECV em 2018 para 30,4 milhões de ECV em 2019, em virtude da redução do seu número de beneficiários.

Gráfico 18 - Estrutura dos pagamentos em AFPC tipo de prestação, 2019

% Abono Família % Subsídios de Aleitação % Subsídios de deficiência % Subsídios de Funeral



Quadro 19 - Despesas em Abono de Família e Prestações Complementares (mil ECV)

Rubrica	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019		Variação Absoluta		Variação Relativa	
	Valor	Valor	Valor	Peso	2017/18	2018/19	2017/18	2018/19
Abonos de Família	283.435	324.510	349 657	87,3%	41 075	25 147	14,5%	7,7%
Subsídios de Aleitação	36.133	42.128	30 408	7,6%	5 995	- 11 720	16,6%	- 27,8%
Subsídios por Deficiência	12.825	9.692	10 237	2,6%	-3 133	545	- 24,4%	5,6%
Subsídios de Funeral	9.604	9.252	10 224	2,6%	-352	972	- 3,7%	10,5%
Total	341.997	385.582	400 526	100,0%	43 585	14 944	12,7%	3,9%

Fonte: INPS, Agosto 2020

Em 2019 foram abrangidos pelo abono de família 68.738 titulares, mais 4.857 crianças, adolescentes e jovens em estudos/formação do que no ano anterior (+7,6%). Os beneficiários dos subsídios por deficiência e funeral reconhecidos no ano, aumentaram em 7,9% e 4,5%, respetivamente, enquanto os do subsídio de aleitação reduziram em (-14,9) %.

Quadro 20 - Beneficiários de Abonos de Família e Prestações Complementares, 2017-2019

Rubrica	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019		Variação Absoluta		Variação Relativa	
	Nº	Nº	Nº	Peso	2017/18	2018/19	2017/18	2018/19
Abonos de Família	58.721	63.881	68.738	93,9%	5.160	4.857	8,8%	7,6%
Subsídios de Aleitação	3.082	4.472	3.804	5,2%	1.390	- 668	45,1%	- 14,9%
Subsídios por Deficiência	273	292	315	0,4%	19	23	7,0%	7,9%
Subsídios de Funeral	346	336	351	0,5%	-10	15	-2,9%	4,5%
Total	62.422	68.981	73.208	100,0%	6.559	4.227	10,5%	6,1%

Fonte: GEARI, INPS, Abril 2020

1.2.4. Subsídio de Desemprego

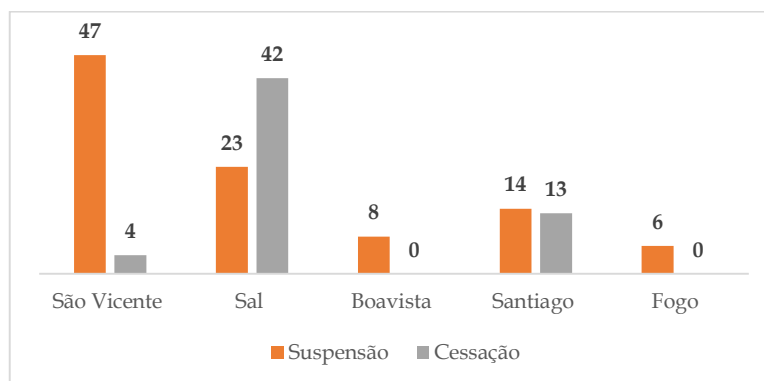
Até o final do período em análise, **foram processados e pagos subsídios de desemprego a 873 beneficiários face aos 234 de 2018, no montante global de 44,1 milhões de ECV**. O valor pago em 2019 equivaleu a quatro vezes mais ao montante pago em 2018, em virtude do aumento substancial dos beneficiários.

Quadro 21 - Subsídio de Desemprego (mil ECV), 2018-2019

Rubrica	Ano 2018		Ano 2019		Variação Absoluta		Variação Relativa	
	Nº	Valor	Nº	Valor	N	Valor	N	Valor
Subsídio de Desemprego	234	10.550	873	44 145	639	33 595	273,1%	318,4%

Fonte: DPD

A gestão do Subsídio de Desemprego é realizada conjuntamente com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, através dos Centros de Emprego. A ausência durante o ano 2019 de uma plataforma única de gestão gerou algumas dificuldades. Deu-se também cumprimento ao estabelecido na legislação que regula a atribuição de subsídios de desemprego, e em consequência suspendeu o subsídio a cerca de 98 beneficiários.

Gráfico 19 - Cessações e Suspensões do Subsídio de Desemprego por ilha, 2019

2. Melhoria na Gestão do Cadastro e das Contribuições

A proteção social obrigatória concretiza-se através dos regimes de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem e dos trabalhadores por conta própria, mediante prestações garantidas como direitos (artigo 15º, Lei nº 131/V/2001, de 22 de Janeiro).

A atribuição das prestações está condicionada à inscrição dos segurados e ao cumprimento de demais requisitos legais, nomeadamente, o prazo de garantia e o índice de profissionalidade nas modalidades em que tal for imposto (artigo 19º, Decreto-Lei nº 50/2009, de 30 de Novembro).

A gestão adequada do cadastro dos segurados e familiares associados é a chave mestra do cumprimento das normas legais que garantem os direitos sociais. Assim, as medidas implementadas durante o ano em termos de funcionalidades informáticas foram constantes nesses processos.

A declaração e o pagamento das contribuições são determinantes no processo de inscrição e registos nos termos do definido em termos de incidência das percentagens fixadas sobre as remunerações efetivas ou convencionais (nº1 e 2, artigo 24º, Decreto-Lei nº 50/2009, de 30 de Novembro).

2.1. Contribuições registadas

11 632,6 milhões ECV de contribuições declaradas em 2019

+ 496,7 milhões de ECV face a 2018, isto é, um crescimento anual de 4,5%

As entidades empregadoras são obrigadas a remeter mensalmente as suas Folhas de Ordenados e Salários (FOS) e o respetivo pagamento das contribuições e quotizações sociais dos trabalhadores. Esta operação deve ser efetuada até o dia 15 do mês imediato àquele a que se reporta.

Caixa: Situação de grave incumprimento

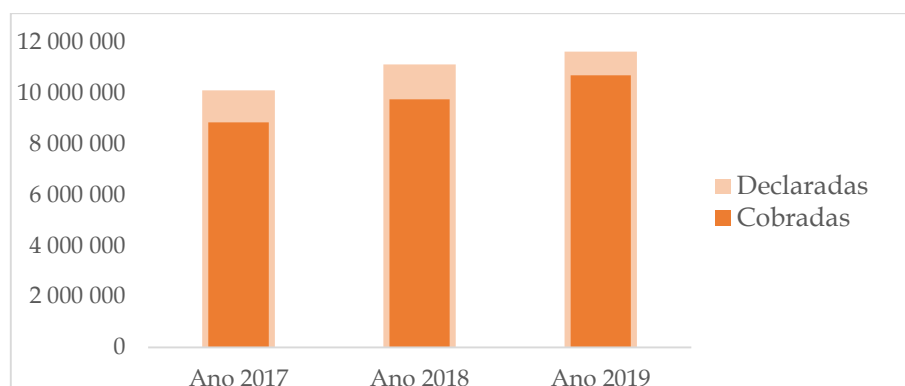
A entidade empregadora que, durante quatro meses consecutivos, entregar as Folhas de Ordenados e Salários (FOS) sem o pagamento das contribuições é considerada em situação de grave incumprimento (nº 1, Artigo nº 9 do DL nº 5/2004).

A taxa de cobrança, isto é, o quociente entre os montantes das contribuições cobradas e das declaradas, alcançou 92,0%, melhorando o desempenho em 4,4 p.p. face a 2018.

Quadro 22 - Contribuições Declaradas e Cobradas (mil ECV), 2017-2019

Registos de Contribuições	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Variação Absoluta		Variação Relativa	
	Valor	Valor	Valor	2017/18	2018/19	2017/18	2018/19
Declaradas	10 108 316	11 135 895	11 632 585	1 027 579	496 690	10,2%	4,5%
Cobradas	8 860 039	9 757 905	10 702 938	897 866	945 033	10,1%	9,7%
Taxa de cobrança	87,7%	87,6%	92,0%	0,0%	4,4%		

Fonte: INPS, Agosto 2020

Gráfico 20 - Contribuições Declaradas e Cobradas (mil ECV), 2017-2019

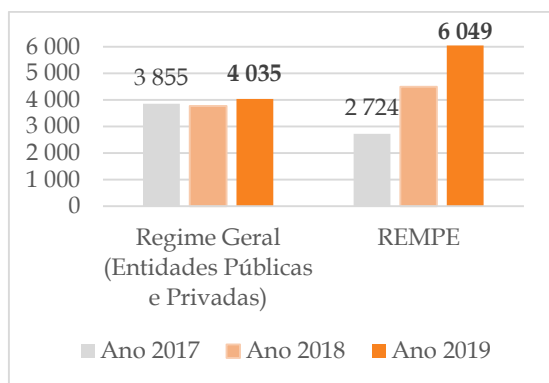
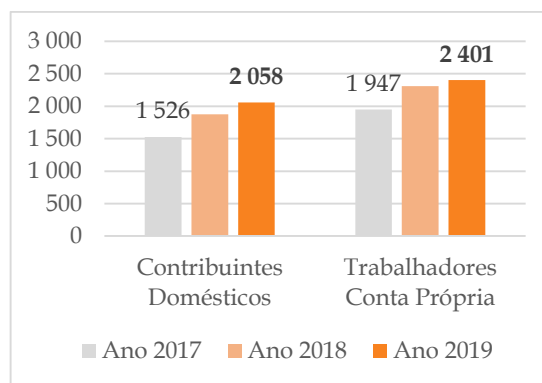
2.2. Contribuintes Ativos

O número de contribuintes ativos cresceu em todos os regimes, tendo fixado em 14 904.

Comparativamente à tendência do último ano, registou-se uma inversão no sentido crescente na ordem dos 7,2% no Regime Geral, apresentando em termos líquidos mais 270 contribuintes, não obstante os contribuintes dos regimes especiais do REMPE, do Serviço Doméstico e dos TCP continuarem a registar tendências crescentes e na ordem dos 34,7%, 9,6% e 3,9%, respetivamente.

O REMPE passou a abranger 6 049 contribuintes, enquanto o Regime Geral se fixou em 4 035 no mesmo período. Isto é, o INPS contava com cerca de 10 084 empresas inscritas e ativas em 2019.

Os contribuintes do Serviço Doméstico cresceram em termos absolutos em cerca da metade da variação anual registada em 2018, a volta de 181 novos ativos líquidos, fixando em 2 058 ativos. Relativamente aos TCP, o ritmo de crescimento em 2019 continua positivo, porém, verifica-se um abrandamento no crescimento, passando de 2 310 a 2 401 ativos, um aumento líquido de apenas 91.

Gráfico 21 - Empresas Contribuintes por Regime**Gráfico 22 - Contribuintes Individuais por Regime**

Quadro 23 - Contribuintes ativos por Regime, 2017-2019

Regime	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Variação Anual Absoluta		Variação Anual Relativa	
				2017/18	2018/19	2017/18	2018/19
Regime dos Trabalhadores por Conta de Outrem							
Regime Geral (Entidades Públicas e Privadas)	3 855	3 765	4 035	-90	270	-2,3%	7,2%
REMPE	2 724	4 492	6 049	1 768	1 557	64,9%	34,7%
Contribuintes Domésticos	1 526	1 877	2 058	351	181	23,0%	9,6%
Administração Pública Central /Local	343	368	361	25	-7	7,3%	-1,9%
Subtotal	8 448	10 502	12 503	2 054	2 001	24,3%	19,1%
Regime dos Trabalhadores por Conta Própria							
Trabalhadores Conta Própria	1 947	2 310	2 401	363	91	18,6%	3,9%
Total	10 395	12 812	14 904	2 417	2 092	23,3%	16,3%

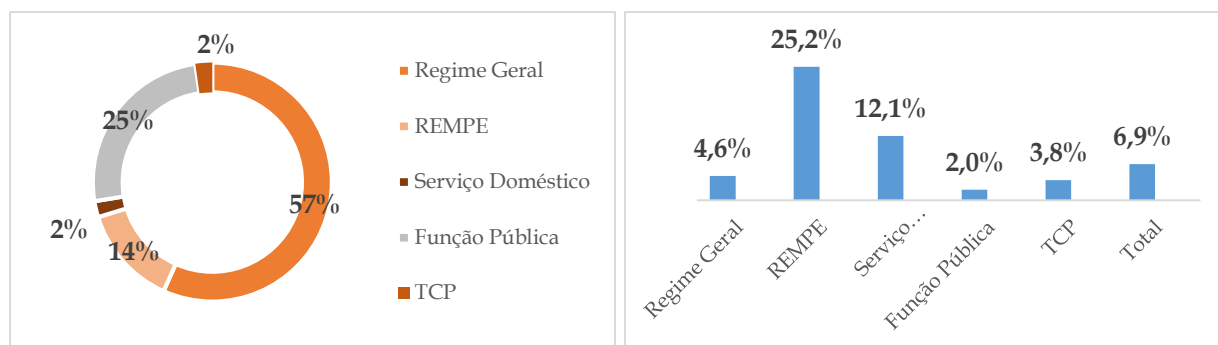
Fonte: Gabinete de Estudos Estratégicos, Atuarial e Relações Internacionais, INPS, Abril 2020.

2.3. Segurados ativos

105 272 segurados ativos em 2019

+ 7 213 segurados face ao ano transato, ou seja, um crescimento de + 6,9%

Gráfico 23 - Estrutura e Variações Anuais dos Segurados por Regime, 2019



O Regime Geral dos TCO e o da Função Pública detêm na estrutura dos segurados 82% do total em 2019. Por seu lado, o REMPE ganha cada vez mais peso nessa estrutura, fixando em 13,6% em 2019 face aos 10,9% do ano transato, ou seja, um aumento de 2,7 pontos percentuais num ano.

Caixa: Segurado Ativo

Trabalhador que exerce atividade profissional, por conta de outrem ou por conta própria, inscrito no Sistema da Previdência Social com pelo menos um registro de remunerações no período em análise.

De uma forma geral, todos os regimes cresceram em número de segurados, realçando as variações homólogas do REMPE, do Serviço Doméstico e do Regime Geral em 25,2%, 12,1% e 4,6%, respetivamente.

Quadro 24 - Segurados Ativos por Regime, 2017-2019

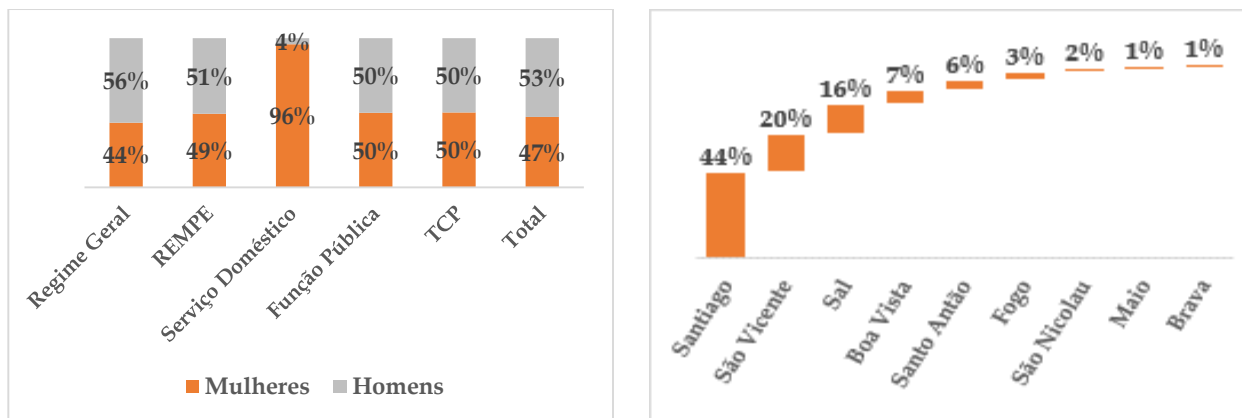
Regime	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019		Variação Absoluta		Variação Relativa	
			Nº	Peso	2017/18	2018/19	2017/18	2018/19
Regime dos Trabalhadores por Conta de Outrem								
Regime Geral	56 121	56 959	59 683	56,7%	838	2 724	1,5%	4,6%
REMPE	6 921	10 685	14 277	13,6%	3 764	3 592	54,4%	25,2%
Serviço Doméstico	1 628	2 016	2 294	2,2%	388	278	23,8%	12,1%
Função Pública	25 827	26 089	26 617	25,3%	262	528	1,0%	2,0%
Função Pública Regime Atual	15 092	13 644	14 157	13,4%	-1 448	513	-9,6%	3,6%
Função Pública Regime Novo	10 735	12 445	12 460	11,8%	1 710	15	15,9%	0,1%
Regime dos Trabalhadores por Conta Própria								
Trabalhadores por Conta Própria	1 947	2 310	2 401	2,3%	363	91	18,6%	3,9%
Total	92 444	98 059	105 272	100,0%	5 615	7 213	6,1%	6,9%

Fonte: INPS, abril 2020.

Em relação ao género, constata-se que **47,3% dos segurados são mulheres e 52,7% homens**. No regime do Serviço Doméstico, existe uma forte predominância das mulheres, com cerca de 96% dos segurados do referido regime. Os regimes da FP, do REMPE e dos TCP têm uma representatividade de forma quase equitativa nos dois géneros. Porém, no Regime Geral dos TCO os homens têm maior presença com 56% do total.

Em termos de localização, **80% dos segurados ativos exercem as suas atividades nas ilhas de Santiago, São Vicente e Sal**.

Gráfico 24 - Segurados por Sexo, Regime e Ilha, 2019



Em termos relativos, o crescimento em 2019 foi de 6,9%, percentagem ligeiramente superior ao de 2018. A dinâmica de crescimento regista-se a nível de todas as ilhas com a exceção de Santiago e Sal que tiveram variações negativas de -1,6% e -1,2%, respetivamente. As ilhas de Boa Vista, Maio e Brava foram as que mais cresceram em termos percentuais, 44,1%, 31,6% e 29,6%, respetivamente.

Quadro 25 - Segurados Ativos por ilha de residência, 2017-2019

Ilha	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019		Variação Absoluta		Variação Relativa	
			Nº	Peso	2017/18	2018/19	2017/18	2018/19
Santo Antão	4 634	5 019	6 145	5,8%	385	1 126	8,3%	18,3%
São Vicente	18 183	19 384	21 511	20,4%	1 201	2 127	6,6%	9,9%
São Nicolau	1 670	1 846	2 258	2,1%	176	412	10,5%	18,2%
Sal	15 480	16 567	16 366	15,5%	1 087	- 201	7,0%	-1,2%
Boa Vista	3 669	3 941	7 051	6,7%	272	3 110	7,4%	44,1%
Maio	751	822	1 201	1,1%	71	379	9,5%	31,6%
Santiago	44 897	47 073	46 317	44,0%	2 176	- 756	4,8%	-1,6%
Fogo	2 679	2 847	3 628	3,4%	168	781	6,3%	21,5%
Brava	481	560	795	0,8%	79	235	16,4%	29,6%
Total	92 444	98 059	105 272	100,0%	5 615	7 213	6,1%	6,9%

Fonte: INPS, abril 2020.

2.4. Beneficiários inscritos

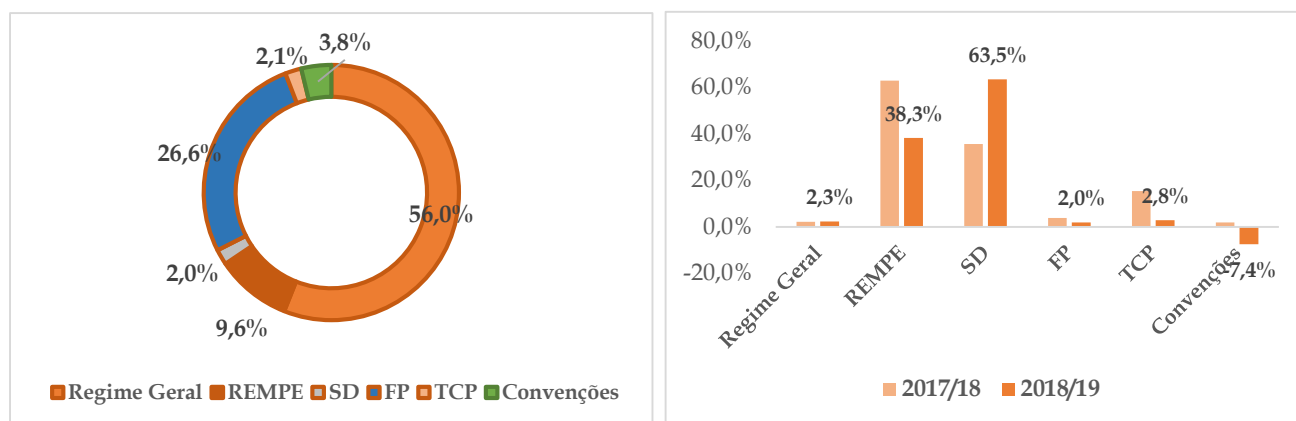
O número de pessoas que tinha uma inscrição aberta como beneficiários do sistema de proteção social obrigatória em 2019 foi de **251 344**, tendo crescido em 5,2% um pouco menos que os segurados inscritos (6,1%).

Dos inscritos, **56,0%** são do Regime Geral, seguido da Função Pública e do REMPE com 26,6% e 9,6%, respetivamente. O Serviço Doméstico e os TCP ainda apresentam um peso pouco expressivo nas inscrições, com 2% cada um.

O Regime aplicável às Convenções de Segurança Social representa 3,8%, correspondente a 9.539 pessoas inscritas com maior destaque para os pensionistas e trabalhadores migrantes.

Do ponto de vista de crescimento anual, o regime REMPE continua a consolidar-se registando um incremento em termos relativo de 38%.

Gráfico 25 - Estrutura e Variações Anuais do número de Inscritos no INPS



Quadro 26 - Beneficiários Inscritos no INPS por regime e tipo, 2017-2019

Descrição	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019		Variação Absoluta		Variação Relativa	
			Nº	Peso	2017/18	2016/19	2017/18	2018/19
Regime Geral (sem Domésticos e REMPE)	134 687	137 663	140 804	56,0%	2 976	3 141	2,21%	2,3%
Segurados ativos	56 121	56 959	59 683	23,7%	838	2 724	1,5%	4,8%
Pensionistas	7 173	7 548	8 054	3,2%	375	517	5,2%	6,8%
Velhice	4 303	4 575	4 925	2,0%	272	350	6,3%	7,7%
Invalidez	721	775	833	0,3%	54	58	7,5%	7,5%
Sobrevivência	2 149	2 198	2 296	0,9%	49	98	2,3%	4,5%
Pensionistas Complementares	11	11	11	0,0%	-	-	0,0%	0,0%
Familiares inscritos	71 382	73 145	73 056	29,1%	1 763	-89	2,5%	-0,1%
Descendentes	64 271	65 630	65 203	25,9%	1 359	-427	2,1%	-0,7%
Ascendentes	3 647	3 926	4 123	1,6%	279	197	7,7%	5,0%
Cônjuges	3 464	3 589	3 730	1,5%	125	141	3,6%	3,9%
REMPE	10 649	17 360	24 011	9,6%	6 711	6 651	63,0%	38,3%
Segurados Ativos	6 921	10 685	14 277	5,7%	3 764	3 592	54,4%	33,6%
Familiares inscritos	3 728	6 675	9 734	3,9%	2 947	3 059	79,1%	45,8%
Descendentes	3 518	6 406	9 425	3,7%	2 888	3 019	82,1%	47,1%
Ascendentes	103	149	179	0,1%	46	30	44,7%	20,1%
Cônjuges	107	120	130	0,1%	13	10	12,1%	8,3%
Serviço Doméstico	2 221	3 013	4 926	2,0%	792	1 913	35,7%	63,5%
Segurados ativos	1 628	2 016	2 294	0,9%	388	278	23,8%	13,8%
Familiares inscritos	593	997	2 632	1,0%	404	1 635	68,1%	164,0%
Descendentes	579	983	2 603	1,0%	404	1 620	69,8%	164,8%
Ascendentes	13	13	29	0,0%	-	16	0,0%	123,1%
Cônjuges	1	1	0	0,0%	-	-1	0,0%	-100,0%
Regime da Função Pública	63 184	65 578	66 876	26,6%	2 394	1.298	3,8%	2,0%
Segurados ativos	25 827	26 089	26 617	10,6%	262	528	1,0%	2,0%
Agentes Atuais	15 092	13 644	14 157	5,6%	-1 448	513	-9,6%	3,8%
Agentes Novos	10 735	12 445	12 460	5,0%	1 710	15	15,9%	0,1%
Pensionistas da Função Pública	6 109	6 898	6 913	2,8%	789	15	12,9%	0,2%
Familiares inscritos	31 248	32 591	33 346	13,3%	1 343	755	4,3%	2,3%
Descendentes	27 876	28 950	29 602	11,8%	1 074	652	3,9%	2,3%
Ascendentes	1 415	1 548	1 611	0,6%	133	63	9,4%	4,1%
Cônjuges	1 957	2 093	2 133	0,8%	136	40	6,9%	1,9%
Regime Trabalhadores por Conta Própria	4 372	5 045	5 188	2,1%	673	143	15,4%	2,8%
Segurados ativos	1 947	2 310	2 401	1,0%	363	91	18,6%	3,9%
Familiares inscritos	2 425	2 735	2 787	1,1%	310	52	12,8%	1,9%
Descendentes	2 178	2 485	2 533	1,0%	307	48	14,1%	1,9%
Ascendentes	77	81	84	0,0%	4	3	5,2%	3,7%
Cônjuges	170	169	170	0,1%	-1	1	-0,6%	0,6%
Regime das Convenções	10 109	10 306	9 539	3,8%	197	-767	1,9%	-7,4%
Pensionistas e Trabalhadores Migrantes	7 047	7 089	6 547	2,6%	42	-542	0,6%	-7,6%
Familiares inscritos	3 062	3 217	2 992	1,2%	155	-225	5,1%	-7,0%
Total	225 222	238 965	251 344	100,0%	13 743	11 693	6,1%	5,2%

Dados de 2019 importados em março e abril de 2020. Dados sujeitos a atualização.

Fonte: Gabinete de Estudos Estratégicos, Atuarial e Relações Internacionais, INPS, Maio 2020.

2.5. Cobrança e Recuperação de Dívidas Contributivas

A taxa de cobrança foi de 92%, induzindo uma variação de cerca de 5,1% do stock da dívida em 31 de dezembro de 2019, registando o aumento mais baixo dos últimos quatro anos. O **stock da dívida no fecho do ano era de 7 297 milhões de ECV**, representando 62,9% das contribuições declaradas no ano 2019.

A recuperação das dívidas acumuladas do sector privado, via negocial, continua reduzida, não obstante o número de acordos assinados e valores envolvidos. Do montante envolvido conseguiu-se recuperar 28,0% em 2019 contra 36,8% em 2018. As empresas continuam a revelarem-se incumpridoras.

Quadro 27 - Dinâmica da Dívida ao INPS (valores em milhões de ECV), 2015-2019

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019
Contribuições declaradas	7 874	9 404	10 108	11 136	11 633
Contribuições Cobradas	7 644	8 047	8 860	9 758	10 703
Taxa de Cobrança	97,1%	85,6%	87,7%	87,6%	92,0%
Dívida Corrente	231	1 357	1 248	1 378	930
Stock da Dívida	4 343	4 941	5 959	6 945	7 297
Variação do stock da dívida (%)	6,3%	13,8%	20,6%	16,5%	5,1%
Stock dívida como % Contribuições declaradas no ano	55,2%	52,5%	59,0%	62,4%	62,7%
Stock dívida como % Contribuições Cobradas no ano	56,8%	61,4%	67,3%	71,2%	68,2%
Dívidas tratadas no ano	671,6	786,1	887	694,2	695,2
Montante total da dívida tratada	3 636,0	4 613,0	5 511,9	6 206	6 901
Número de Acordos de Pagamentos Assinados	151	127	161	209	182
Montante Recuperado	377,1	255,9	176,2	133,2	70,4
Taxa anual de recuperação	50,5%	54,6%	36,9%	36,8%	28,0%
Número de Títulos Executivos Emitidos	54	46	110	58	99
Montante de Títulos Executivos Emitidos	255,2	432,4	491,6	330	695

Fonte: DCC e DFI, INPS, Março 2020.

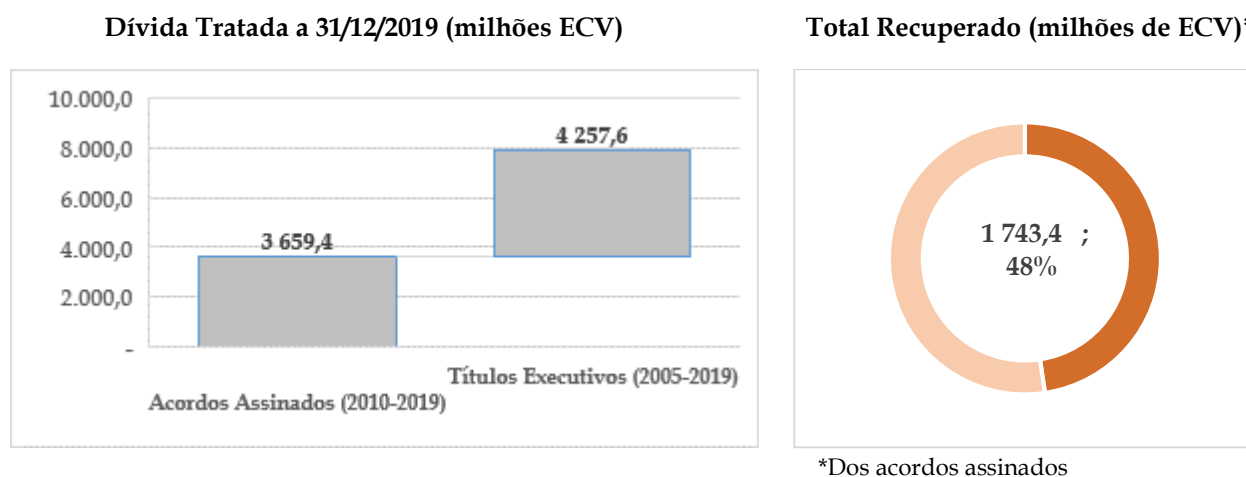
Analisando a via negocial de amortização de dívida implementada como forma de recuperar as dívidas, constata-se que entre 2010 e 2018 foram assinados 1 163 acordos, sendo 506 acordos ativos e 657 vencidos. Esses acordos corresponderam a **um montante total da dívida negociada de 3 659,4 milhões de ECV**.

A **taxa de recuperação das dívidas acordadas no período referido foi de 47,6%**, ressaltando o incumprimento de 30,1% dos acordos vencidos. Para recuperar as dívidas recorreu-se a processos executivos e ao reescalonamento ou renegociação com os faltosos.

Em 2019, foram emitidos 99 títulos executivos para a instrução de processos de execução de dívidas junto dos tribunais, correspondente a um montante de 694,8 milhões de ECV, mais do dobro do montante alvo de títulos executivos de 2018.

Entre os anos 2005 e 2019 foram emitidos cerca de **727 títulos executivos, no montante global de 4 257,6 milhões de ECV**, estando os processos em diferentes estádios nos tribunais.

Gráfico 26 - Dívida Tratada e Valor Recuperado



Quadro 28 - Acordos Assinados e Títulos Executivos, (valores em milhões de ECV)

Descrição	Número	Dívida tratada	Montante recuperado	Saldo em dívida	Taxa de recuperação
Acordos Assinados (2010-2019)	1 163	3 659,4	1 743,4	1 916,0	47,6%
Acordos em vigor (2012-2019)	506	2 147,1	694,5	1 452,6	32,3%
Acordos vencidos (2010-2018)	657	1 512,3	1 048,9	463,4	69,4%
Títulos Executivos (2005-2019)	727	4 257,6			
Total Dívida Tratada	1 890	7 917			

Fonte: DCC, INPS, março 2020

3. Promoção da Legalidade Contributiva e Prestacional

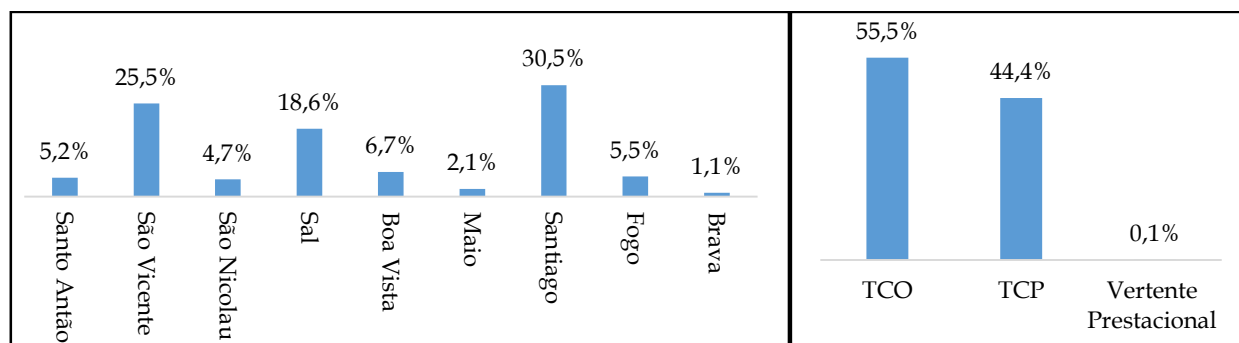
Este programa, implementado através dos projetos “Melhoria no Sistema de Gestão das obrigações dos Contribuintes e beneficiários” e “Melhoria da Eficácia dos Processos Jurídicos”, visa garantir o cumprimento da legislação vigente, sobretudo na vertente dos deveres, por parte dos contribuintes, beneficiários e prestadores de serviço.

3.1. Fiscalização e Controlo

Foram realizados **3 139 visitas de fiscalização**, sendo 55,5% dirigidas aos Trabalhadores por Conta de Outrém (TCO) e 44,4% aos Trabalhadores por conta Propria (TCP). Em 2019 foi criada e implementada uma equipa de fiscalização no Sal, o que permitiu incrementar a capacidade de atuação mais próxima na ilha e a extensão da dimensão territorial da fiscalização.

As ações de fiscalização foram mais dominantes nos principais centros econômicos do país, nomeadamente Santiago (30,5%) São Vicente (25,5%) e Sal (18,6%).

Gráfico 27 - Fiscalizações por Ilha e Regimes, 2019



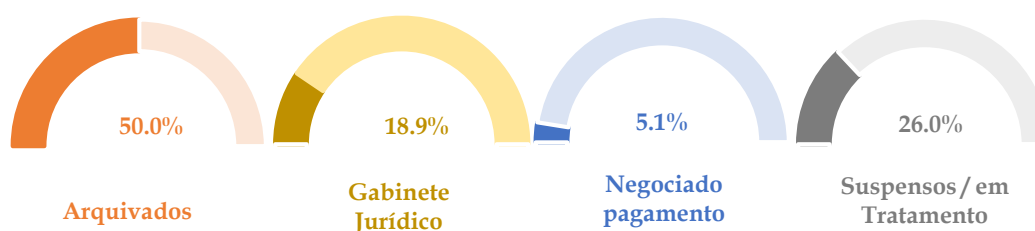
Quadro 29 - Visitas de Fiscalização por Ilha, 2017-2019

Ilhas	Ano 2017		Ano 2018		Ano 2019		Variação Absoluta		Variação Relativa	
	Nº	Peso	Nº	Peso	Nº	Peso	2016/17	2017/18	2016/17	2017/18
Santo Antão	202	7,4%	276	8,6%	162	5,2%	74	-114	36,6%	-41,3%
São Vicente	782	28,6%	809	25,1%	802	25,5%	27	-7	3,5%	-0,9%
São Nicolau	1	0,0%	148	4,6%	149	4,7%	147	1	14700,0%	0,7%
Sal	126	4,6%	457	14,2%	583	18,6%	331	126	262,7%	27,6%
Boa Vista	138	5,0%	255	7,9%	211	6,7%	117	-44	84,8%	-17,3%
Maio	1	0,0%	83	2,6%	66	2,1%	82	-17	8200,0%	-20,5%
Santiago	1.396	51,1%	1.000	31,0%	958	30,5%	-396	-42	-28,4%	-4,2%
Fogo	87	3,2%	167	5,2%	174	5,5%	80	7	92,0%	4,2%
Brava	0	0,0%	26	0,8%	34	1,1%	26	8	n.a.	30,8%
Total	2.733	100,0%	3.221	100,0%	3.139	100,0%	488	-82	17,9%	-2,5%

Fonte: DFC, INPS, Março 2020

No âmbito das visitas, foram emitidos 479 autos de notícias, representando uma variação negativa de 25% de (-158), elucidando a redução do incumprimento das entidades visitadas. Dos autos emitidos, 61% deram origem a processos de contraordenação, correspondendo a uma variação negativa de -1,3% em relação ao ano de 2018.

Gráfico 28 - Estado dos Processos de Contraordenação, 2019



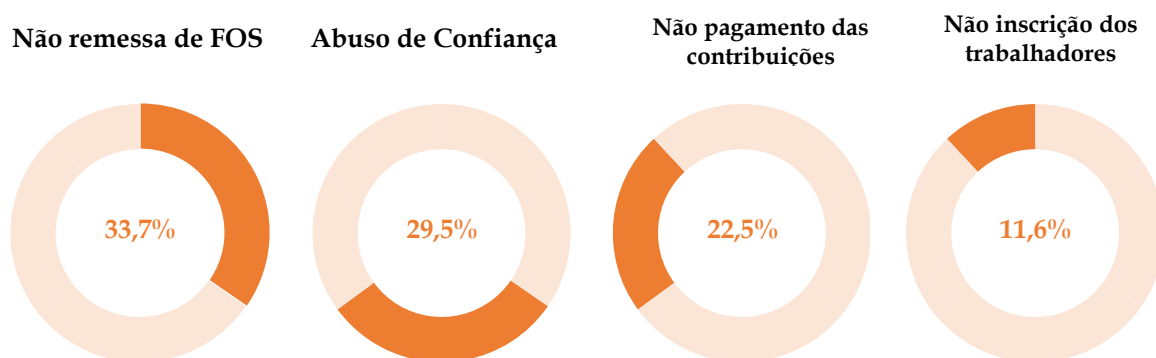
Quadro 30 - Processos de Contraordenação, 2017-2019

Descrição	Ano 2017		Ano 2018		Ano 2019		Variação Absoluta		Variação Relativa	
	Nº	Peso	Nº	Peso	Nº	Peso	2017/18	2018/19	2017/18	2018/19
Arquivados	138	37,6%	162	54,0%	148	50,0%	24	-14	17,0%	-8,6%
Gabinete Jurídico	14	3,8%	40	13,3%	56	18,9%	26	16	186,0%	40,0%
Negociado pagamento	0	0,0%	31	10,3%	15	5,1%	31	-16	n.a.	-51,6%
Suspensos / em Tratamento	215	58,6%	67	22,3%	77	26,0%	-148	10	-69,0%	14,9%
Total	367	100,0%	300	100,0%	296	100,0%	-67	-4	-18,0%	-1,3%

Fonte: DFC

O número de infrações notificadas foi de 1 084, correspondendo a uma variação negativa de -26,2% em relação ao ano 2018. A taxa de incumprimento foi de 27,2%, menos 7,7% quando comparado com 2018. Quanto à natureza dos incumprimento, os principais foram a não remessa de FOS, o abuso de confiança e o não pagamento de contribuições.

Gráfico 29 - Estrutura das infrações, 2019



Quadro 31 - Infrações Notificadas, 2017 - 2019

Natureza infrações	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019		Variação Absoluta		Variação Relativa	
			Nº	Peso	2017/18	2018/19	2017/18	2018/19
Não participação do início de atividades	45	30	26	2,4%	-15	-4	-33,3%	-13,3%
Não inscrição dos trabalhadores	689	200	126	11,6%	-489	-74	-71,0%	-37,0%
Não remessa de FOS	591	450	365	33,7%	-141	-85	-23,9%	-18,9%
Não pagamento das contribuições	555	385	244	22,5%	-170	-141	-30,6%	-36,6%
Abuso de Confiança	418	393	320	29,5%	-25	-73	-6,0%	-18,6%
Omissão de trabalhadores nas FOS	26	11	3	0,3%	-15	-8	-57,7%	-72,7%
Total Infrações	2.324	1.469	1.084	100,0%	-855	-385	-36,8%	-26,2%

Fonte: DFC

3.2. Atividades Jurídicas

A atividade jurídica é transversal a todas as estruturas do Instituto, qual seja resposta às demandas de natureza interna, preparação de projetos de alteração legislativa e acompanhamento da tramitação judicial das ações executivas ajuizadas para minimizar os efeitos do incumprimento e da evasão contributiva.

Até o final do ano de 2019, foi ajuizado um total de 16 ações executivas contra contribuintes devedores envolvendo um valor total de 46.427.559,00 ECV (Quarenta e Seis Milhões, Quatrocentos e Vinte e Sete Mil, Quinhentos e Cinquenta e Nove Escudos).

Deu-se continuidade ao seguimento e acompanhamento das ações de execução pendentes ajuizadas nos anos de 2017 e 2018, totalizando o número de 71 (setenta e uma) ações de execução pendentes ajuizadas entre os anos de 2017 e 2019.

Até o final de dezembro do referido ano, celebrou-se o total de 30 acordos extrajudiciais cujo valor global da dívida negociada foi de 144.167.363 ECV (Cento e Quarenta e Quatro Milhões, Cento e Sessenta e Sete Mil, Trezentos e Sessenta e Três Escudos), dos quais já se recuperou o montante total de 40.096.146 ECV (Quarenta Milhões, Noventa e Seis Mil, Cento e Quarenta e Um Escudos).

A taxa de recuperação das dívidas, relativamente às ações executivas que foram celebrados acordos de pagamento, situou-se nos 27,8%, correspondendo a um aumento de 8,0 p.p face ao ano de 2018 (19,8%).

Relativamente aos processos de contraordenação, foram remetidos às procuradorias competentes, a nível nacional o total de 75 (setenta e cinco) ações de contraordenação para cobrança do valor global de 11.756.500,00 ECV (Onze Milhões, Setecentos e Cinquenta e Seis Mil, Quinhentos Escudos).

Durante o ano de 2019, foram ajuizadas 5 (cinco) ações declarativas contra o INPS, valor superior em duas ações quando comparado com o período homólogo. Das 5 ações, 3 foram consideradas improcedentes tendo o INPS sido absolvido e a outras duas ações foram apresentadas a contestação e aguardam os demais trâmites processuais.

4. Promoção da Sustentabilidade do Sistema

Esse programa visava alcançar em 2019 dois efeitos: a Extensão da Cobertura e a Avaliação da Sustentabilidade do Sistema de Proteção Social.

4.1. Extensão da Cobertura – Plano de Contingência para a Extensão da Cobertura

O plano de extensão da proteção social previsto visava alcançar a cobertura dos grupos de acesso difícil, nomeadamente:

- Os trabalhadores domésticos;
- Os grupos conhecidos por “rabidantes”;
- Os trabalhadores do pequeno comércio (lojas), das barbearias e dos salões de cabeleireiro e de beleza;
- Os condutores de táxi e de hiaice;
- Os advogados.

Relativamente aos trabalhadores domésticos e os advogados estabelecidos, a abordagem privilegiada foi a realização de encontros de sensibilização e através de anúncios publicitários. Deve-se realçar os encontros programados pelo INPS por ocasião das comemorações do dia 8 de maio, Dia Internacional da Segurança Social, aonde abordou-se o quadro legislativo aplicável, contando com a participação dos advogados, profissionais liberais e trabalhadores do setor informal em três ilhas, Sal, São Vicente e Santiago.

Acresce ainda que foi implementado um projeto piloto na Cidade da Praia, enquadrado no Plano de Contingência para a Extensão da Cobertura, com duração de 6 meses e iniciado em outubro de 2019. O referido plano comportava seis eixos de intervenção:

- Mapeamento dos grupos-alvo;
- Análise *SWOT*;
- Mobilização de parceiros institucionais, nomeadamente os serviços da Câmara Municipal da Praia e do Complexo de Venda do Pescado do Porto da Praia;
- Sensibilização e comunicação, com o lançamento do spot Rabidante na TCV, na RCV e nas rádios comunitárias;
- Atendimento de proximidade, com a colocação uma vez por mês (3 dias cada) do balcão móvel no Mercado do Plateau e no Complexo de Venda do Pescado do Porto da Praia;
- Campanha de sensibilização e de apoio à inscrição feita por 6 (seis) agentes de terreno contratados para o efeito;
- Relatórios mensais de seguimento e avaliação do plano.

Nos três primeiros meses de implementação do Plano de Contingência, a meta era alcançar 336 novos TCP inscritos em mais de 1 300 trabalhadores sensibilizados. Percorreu-se todas as zonas da Praia tendo por resultado 358 novas inscrições, tendo superada em 6,5% relativamente às novas inscrições do projeto. Porém, quando se considera os descontos feitos, o resultado alcançado foi apenas de 24% da meta estabelecida.

Os dados até finais de dezembro de 2019 mostram que 76% dos inscritos no projeto são mulheres e 73% trabalham no setor do comércio, seguidos de pescadores, pequenos comerciantes estabelecidos, barbeiros e cabeleireiras com pesos entre 3,1% e 4,5%. Igualmente os TCP que laboram nos mercados, designadamente no do Plateau e no Complexo da Pesca do Porto da Praia mostraram recetivos à inscrição no sistema e à deslocação periódica aos locais de maior prevalência das atividades.

Quadro 32 - Avaliação global da Campanha de Terreno para a Extensão, Outubro-Dezembro 2019

Descrição	Avaliação Global por Mês			
	Out-Nov-19	dez/19	Acumulado	Peso
Meta Cobertura 25% dos TCP Sensibilizados*	240	96	336	
Processos de Inscrição	268	90	358	100,0%
Homens	42	43	85	23,7%
Mulheres	226	47	273	76,3%
TCP com pagamento de contribuições / Inscrições**	71	64	80	100,0%
Homens	7	17	19	23,8%
Mulheres	64	47	61	76,3%
% TCP com contribuições / Inscrições**	26,5%	17,9%	22,3%	
Homens	16,7%	20,0%	22,4%	
Mulheres	28,3%	17,2%	22,3%	
Resultado Alcançado Inscrições vs Meta	111,7%	93,8%	106,5%	
Resultado Alcançado TCP ativos vs Meta	29,6%	66,7%	23,8%	

*As metas foram ajustadas conforme o número de equipas disponíveis, 3 em Outubro-Novembro e 2 em Dezembro.

** Variável stock, ou seja, o total corresponde ao acumulado e não à soma dos 2 meses.

Fonte: GEARI, INPS, 12 de Março de 2020.

De uma forma geral, pode-se concluir que o projeto piloto evidenciou que os trabalhadores estão interessados em inscrever-se na proteção social obrigatória, tendo em conta a reação e o acolhimento dos técnicos envolvidos no programa. Por outro lado, a análise SWOT realizada e aplicável ao caso piloto da Praia, é um instrumento importante para dar seguimento a adequabilidade das normas vigentes e respeitantes aos TCP.

É de se realçar que um dos constrangimentos encontrados tinha a ver com o formato, a periodicidade e as formas de pagamentos utilizados.

4.2. Sustentabilidade do Sistema

4.2.1. Dados Estatísticos

Foi retomada a produção e divulgação do boletim estatístico trimestral do sistema de proteção social obrigatória através do portal do INPS (www.inps.cv), tendo publicado os do primeiro e segundo trimestre de 2019.

O boletim tem por finalidade dar a conhecer ao público a evolução do sistema de Proteção Social Obrigatório trimestralmente, das estatísticas e principais indicadores de Segurança Social, obedecendo aos princípios de recolha e tratamento definidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Resultante ainda da cooperação institucional entre o INPS e o INE foram disponibilizadas periodicamente informações no âmbito elaboração do Anuário Estatístico e participado pontualmente com mais informações. Outrossim, foram disponibilizados dados estatísticos a outras entidades externas e internas sempre que solicitados.

A participação na formação sobre a produção de indicadores dos ODS organizada pela OIT e que juntou diferentes instituições dos PALOP dos setores da proteção social, da

produção estatística e dos Ministérios da Finanças, reforçou os princípios que norteiam a produção estatística a nível do INPS.

4.2.2. Estudo dos Marítimos

Iniciado no terceiro trimestre de 2018 e realizado por uma consultoria externa, o Estudo de Viabilidade de um Regime Especial de Pensões do Sistema de Protecção Social Obrigatória para os Trabalhadores Marítimos foi finalmente concluído em 2019. O principal objetivo do estudo era de apresentar ao Governo propostas fundamentadas de um regime especial de pensões para os trabalhadores marítimos.

Para a realização do estudo a equipa de consultores recolheu os contributos das duas centrais sindicais do país bem como do Instituto Marítimo e Portuário (IMP). As primeiras conclusões do estudo foram apresentadas em maio de 2019 e em sede de concertação social mas também aos atores do setor de São Vicente.

A equipa de consultores, tendo em consideração os contributos recolhidos em Cabo Verde e as conclusões do estudo de casos internacionais exaustivo que fez, apresentou dois cenários alternativos para o fim pretendido.

A primeira proposta foi de reduzir a idade de reforma para os marítimos de 5 anos, com uma taxa de formação da pensão de 1,5% para cada ano civil de descontos em vez dos 2% no cenário base atual. A segunda alternativa é de implementar um sistema de pensão antecipada que poderá iniciar aos 60 anos de idade, mas com uma penalização na taxa de formação indexada à idade de reforma escolhida pelo marítimo. Em todos os casos, o sistema terá mais despesas e as pensões dos marítimos menores que no cenário base.

As referências dos consultores é a comparação internacional avaliada, baseada sobretudo num modelo especial de sistema público de pensões para os marítimos com elementos de penalidade. Uma outra alternativa apresentada no estudo é o aumento da taxa contributiva caso pretenda que os trabalhadores marítimos mantenham o mesmo nível de pensões que os demais regimes.

4.2.3. Outras Atividades

Durante o ano de 2019 convém destacar as seguintes:

- A monitorização da implementação do subsídio de desemprego com o intuito de mitigar os riscos operacionais dessa implementação tanto a nível interno bem como a nível do IEFPP. O acompanhamento mostrou que a prestação se encontrava ainda numa fase inicial e de consolidação, mas que devia ser reforçado o seguimento das normas vigentes e aplicáveis aos beneficiários do subsídio. Também, devia ser acelerada a implementação do projeto da Plataforma em fase de conclusão por um gabinete externo e cofinanciado pelo INPS, visando o acompanhamento mais eficiente

das atribuições de cada uma das entidades envolvidas na gestão do Subsídio de Desemprego, o INPS e o IEFP.

- A participação em vários encontros como membro do Conselho Nacional de Imigração, um grupo intersectorial liderado pela Direção Geral da Imigração que pretende implementar Serviços Integrados para os imigrantes.
- A participação em encontros periódicos com equipas do FMI e do GAO para apresentação da evolução da situação do INPS, quer na ótica de cobertura de segurança social quer na ótica de sustentabilidade, mereceram destaques durante ao no 2019.
- O acompanhamento dos Contribuintes visando a adesão ao Portal INPS.

ENTIDADE CERTIFICADA



ISO 9001

Qualidade

B. ÁREA ESTRATÉGICA REFORMAS ECONÓMICAS E ESTRUTURAIS

5. Melhoria na Qualidade dos Serviços Prestados

A qualidade do serviço prestado tem sido um dos pilares de desenvolvimento e aprofundamento da relação do instituto com os utentes, como forma de servir cada mais e melhor os utentes.

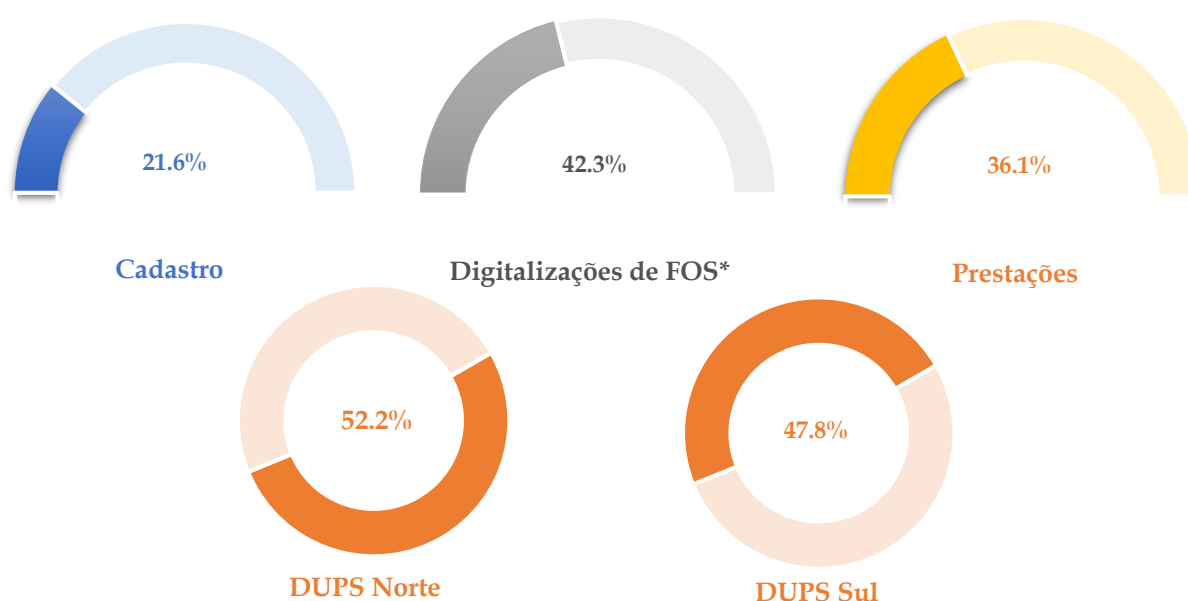
A qualidade é um dos objetivos mais ambiciosos do INPS que deseja satisfazer de forma eficiente os beneficiários, assegurando de forma inclusiva, equitativa e contínua as suas necessidades e nos termos estabelecidos nas leis e demais normas aplicáveis à proteção social.

5.1. Qualidade do Atendimento

Enquadrado na melhoria do Atendimento ao público e visando a proximidade, o INPS disponibiliza uma rede de serviços de atendimento por todas as ilhas e na maioria dos concelhos do país organizada em duas grandes Direções de Unidades de Previdência Social (DUPS) Norte e Sul.

Durante o ano 2019, registrou-se 353 703 processos de atendimento, evidenciando um crescimento de 10,8% relativamente ao ano de 2018, correspondendo a uma media mensal de cerca de 29 000 processos registados.

Gráfico 30 - Estrutura dos serviços de atendimento prestados pelo INPS por tipo e Região, 2019



Quadro 33 - Número de Atendimento feitos pelas DUPS, 2017-2019

Tipos de Pedido / Zonas	Ano 2017		Ano 2018		Ano 2019		Variação Absoluta		Variação Relativa	
	Nº	Peso	Nº	Peso	Nº	Peso	2017/18	2018/19	2017/18	2018/19
Cadastro	66 148	21,4%	69 753	21,9%	76 427	21.6%	3 605	6 674	5,4%	9.6%
Digitalizações de FOS*	110 523	35,8%	133 355	41,8%	149 665	42.3%	22 832	16 310	20,7%	12.2%
Prestações	132 438	42,8%	116 088	36,4%	127 611	36.1%	-16 350	11 523	-12,3%	9.9%
Total	309 109	100,0%	319 196	100,0%	353 703	100.0%	3 605	34 507	3,3%	10.8%
DUPS Norte	147 512	47,7%	163 314	51,2%	184 477	52.2%	22 832	21 163	10,7%	13.0%
DUPS Sul	161 597	52,3%	155 882	48,8%	169 227	47.8%	-16 350	13 345	-3,5%	8.6%

Fonte: DUPS Norte e DUPS Sul, Fevereiro 2020

Assim, tendo em conta a melhoria e adequação dos mecanismos de atendimento às especificidades da procura às Unidades de Previdência Social (UPS) foram implementadas várias atividades, com destaque para:

➤ **Campanha de sensibilização sobre os benefícios da proteção social.**

Foram realizadas varias ações de sensibilização através de sessões de esclarecimento aos utentes visando o reforço do conhecimento dos direitos e obrigações do sistema de protecção social, destacando –se o recurso a balcão de atendimento móvel do INPS nos mercados de maior aglomeração do público. No ano 2019 a sensibilização foi reforçada por agentes de terreno contratados no âmbito do projeto piloto “Plano de Contingência para a Extensão de Cobertura da Proteção Social ”.

➤ **Seguimento do protocolo com os bancos comerciais no âmbito de cobrança de contribuições.**

O destaque foi para encontros com as Direcções Comerciais dos Bancos, entidades cobradoras das contribuições, visando melhorias da qualidade das Folhas de Ordenado e Salários (FOS) e em articulação corrigir algumas falhas nos ficheiros visando amenizar as reclamações dos segurados e contribuintes, que em grande parte devem ao preenchimento das FOS entradas via os bancos.

➤ **Controlo permanente das atividades desenvolvidas nas UPS e Balcões de atendimento.**

Manteve-se a estratégia de acompanhamento e controlo dos serviços das UPS, quer através de visitas presenciais às estruturas, controlos no SIPS, contatos telefónicos bem como via Outlook e Lync.

5.2. Qualidade de Serviços Prestados

A Qualidade é transversal a todas as unidades orgânicas do Instituto e tem como objetivo a “Melhoria do cumprimento das normas e procedimentos internos”.

Em 2019 foi realizada a terceira e última auditoria de seguimento pela Entidade Internacional Certificadora (EIC), antecedendo assim a auditoria de renovação do ciclo de certificação de 3 em 3 anos, que acontecerá em 2020 do Sistema de Gestão da Qualidade e o cumprimento dos requisitos da Norma ISO 9001:2015.

A ação decorreu na normalidade e os resultados da auditoria foram positivos não tendo sido atribuído à Instituição nenhuma Não Conformidade (NC). Porém, foram identificadas seis (6) atividades essenciais para reforço da manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade:

- Acompanhamento da Auditoria Externa;
- Realização de Auditorias Internas;
- Coordenação do processo de Melhoria contínua;
- Gestão das reclamações;
- Apresentação Plano de ação referente ao resultado do inquérito satisfação cliente;
- Realização de ações de sensibilização sobre o SGQ.

Uma das melhorias registadas no processo de seguimento e resposta às reclamações, foi a informatização do processo “Participações” que garante os seus registos automáticos em todas as UPS, através do Sistema Integrado da Previdência Social (SIPS), garantindo assim uma maior eficiência no tratamento de forma equitativa em todo o território nacional, em tempo estipulado e sobre qualquer tipo de eventualidade apresentado pelo utente.

Durante o ano de 2019 foram registadas 1 304 reclamações, 16 solicitações, 4 elogios e 4 sugestões, totalizando assim 1 328 participações. O tratamento das reclamações, ainda ultrapassa o tempo de resposta que é de 8 dias mas caminha para o objectivo fixado. As dificuldades prendem-se essencialmente com o contacto do utente que varia muito ao longo do ano.

Analizada a natureza das participações à luz do Estudo de Satisfação realizado em 2018, iniciou-se com a implementação de um Plano de Ação, integrado por dezasseis acções correctivas com vista a amenizar os aspetos menos favoráveis tanto para a Instituição, como para o utente. Durante o ano de 2019, um pouco mais de 25% das ações foram concluídas visando a qualidade dos serviços.

5.3. Melhoria do Cumprimento das Normas e Procedimentos

Este projeto tem por único efeito a “Excelência Organizacional” e é desenvolvido através de relatórios de auditoria interna que evidenciem os controlos efetuados, as anomalias detetadas e as medidas corretivas adotadas.

No ano de 2019 foram emitidas 62 novas recomendações, decorrentes das 8 ações planeadas e executadas, e das 2 outras ações realizadas por solicitação da CE.

As áreas eleitas durante o ano 2019 e consideradas como prioritárias para avaliação de auditoria interna, foram as seguintes:

- Direção de Assistência na Doença;
- Direção das Prestações Definidas;
- Direção de Contribuições e Cobranças;
- Direção de UPS;
- Direção Financeira e de Investimentos.

Durante o processo de auditoria aos processos e para reforço do Controlo Interno, objectivou-se como necessidades:

- ✓ Sensibilização das chefias, para a necessidade de apreciação oportuna dos Relatórios de Auditoria Interna e implementação das Recomendações propostas;
- ✓ Revisão do Código de Ética e definição dos Valores do INPS, como forma de regular as normas que gerem o funcionamento do INPS e o comportamento dos seus colaboradores;
- ✓ Atualização do Manual de Procedimentos introduzindo as práticas de autorizações, aprovações, processuais e de rotinas, bem como identificação dos responsáveis, para assegurar a gestão eficiente dos recursos e ativos;
- ✓ Reforço do “Autocontrolo” por parte das chefias, mediante supervisão das operações, procedimento que dá uma certa garantia de que as atividades estejam sendo executadas de acordo com os objetivos da organização e diminui a probabilidade de erros.
- ✓ Revisão dos formulários e identificação da eventual necessidade de criação de novos formulários, para facilitar a certificação dos procedimentos e evitar fraudes.
- ✓ Revisão dos procedimentos de Controlo de emissão e entrega de Credenciais, para garantir a uniformidade dos procedimentos e a credibilidade da documentação emitida;
- ✓ Revisão e atualização do Manual de Funções, face à recente atualização do organograma;
- ✓ Avaliar a possibilidade, ao nível do SIPS, de reforço de automatismos e a criação de soluções informáticas de apoio à atividade das várias funções para a mitigação do risco operacional para todas as áreas, uma vez que o atual controlo manual se tem revelado ineficiente;
- ✓ Ações de sensibilização sobre o Controlo Interno e Gestão de Riscos, a todos os colaboradores do INPS, por forma a assegurar o ambiente de Controlo, que é essencial para fazer vingar o processo global, integrado e seguro, de identificação e avaliação de riscos.
- ✓ Rever e Uniformizar os procedimentos de acompanhamento de evacuados, quer internos quer externos, por forma a assegurar o pagamento justo dos subsídios;
- ✓ Tendo-se destacado como uma das áreas mais expostas a riscos muito elevados, sugere-se a revisão, ou reforço, do sistema de gestão e controlo dos riscos das atividades da DCC, mediante implementação de controlos preventivos adequados.

6. Melhoria da Comunicação e Imagem institucional

O ano 2019, a nível da comunicação, foi marcado pelo lançamento do Portal do INPS, campanhas de extensão da cobertura da proteção social bem como a prossecução da execução do Plano Estratégico de Comunicação do Instituto.

6.1. Plano Estratégico de Comunicação – PEC 2017/2018

O Plano Estratégico de comunicação elaborado em 2017, foi assente em três componentes fundamentais na comunicação:

- ✓ **A Publicitária**, inclui a conceção gráfica de materiais de comunicação, ou seja, de folhetos informativos e publicitários, maquetes digitais para divulgação em revistas e portal, guias práticos para prestadores, farmácias e utentes.
- ✓ **Os processos e procedimentos**, abrange várias áreas sobretudo às de negócio e, visa regulamentar os processos com procedimentos simples e de impacto na vida dos clientes. Algumas das recomendações já foram implementadas, a saber a criação do mapa progressivo de notificações, a avaliação dos parceiros clínicos, a promoção da entrega eletrónica de Folhas de Ordenados e Salários, etc.
- ✓ **Relação parceiros**, foi reforçada a presença do INPS junto de seus parceiros com a realização de encontros. Em curso, está a formalização com parceiros Institucionais (ligado ao processo de atribuições de pensões).

6.2. Extensão da Cobertura

O INPS relançou a divulgação do Spot Rabidante através da televisão e da rádio, com uma duração de três meses, para promover a extensão da cobertura da proteção social. Além disso promoveu a conceção de todo o material gráfico para as campanhas de terreno para a extensão, a saber os balcões promotores, os *banners*, Roll UP e a produção de brindes para a referida campanha, nomeadamente T-shirts que é um dos principais meios de veiculação da imagem do Instituto.

6.3. Lançamento do Portal

A partir do seu lançamento a 15 de julho de 2019, o Portal passou a ser mais um importante instrumento de comunicação do INPS para com os seus contribuintes, segurados e a sociedade em geral. O indicador definido para avaliar a sua performance neste primeiro ano de vida foi o **número de visitantes**, cuja meta traçada foi de 50 000, e até o final de 2019, alcançou-se **40 798** visitantes, o que representa **81.5%** da meta.

As atividades relacionadas com o Portal estão ligadas a dois aspetos:

✓ Publicações

No âmbito da gestão do portal, durante os primeiros cinco meses de vida, foram publicados mais de 30 conteúdos entre notícias, formulários, fotos, documentos etc.

✓ Linha Portal (e-mail e telefone)

Por forma a dar suporte aos utilizadores do Portal, foi criada uma linha direta de apoio centralizado. Com a criação desta linha, em meados de setembro de 2019, foram respondidas todas as solicitações tanto por via e-mail como por via telefone. Outro dado importante, são as associações efetuadas no SIPS para que os Contribuintes e/ou Segurados possam ter a permissão de realizar serviços no Portal, nomeadamente a entrega das Folhas de Ordenados e Salários, pagamento de contribuições, inscrição/suspensão de segurados, consulta da carreira contributiva, entre outros serviços.

6.4. Redes Sociais

A gestão da rede social Facebook do Instituto é feita diariamente tendo a página em 2019 um considerável índice de interatividade, aumentando o número de publicações para 67 em 2019, contra 49 em 2018, o que logo permitiu:

- ✓ Obter maior alcance, atingindo 3 012 647 seguidores, face aos 1 990 124 do ano 2018;
- ✓ Maior interação por mensagens, com um total de 2 131 em 2019 face aos 596 em 2018.

6.5. Organização de Eventos institucionais

Foram organizados três grandes eventos em 2019, nomeadamente em comemoração do:

- ✓ Dia Mundial da Segurança Social a 8 de maio onde o INPS convidou os grupos designados de difícil cobertura para uma conversa aberta sobre a necessidade de Inscrição e Cobertura da Proteção Social. O evento aconteceu em simultâneo na Praia, Mindelo e Espargos, envolvendo pescadores, condutores de táxi bem como profissionais liberais entre outros;
- ✓ Dia Nacional da Segurança social a 15 de julho, data marcada pelo lançamento do Portal que decorreu no Hotel Praia-mar, com transmissão *live* na página Facebook da Instituição. O Portal também foi apresentado em São Vicente e Sal.
- ✓ Aniversário INPS, celebrado a 1 de novembro, em que o INPS comemorou os seus 28 anos – bodas de Hematite, tendo como momento alto o reconhecimento dos trabalhadores ativos com igual número de anos de carreira no INPS.

6.6. Responsabilidade Social

A responsabilidade social enquadra-se no projecto Reforço da Imagem Institucional do INPS. Em 2019 foram registados 78 pedidos de apoio ao Instituto, dos quais se identificou apenas um pouco mais de 1/3 (um terço) em condições de enquadramento. Os demais pedidos por não se enquadrarem no âmbito do programa voltado para a saúde e educação foram arquivados, isto é, considerados indeferidos. Um dos pedidos aceites é o da Presidência da República “Menos Álcool, Mais Vida”, atendendo à repercussão sobre a saúde e o impacto que o consumo em excesso do álcool tem nos processos instruídos de pensões de invalidez e na saúde dos beneficiários por baixa médica.

7. Melhoria na Gestão de Ativos Imobilizados e Financeiros

Este programa tinha como objetivos garantir a rentabilidade e segurança dos investimentos, bem como Melhoria das condições de infraestruturas Físicas, com enfoque numa maior eficácia da gestão do património do Instituto.

Para maior prudência, rigor e segurança na gestão dos ativos, foi realizado o estudo dos riscos da carteira de investimentos pela empresa E&Y, cujo resultado desembocou na entrega do documento base com premissas fidedignas e que serve de suporte as decisões de investimento e de internacionalização da carteira.

Em 2019 o orçamento era de 12.281.703 Milhões ECV e contemplava dois projetos:

- Gestão dos ativos financeiros segundo as melhores práticas recomendadas pela OIT e a AISS em ordem a garantir a sustentabilidade do sistema com o orçamento inicial de 12.072.000 Milhões ECV;
- Gestão criteriosa dos ativos imobilizados com o orçamento de 208.703 Milhões ECV.

O programa teve uma taxa de execução financeira de 68% do Orçamento em termos globais. O projeto “Gestão dos ativos financeiros segundo as melhores práticas recomendadas pela OIT e a AISS em ordem a garantir a sustentabilidade do sistema” alcançou-se uma taxa de execução financeira de 70% e resumiu-se as seguintes actividades:

- ✓ Aplicações Financeiras concretizadas de forma eficiente;
- ✓ O estabelecimento de parceria para constituição da carteira internacional do Instituto;
- ✓ O cumprimento de todas as obrigações financeiras e fiscais bem como o pagamento atempado de todas as despesas bancárias referentes às aplicações;
- ✓ Produzir os relatório de acompanhamento da carteira de ativos do INPS nos prazos estabelecidos.

Os primeiros passos do INPS com vista a desterritorialização da carteira de investimentos começou em 2018 e o ano 2019 ficou marcado pela concretização do 1º investimento internacional, pois que se avançou pela aquisição de parte do capital social do Banco Africano

de Exportação e Importação (AFREXIMBANK), com sede em Abuja- Nigéria, com uma aplicação anicial de 198 Mil contos.

De igual modo, também na senda de criação de uma carteira de ativos mais diversificada e mais rentável, outro marco foi o aumento do capital social na CV Telecom, com a aquisição de 200.000 ações à PT Ventures/OI, e do qual o INPS passou a ser o maior acionista da empresa, pelo montante de cerca de 1,3 Milhoes de contos.

Em 2019 as aplicações financeiras cifraram-se nos 9.163,1 milhões de ECV, registando-se uma variação homóloga positiva de 45,4% face ao ano anterior. As receitas financeiras registaram um aumento comparativamente ao ano de 2018 na ordem dos 1,8%, e no final do ano 2019, a carteira de investimentos cifrou-se nos 73.832,7 milhões de ECV, capitalizando-se em 11,45% quando em 2018 o crescimento assinalado foi de 7,9%. As receitas do período atingiram em termos brutos cerca de 2.2714 milhões de ECV, registando um aumento comparativamente ao ano anterior na ordem dos 1,8%, influenciada, sobretudo pelas rubricas dos Depósito.

Pese embora a realização de varios estudos de oportunidades de investimento em Obrigações de empresas, apenas se concretizou um pequeno investimento no banco BAI, revelando mais uma vez a escassez desses ativos na praça financeira.

O processo de resolução da participada Novo Banco que desembocou no protocolo de gestão pela CECV, da carteira de ativos recebida, revelou-se bastante interessante na recuperação do investimento, uma vez que os valores acumuladaos e recuperados líquidos em 2019 ascendem a 222,9 milhões de ECV, representando cerca de 31% dos montantes disponíveis no Novo Banco à data da resolução.

Com o projeto Gestão criteriosa dos ativos imobilizados almejava-se a Melhoria das condições de infraestruturas Físicas de alguns edificios propriedades do INPS, mas a taxa de execucao do projecto ficou aquem do desejavel, pois que grande parte das obras de remodelação ou de construção não foram possíveis de serem cumpridas.

C. ÁREA ESTRATÉGICA APOSTA NA INOVAÇÃO E NO CONHECIMENTO

8. Consolidação do Sistema de Informação

As atividades realizadas nesse programa enquadram-se em dois projetos, “Garantia da operacionalidade e da segurança dos sistemas de informação e das infraestruturas tecnológicas” e “Promoção da inovação e da modernização administrativa”.

8.1. Garantia da operacionalidade e da segurança dos sistemas de informação e das infraestruturas tecnológicas.

O objetivo deste projeto é garantir a operacionalidade e segurança do Sistema de Informação, permitindo a instituição funcionar sem qualquer paragem dependentes dos serviços do Sistema de Informação (SI).

8.1.1. Instrumentos de Governança e Gestão do SI

Ao longo do ano, trabalhou-se no sentido de garantir que a área de SI estivesse sempre evoluindo na aplicação das melhores práticas internacionais relativamente à gestão e governança de TIC, nomeadamente com a criação e monitorização do plano de manutenção preventiva TIC, Monitorização dos contratos de serviços TIC, Planeamento anual dos investimentos de *hardware* e *software*, direcionamento tecnológico, adoção de boas práticas TIC, entre outras.

8.1.2. Eficiência do Sistema de Informação

A monitoração e acompanhamento dos serviços *in loco* permitiu garantir uma taxa global de disponibilidade da Comunicação de 96%.

O Balcão de Vila Ribeira Brava de São Nicolau foi o único com uma disponibilidade de comunicação de 55%, uma taxa abaixo dos 90%. Este facto foi consequência da remodelação das instalações próprias, tendo os serviços do INPS funcionado aproximadamente 70% do ano nas instalações da Repartição das Finanças de Ribeira Brava.

Por outro lado, registou-se durante o ano uma taxa substituição elevada dos computadores obsoletos e que contribuiu para melhoria das condições técnicas da instituição. Em 2019 foram adquiridos quarenta e quatro (44) novos computadores, mais dois (2) do que em 2018. À margem do número de computadores acima referido, faz parte da lista de aquisição, cinco (5) tablets, um (1) router e vinte e dois (22) *scanners*.

O gráfico abaixo apresenta os dados relativamente à substituição das máquinas clientes dos últimos três (3) anos, como uma clara evidência da renovação do parque tecnológico, ficando com cento e três (103) máquinas em bom estado.

Gráfico 31 - Estado de renovação do parque tecnológico do INPS



8.1.3. Gestão de Contratos / Licenças

A infraestrutura que suporta os Sistemas de Informação do INPS encontra-se maioritariamente no *Data Center* do Estado. Para além da infraestrutura, existem ainda serviços que são fornecidos por fornecedores externos.

8.1.3.1. Contrato NOSI

O contrato com o NOSi inclui a Administração da Plataforma tecnológica que suporta as aplicações do SIPS. Para além dos serviços contratualizados, em 2019 uma série de iniciativas foi levada a cabo junto do NOSi, sendo os mais relevantes:

- Migração da Base de Dados Oracle 11g para Oracle 12
- Melhoria do Acesso à Rede do Estado no quadro do Projeto *eGov*
- Desenvolvimento do Portal

8.1.3.2. LT2

Em 2019 foram assinadas duas adendas ao contrato com o LT2, para a renovação das licenças de utilização da plataforma KTA, de Prestação de Serviço de Suporte que garante a desmaterialização do processo de FOS e Receitas Médicas.

8.1.3.3. Incentea

A implementação do E.R.P. Primavera, módulos Inventário e Equipamentos e Ativos, foi feita em parceria com a Empresa Incentea, com o objetivo de dotar o INPS de um sistema que permita gerir os seus processos de Econmato e do seu Imobilizado.

8.1.4. Segurança do Sistema de Informação

Visando averiguar as fragilidades dos sistemas e conformidade dos procedimentos informáticos em relação às boas práticas internacionais, para identificar possíveis soluções, foi planeada uma auditoria ao Sistema de Informação. O processo de Auditoria iniciou em finais de 2019, porém a conclusão esta agendada para 2020.

8.2. Promoção da inovação e da modernização administrativa

O objetivo deste projeto é garantir o desenvolvimento de novas soluções tecnológicas e implementar correções assegurando melhorias nas funcionalidades existentes.

8.2.1. Desenvolvimento de Soluções

Foi previsto o desenvolvimento de sete (7) soluções, três (3) com recursos interno, duas (2) com consultorias externas e duas (2) em regime de outsourcing.

As soluções desenvolvidas com os recursos internos incluíram produtos como Níveis de Competências, Gestão de Prestadores e Faturação/Reembolso, ficaram com uma taxa de conclusão de 77 %. As soluções desenvolvidas com recurso à consultoria, Portal e Conta Corrente, tiveram uma conclusão de 99%, enquanto as de *outsourcing*, que incluíam os projetos de Receita eletrónica e Digitalização de Arquivos, ficaram com uma taxa de 10%.

8.2.1.1. Portal

Dado a dinâmica da evolução das TICs e a própria exigência dos clientes ao longo dos anos na forma de ver os conteúdos e da reclamação da facilidade no uso das novas tecnologias, o INPS disponibilizou o seu portal alinhado com os melhores conceitos de Portais *One-Stop-Shop*.

A conceção da plataforma do Portal foi feita pelo NOSi, com o apoio dos recursos internos e da consultoria do projeto conta corrente.

Os serviços mais estruturantes disponibilizados através do portal e acedidos através do login do utilizador incluem:

- Entrega Online das Folhas de Ordenado e Salário
- Pagamento contribuições online
- Inscrição/Suspensão/Mudança de Emprego e Cessação do Segurado.
- Suspensão /Cessação Contribuinte
- Consulta Conta Corrente
- Consulta Direito, Prestações e Carreira Contributiva
- Inscrição de Contribuintes, TCP e Doméstico
- Simulação de Pensão

8.2.1.2. Conta Corrente

Foi implementado um conjunto de funcionalidades que suportam a flexibilidade das operações de cobranças e pagamentos feita pelos contribuintes.

Permite registar todos os atos que geram movimentos na conta corrente do contribuinte a partir do Portal e do *back office*, sendo as mais relevantes a Gestão da Conta Corrente, Controlo de entrega das FOS, Gestão de Acordos de Dívida e a Reconciliação de ficheiros Bancários.

8.2.1.3. Gestão de Prestação

- **Níveis de Competência**

Dando seguimento à ordem de serviço N.º 24/CE/2018, que definia os níveis de validação e autorização, devem ser implementados níveis de competência para determinados processos, de acordo com os montantes associados. Nos quarenta (40) processos identificados, foram implementados trinta e sete (37) sendo que todos estão operacionais e em produção.

- **Módulo Gestão de Prestador**

A Gestão de Prestadores é uma solução que visa dotar as áreas de condições que permitam ter um maior controlo dos contribuintes/prestadores de serviço a nível de gestão de contratos e conta corrente dos prestadores, que ainda não refletiam de forma automática no sistema.

8.2.1.4. Pedidos Ad hoc

Relativamente às atividades não programadas, os mais relevantes são os projetos relacionados **com os pensionistas de regimes especial TACV e BCA**.

Por outro lado, foram feitas também **intervenções e correções no processo de fecho de contas que consome tempo e grande parte de recursos *seniores*** devido à sua complexidade.

8.2.2. Plataforma de Integração

Durante o ano 2019, foram implementados vários serviços utilizando a plataforma de interoperabilidade que vem sendo explorado desde do ano 2018.

Foram implementados 28 serviços relacionados com o Subsídio de Desemprego – IEFP, Portal, Pagamentos Serviço em tempo real-SISP e com o KTA.

Os serviços foram integrados com diversas aplicações tanto internas como externas, sendo o serviço pagamento em tempo real um deles. Este serviço permite a comunicação entre a plataforma interna e a plataforma da Sociedade Interbancária de Sistema de Pagamento (SISP), informado se o pagamento ocorreu com sucesso ou não.

É de realçar a importância dessa plataforma e dos serviços neles desenvolvidos, ficando o INPS preparado para o desenvolvimento na ótica de serviço, conforme a tendência mundial.

D. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL

9. Programa Melhoria na Gestão de Tesouraria e da Qualidade de Informação Financeira

O programa de apoio à gestão, “Melhoria na Gestão de Tesouraria e da Qualidade de Informação Financeira”, contempla dois projetos orçamentados em 42,5 Milhões ECV e teve uma taxa de execução financeira de 70%:

- O projeto, intitulado “Gestão com total segurança dos pagamentos e da carteira de ativos”, tinha como objetivo garantir o normal registo de todos os pagamentos e recebimentos, incluindo a gestão da tesouraria do Centro de Acolhimento aos Doentes e Evacuados em Portugal (CADE), orçamentado em 31,027 Milhões de ECV, apresentou-se a 31 de dezembro com uma taxa de execução financeira na ordem dos 84%;

- O projeto denominado “Garantia da elaboração atempada do orçamento, das contas e do relatório de exercício” com uma dotação de 11,500 Milhões de ECV e com enfoque nas informações financeiras, foi realizado a 30%. Incluía atividades como a integração dos dados Core na contabilidade e a implementação de um plano oficial de contas da segurança Social. A fraca execução deve-se ao facto de ter optado primeiramente por uma auditoria ao sistema de informação para identificar possíveis soluções, e mais adequadas a pratica internacional e ainda pelo facto do Governo não ter avançado com a revisão dos Estatutos do INPS.

As atividades com maior relevância realizadas no âmbito do projeto foram as seguintes:

- ✓ Apresentação das contas 2018 bem como promoção e conclusão da auditoria externa;
- ✓ Apresentação dos relatórios de informação financeira relevantes e de acordo com os prazos exigidos;
- ✓ Atualização dos manuais da Direção;
- ✓ Garantir o pagamento atempado de todas as prestações e despesas de funcionamento do Instituto, bem como dos recebimentos de contribuições, investimentos e receitas financeiras e outros;

Destaca-se o grau de cumprimento e da boa gestão da tesouraria do INPS, que registou em tempo útil todos os pagamentos e recebimentos, provisionamento de contas, apresentação de reportes, garantindo assim o normal funcionamento de todas as unidades orgânicas do INPS.

Com relação ao projeto Gestão com total segurança dos pagamentos e da carteira de ativos cujo principal objetivo era o da boa gestão e transferência dos recursos do CADE e à embaixada de Cabo Verde em Portugal, e ainda garantir o pagamento atempado de todos os encargos do INPS, a taxa de execução financeira ultrapassou os 80%, e é de se registar o alto grau de cumprimento de todos os objetivos que contribuíram também para o normal funcionamento do CADE ao longo do exercício 2019.

10. Boa Gestão dos Recursos Humanos

A gestão dos recursos humanos enquadra-se no projeto designado por “Melhoria do nível de satisfação e de produtividade do pessoal do INPS”, cujo o efeito é a Excelência Organizacional.

No final do ano de 2019, o INPS contava com 222 colaboradores e 4 estagiários, refletindo um crescimento de 5,2% em relação a 2018. A maioria dos colaboradores eram do sexo feminino com um peso de 56,8%.

Quadro 34 - Número colaboradores INPS por sexo, 2017-2019

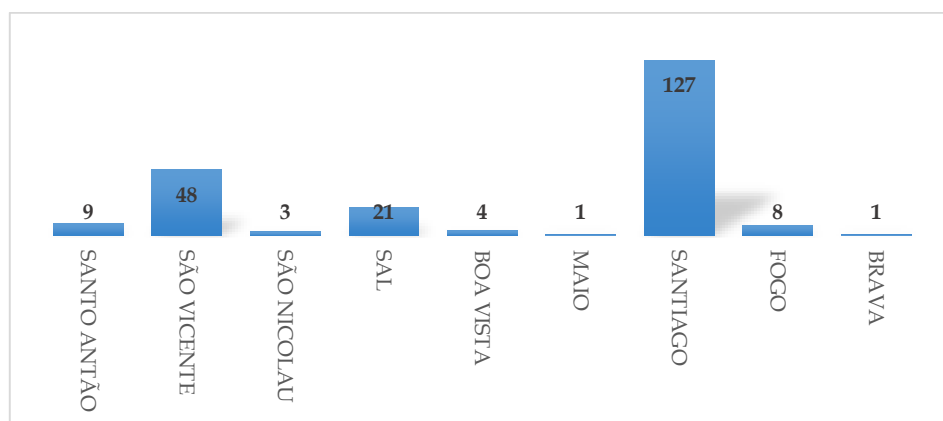
	Ano				Variação Homóloga	
	2017	2018	2019	Peso	2018/17	2019/18
Colaboradores	206	211	222	100,0%	2,4%	5,2%
Homens	86	88	96	43,2%	2,3%	9,1%
Mulheres	120	123	126	56,8%	2,5%	2,4%

Fonte: DARH

- Distribuição Geográfica**

O INPS encontra-se representado em todas as ilhas com a maioria dos trabalhadores a exercerem na ilha de Santiago com um peso de 57,2%. As ilhas de São Vicente e do Sal seguem em termos de representatividade com 21,6% e 9,5%, respetivamente. As demais ilhas têm entre 1 e 8 colaboradores.

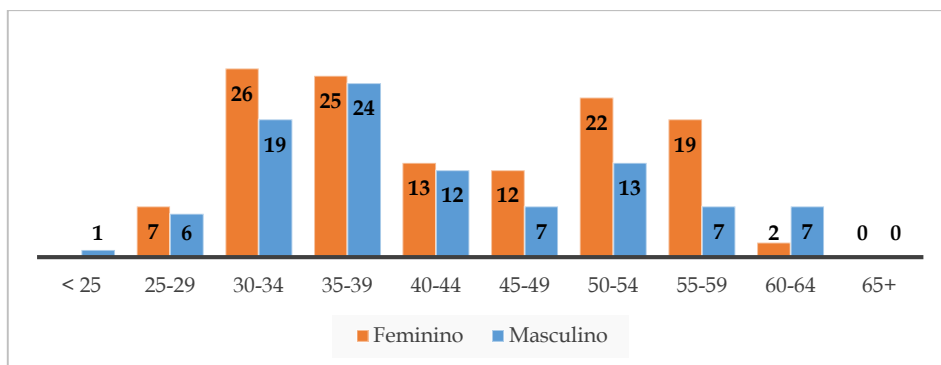
Gráfico 32 - Colaboradores do INPS por ilha, 2019



- Distribuição do Pessoal por Idade**

A idade média dos colaboradores situou-se em 42,3 anos, refletindo um efetivo ainda jovem, mas com experiência acumulada. A idade máxima foi de 64 anos e a mínima foi 24 anos. A estrutura etária dos colaboradores demonstra que num horizonte de 5 anos, 19 mulheres e 7 homens reunirão as condições para entrarem num processo de reforma por idade.

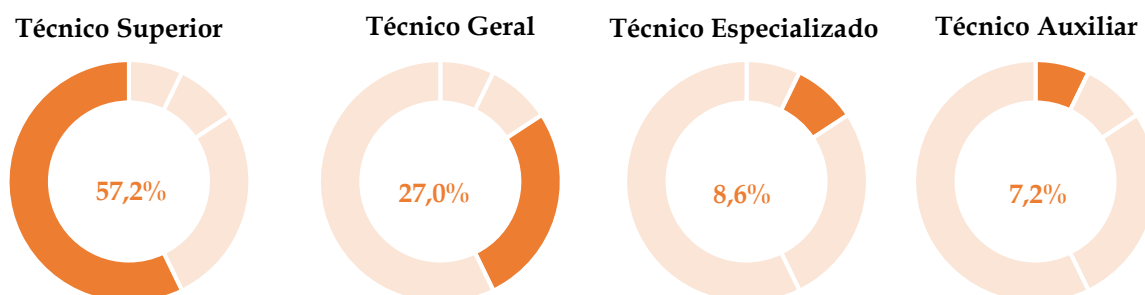
Gráfico 33 - Estrutura Etária dos Trabalhadores do INPS, 2019



- Distribuição do Pessoal por Habilitações Literárias**

O índice de tecnicidade (número de técnicos superiores/total de colaboradores) foi de 57,2%, valor superior em 3,2 p.p. a 2018, seguido dos colaboradores com 12º ano de escolaridade com 27,0%.

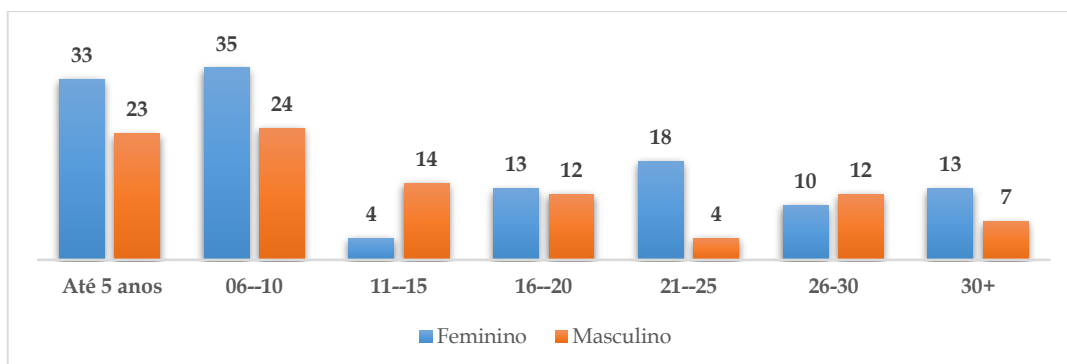
Gráfico 34 - Estrutura do quadro do pessoal do INPS por habilitações literárias, 2019



- Distribuição do Pessoal por Antiguidade**

O escalão dos colaboradores com até 10 anos de tempo de serviço teve um peso de 51,8%, valor superior em 3,0 p.p quando comparado com o ano de 2018. O escalão dos 21 a 30 concentrou aproximadamente 19,8% dos colaboradores.

Gráfico 35 - Colaboradores do INPS por sexo, segundo o tempo de serviço - 2018



- **Formação**

Foram realizadas 9 ações de formação, com um total de 331 participantes.

- **Admissões, Rescisões e Licenças Sem Vencimento**

No ano de 2019 foram celebrados 16 contratos de trabalho. Foram recrutados 8 estagiários, destes, após uma fase de seleção 4 foram convertidos em contrato de trabalho.

Rescindiou contrato com o INPS um total de 3 colaboradores que se encontravam de licença sem vencimento. Foi também concedida licença sem vencimento a 4 colaboradoras.

- **Encargos e gestão do PCCS**

No ano de 2019, os custos com o pessoal foram de 415 149 mil ECV, traduzindo um aumento de 11 % em relação ao ano de 2018. Pode-se justificar a variação com a atualização dos salários à taxa de 2,2%, a progressão de 125 colaboradores (mudança de categoria) e reclassificação de 04 (quatro) colaboradores.

As progressões e reclassificações foram precedidas de avaliações, aplicáveis a todos Colaboradores no âmbito do regulamento de gestão de cargos, carreiras e salários (PCCS). A maioria dos colaboradores tiveram uma avaliação de MUITO BOM e esta vêm sendo a tendência dos últimos dois anos.

Quadro 35 - Despesas com Pessoal (mil ECV), 2017-2019

Custo com Pessoal	Ano			Variação absoluta		Variação Relativa	
	2017	2018	2019	2017/18	2018/19	2017/18	2018/19
Ordenados e Salários	254 143	260 503	284 265	6 360	23 762	2,5%	9,1%
Remunerações Adicionais	63 213	66 514	70 807	3 301	4 293	5,2%	6,5%
Encargos Sobre Remunerações	40 644	44 851	49 118	4 207	4 267	10,4%	9,5%
Reforma antecipada	31 793	0		-31 793	0	-100,0%	
Outros Custos com o pessoal	2 045	2 259	10 959	214	8 700	10,5%	385,1%
Total	391 838	374 128	415 149	-17 710	41 021	-4,5%	11,0%

Fonte: DFI, INPS, 2020

- **Efectividade**

No ano de 2019 o grau de efetividade dos colaboradores foi de 90%. Contribuíram para as ausências, o motivo de doença, dispensa por Maternidade e outras dispensas por motivos de participação em atividades sindicais e políticas (reuniões de órgãos municipais) e outros motivos (265 horas).

11. Gestão Administrativa e Logística do INPS

As atividades de gestão administrativa e logística foram enquadradas no programa “**Melhoria da gestão dos imóveis, dos fornecimentos internos e equipamentos e das aquisições públicas**”. O projeto quadro dessas atividades é o de “Gestão do Economato, Consumíveis e Serviços Administrativos”, que preconizava contribuir também para a realização do efeito de excelência organizacional. De forma resumida, apresentamos as seguintes atividades:

- **Remodelação de edifícios :**

- Foi lançado um concurso restrito, para remodelação do edifício propriedade do INPS em Santa Maria, tendo sido o vencedor a empresa SGL - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES SA. Foram melhoradas as condições no Edifício de Espargos para instalação do Economato e Arquivo, tendo a obra de remodelação sido executada pelo empreiteiro JP Construções;
- Foi remodelado da Unidade de Previdência Social de Ribeira Brava de S.Nicolau. Por se tratar de uma obra relativamente pequena, a escolha do prestador se fez apenas mediante análise e comparação de propostas (tramitação simplificada)
- Foram realizadas intervenções de reparação e restauração na UPS de Calheta (pintura de paredes e teto), com diversos tipos de melhorias no ambiente.

- **Adjudicação** do projeto de arquitetura mediante concurso público, para efeito de construção de um novo edifício de cinco pisos em Espargos, visando albergar em melhores condições os serviços do INPS. O projeto final de arquitetura, foi entregue a Câmara Municipal do Sal, para efeito de aprovação, porém não foi aprovado por esta entidade, pelo que deverá ser reformulado e submetido para uma nova avaliação.

- **Conservação e Manutenção de Edifícios**

Os imóveis que compõe o património imobiliário do INPS, foram ao longo ano objetos de manutenção ainda que pontuais, isto é, pequenas ações que visam preservar o seu estado. Neste âmbito foram garantidos atempadamente os seguros dos edifícios.

Quadro 36 - Despesas em Melhoria na Gestão dos Imóveis (ECV), 2019

Descrição	Ano 2019
Camara Municipal do Sal	139 400
JMP Arquitetura, Urbanismo e Engenharia Civil	1 554 800
Mário Chantre - Construções Civil, Lda.	155 250
SGL - Sociedade De Construção, SA	7 734 379
JP Construções	2 092 234
António Soares de Conceição	318 415
Total	11 994 478

Fonte: DARH, 2019

- **Aquisição de Mobiliário de Escritório e Equipamentos**

Foi identificado a necessidade de aquisição de mobiliários de escritório novos, tanto para os imóveis remodelados, bem como as estruturas com mobiliários obsoletos.

- **Imobilizado Inventariado**

Foi adquirido através da empresa InCentea CV – Tecnologia de Gestão, um modulo da Primavera BSS – Primavera *Business Software Solutions* que veio dotar a instituição, de um sistema que o permite gerir os processos de economato e imobilizado. A implementação desta solução, integra desde o cadastro dos artigos e fichas de bens, à gestão das entradas e saídas de stock, passando pela gestão dos critérios de depreciação, das alterações patrimoniais, dos mapas legais e de gestão, etc.

- **Conservação e manutenção do parque automóvel**

O parque automóvel do INPS, é constituído por 13 viaturas, sendo 10 de funcionamento distribuído pelas diferentes UPS e 3 sob a responsabilidade da Comissão Executiva. Todos foram objetos de ações de manutenção.

- **Aquisição de Equipamentos Informáticos:** renovação parcial do parque informático, através da aquisição de 44 computadores e monitores, 22 scâner e 7 Tablet, conforme concurso lançado em 2018, tendo em conta a obsolescência da grande parte dos equipamentos computadores em uso no Instituto desde 2006. Refira-se que existe uma programação visando a renovação progressiva do parque informático.
- **Economato, consumíveis:** aquisições programadas e permanentes em conformidade com as necessidades de funcionamento.
- **Arquivo de Segurados e Contribuintes:** deu continuidade a organização do arquivo geral nos dois principais centros de arquivo: São Vicente e Praia e entrou em vigor novo manual de gestão de arquivo. Os trabalhos foram desenvolvidos pela empresa Mundi Consulting.
- **Organização e criação da base de dados do Arquivo dos Trabalhadores Migrantes** com recurso a prestação de serviço.
- **Gestão de contratos:** no âmbito da execução do Plano de Atividades foram celebrados 48 contratos no ano 2019, no valor de 68 320 milhares de ECV e transversais a todos os programas implementados.

Quadro 37 - Gestão de Contratos em 2019

Programas	Quantidades	Valor Contrato (mil ECV)
Serviços administrativos	20	18 671
Melhorias Informação Gestão	8	21 804
Melhorias Ambiente Tecnológico	3	9 353
Melhorias Gestão Proteção Social	0	0
Melhorias Gestão Prestações	0	0
Melhorias Gestão Imóveis	3	9 004
Comunicação e Marketing	14	9 488
Total*	48	68 320

*Por causa dos arredondamentos, a soma dos valores pode não corresponder ao valor total.

- **Custos globais:** alcançaram 225 187 milhares de ECV em 2019, correspondendo a uma redução na ordem de (- 40 632) milhares de ECV face a 2018 e uma variação homóloga relativa de - 15,3%. As principais rubricas que contribuíram para esta redução foram os custos de honorários, trabalhos especializados e de deslocações e estadias.

Quadro 38 - Custos globais - Despesas de Funcionamento (mil ECV), 2017-2019

Rubricas	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Variação Absoluta		Variação Relativa	
				2017/18	2018/19	2017/18	2018/19
Vigilância e segurança	23 648	19 675	20 698	-3 973	1 023	-16,8%	5,2%
Eletricidade	17 407	16 459	17 090	-948	631	-5,4%	3,8%
Publicidade e propaganda	11 708	5 016	4 859	-6 692	-157	-57,2%	-3,1%
Rendas e Alugueres	17 164	2 732	3 808	-14 432	1 076	-84,1%	39,4%
Honorários	75 923	13 085	8 264	-62 838	-4 821	-82,8%	-36,8%
Outros fornecimentos e serviços	9 333	10 067	9 988	734	-79	7,9%	-0,8%
Trabalhos especializados	11 483	94 055	78 728	82 572	-15 327	719,1%	-16,3%
Limpeza, higiene e conforto	7 142	10 157	11 930	3 015	1 773	42,2%	17,5%
Deslocações e estadas	10 330	11 566	6 029	1 236	-5 537	12,0%	-47,9%
Outros, inferiores a mil ECV 10 000	48 249	83 008	63 793	34 759	-19 215	72,0%	-23,1%
Total	232 387	265 820	225 187	33 432	-40 632	14,4%	-15,3%

*O valor que consta do Relatório de Atividades e Conta de 2017 foi atualizado.

Fonte: DFI, INPS, 2020

VII. SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO DO PAO 2019

1. Resultados globais do processo de seguimento e Avaliação

Os projetos previstos no PAO 2019 foram executados de forma satisfatória ou positiva a 92% enquanto a execução financeira inerente fixou-se em 62%, correspondendo a uma eficiência satisfatória ou positiva na execução de cerca de 69% em 2019.

Uma das conclusões que se pode tirar da diferença de performance entre a realização das atividades e a execução financeira é que o processo de orçamentação poderá ter necessidade de aprimoramento, nomeadamente nas atividades de apoio e de assessoria.

Quadro 39 - Seguimento e Avaliação - Resultados Globais 2019

Avaliação	Taxa de Eficácia Global das Atividades	Taxa de Execução Financeira	Taxa de Eficiência
Negativa	7,7%	38,5%	30,8%
Satisfatória	57,7%	34,6%	38,5%
Positiva	34,6%	26,9%	30,8%

2. Mapa de Seguimento e Avaliação

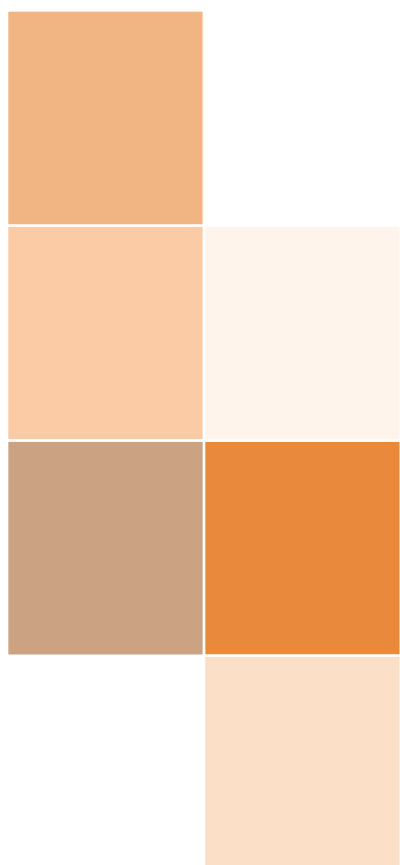
Quadro 40 - Seguimento e Avaliação dos Projetos do PAO 2019

Descrição	Eficácia	Financeiro	Eficiência
Melhoria na Gestão das Prestações			
Garantia do pagamento atempado das prestações e em conformidade com a legislação (Prestações Pecuniárias)	75,4%	99,0%	76,2%
Garantia do pagamento atempado das prestações e em conformidade com a legislação (Assistência Médica, Hospitalar e Medicamentosa)	87,0%	90,9%	95,7%
Eficiência organizacional na gestão da assistência na doença	50,9%	0,0%	50,9%
Melhoria na Gestão do Cadastro e das Contribuições			
Aprimoramento do registo de remunerações e de cobrança de contribuições	81,3%	54,5%	149,2%
Consolidação da qualidade de informação e aprimoramento dos mecanismos de gestão de cadastro	91,0%	100,0%	91,0%
Recuperação de contribuições em dívida, prevenção e combate ao incumprimento e evasão contributiva	83,1%	100,0%	83,1%
Promoção da Legalidade Contributiva e Prestacional			
Reforço da fiscalização e alargamento do seu âmbito material, territorial e factual	67,7%	62,7%	108,0%
Aprimoramento do quadro jurídico do sistema de segurança social contributivo e defesa dos interesses e do património do sistema	83,9%	28,7%	292,2%
Promoção da Sustentabilidade do Sistema			
Promoção da extensão da cobertura contributiva	52,9%	16,4%	321,8%
Reforço da produção de conhecimento como suporte essencial para uma gestão sustentável do sistema de proteção social obrigatório	64,8%	48,2%	134,5%
Melhoria na Qualidade dos Serviços Prestados			
Melhoria do atendimento a todos os utentes do INPS (Região Norte)	97,0%	51,9%	186,8%
Adequação das estruturas e mecanismos de atendimento às especificidades dos grupos-alvo da extensão da cobertura contributiva (Região Norte)	0,0%	0,0%	0,0%
Melhoria do atendimento a todos os utentes do INPS (Região Sul)	95,0%	74,8%	127,0%
Adequação das estruturas e mecanismos de atendimento às especificidades dos grupos-alvo da extensão da cobertura contributiva (Região Sul)	90,0%	14,4%	626,1%
Melhoria da governança relativa ao controle interno e à conformidade dos processos	85,5%	91,5%	93,4%
Aprimoramento do controle interno e da conformidade dos processos visando a melhoria do sistema de gestão	77,7%	60,7%	128,0%
Melhoria na Comunicação e Imagem Institucional			
Planeamento e execução das ações de comunicação e melhoria do imagem do INPS	70,0%	70,4%	99,4%
Plano estratégico de comunicação para a extensão da cobertura contributiva 2019-2021	95,0%	42,1%	225,7%
Melhoria na Gestão de Ativos Imobilizados e Financeiros			
Gestão dos ativos financeiros segundo as melhores práticas recomendadas pela OIT e a AISS em ordem a garantir a sustentabilidade do sistema	79,3%	68,4%	101,4%
Gestão criteriosa dos ativos imobilizados	17,5%	4,6%	377,7%
Consolidação do Sistema de Informação			
Garantia da operacionalidade e da segurança dos sistemas de informação e das infraestruturas tecnológicas	92,2%	76,2%	121,0%
Promoção da inovação e da modernização administrativa	82,0%	21,8%	377%
Melhoria na Gestão de Tesouraria e na Qualidade de Informação Financeira			
Garantia da elaboração atempada do orçamento, das contas e do relatório de exercício	79,0%	27,8%	283,8%
Gestão com total segurança dos pagamentos e da carteira de ativos	88,8%	89,3%	99,4%
Melhoria da gestão dos edifícios e locais, dos fornecimentos internos e equipamentos e das aquisições públicas			
Gestão das aquisições de bens e serviços, gestão dos imóveis, do parque automóvel e dos fornecimentos internos	73,9%	64,6%	114,3%
Acompanhamento e Boa Gestão dos Recursos			
Melhoria do nível de satisfação e de produtividade do pessoal do INPS	82,0%	94,9%	86,4%



Instituto Nacional de Previdência Social
A Vida Toda

RELATÓRIO DE CONTAS 2019



VIII. ANÁLISE ECONÓMICA FINANCEIRA DO EXERCÍCIO

1. Resultados

A 31 de dezembro de 2019, o resultado do exercício atingiu a cifra de 6 963 milhões de CVE, registando um decréscimo de 9% em relação ao exercício anterior. As contribuições do ano aumentaram 4% em relação ao período anterior, em termos absolutos com mais 497 milhões de CVE enquanto que as prestações cresceram 14% representando em termos absolutos mais 685 milhões de CVE.

1.1. Proveitos e Ganhos

Os proveitos e ganhos gerais no montante de 14 229 milhões de CVE, representaram um crescimento de 3% face a 2018, isto é, mais 440 milhões de CVE.

Os proveitos operacionais atingiram a cifra de 11 873 milhões de CVE, mais 6% em relação à 2018, sendo que as receitas de contribuições no valor de 11 633 milhões de CVE (2018: 11 136 milhões de CVE), representaram 82% do total das receitas (2018: 81%).

Os outros proveitos operacionais, resultantes das convenções internacionais de segurança social, alcançaram o montante de 132 milhões de CVE (2018: 94 milhões de CVE), registando ao contrário do exercício anterior um crescimento de 37% face ao ano anterior. No entanto, o recebimento antecipado das contribuições do grupo de trabalhadores dos TACV que aderiram ao programa de reforma antecipada implicou um ganho monetário de cerca de 108 milhões de CVE, que incrementaram a rubrica de proveitos operacionais, fazendo com que o crescimento global verificado tenha sido de 155% com relação ao ano anterior.

As receitas financeiras representam 15% das receitas do ano (2018: 17%), com a cifra de 2 217 milhões de CVE (2018: 2 294 milhões de CVE), tendo registado um ligeiro decréscimo face a 2018 de (- 3%).

As receitas extraordinárias, por seu lado chegaram a 139 milhões de CVE (2018: 265 milhões de CVE) tendo registado um decréscimo acentuado face ao ano anterior, por força da quebra registada a nível dos valores recuperados na carteira de créditos recebidos do novo banco.

Proveitos e Ganhos(mil CVE)

Rubricas	2019		2018		Var. (%)
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)	2019/18
Contribuições	11 632 585	81,75%	11 135 895	80,76%	4,46%
Outros proveitos operacionais	240 062	1,69%	96 241	0,70%	149,44%
Total dos proveitos operacionais	11 872 646	83,44%	11 232 136	81,46%	5,70%
Proveitos e ganhos financeiros	2 217 040	15,58%	2 292 369	16,62%	-3,29%
Proveitos e ganhos extraordinários	138 980	0,98%	264 658	1,92%	-47,49%
Total	14 228 667	100,00%	13 789 163	100,00%	3,19%

1.2. Custos e Perdas

Em 2019, os custos e perdas cifraram o montante de 7 265 milhões de CVE (2018: 6 148 milhões de CVE), registando assim acréscimo face a 2018 de 18%, o que em termos absolutos significou mais 1 117 milhões de CVE.

Os custos com as prestações cresceram 14% em relação a 2018. O valor das prestações com doença e maternidade no montante de 2 883 milhões de CVE (2018: 2 483 milhões de CVE), cresceram 16% em relação a 2018. As prestações definidas (pensões) chegaram aos 2 189 milhões de CVE (2018: 1 952 milhões de CVE), um crescimento de 12%. Já os abonos e prestações complementares, chegaram aos 401 milhões de CVE (2018: 386 milhões de CVE), significando mais 4% comparado ao ano 2018.

As prestações em espécie no ramo Doença e Maternidade registaram um aumento de 17% em relação a 2018, tendo atingido os 2 522 milhões de CVE (2018: 2 159 milhões de CVE), sendo que as rubricas com (i) Assistência médica e hospitalar, (ii) Assistência medicamentosa e (iii) Transporte e estadia, foram as que mais contribuíram para o crescimento dos custos neste ramo á semelhança dos anos anteriores.

Quanto aos encargos com prestações familiares (abonos e prestações complementares), registou-se um crescimento global de 4% atingindo no montante de 401 milhões de CVE (2018: 386 milhões de CVE), sendo a rubrica de maior peso os abonos (87% do peso dos custos globais neste ramo).

Verifica-se ao nível dos custos com o pessoal um crescimento de 11% face a 2018, explicado pelo aumento verificado a nível dos custos com pessoal de quadro e o reconhecimento dos custos antes suportados pelo fundo social do INPS, como outros custos com o pessoal.

Em relação aos Fornecimentos e serviços externos há um decréscimo de 15% em relação ao período homólogo, assente nas variações significativas registadas a nível da diminuição dos gastos com material de escritório, honorários, trabalhos especializados e serviços bancários.

As provisões do exercício, no montante de 442 milhões de CVE (2018: 296 milhões de CVE), englobam as provisões de cobrança duvidosa de contribuições no ano que aumentaram significativamente face ao período homólogo.

Gastos e Perdas (Milhares de CVE)

Rúbricas	2019		2018		Variação
	Valor	Peso	Valor	Peso	2019/18
Doença e maternidade	2.883.203	39,69%	2.482.786	40,43%	16,13%
Prestações diferidas (pensões)	2.188.546	30,13%	1.952.115	31,79%	12,11%
Abono de família e prestações complementares	400.526	5,51%	385.582	6,28%	3,88%
Desemprego	44.145	0,61%	10.550	0,17%	318,44%
Custos com o pessoal	415.149	5,71%	374.128	6,09%	10,96%
Fornecimentos e serviços externos	225.187	3,10%	265.820	4,33%	-15,29%
Impostos e Outros custos administrativos	9.195	0,13%	13.473	0,22%	-31,75%
Amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo	97.929	1,35%	112.574	1,83%	-13,01%
Provisões do exercício	441.574	6,08%	296.356	4,83%	49,00%
Total dos Custos Operacionais	6.705.453	92,30%	5.893.384	95,98%	13,78%
Custos e Perdas Financeiras	186.929	2,57%	160.619	2,62%	16,38%
Custos e perdas extraordinárias	372.339	5,13%	93.650	1,41%	297,59%
Total	7.264.721	100,00%	6.147.653	100,00%	18,17%

2. Balanço e Estrutura patrimonial

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo líquido do INPS atingiu o montante de 92 412 milhões de CVE (2018: 78 036 milhões de CVE), valorizando-se em 18% face ao exercício anterior. As reservas do Instituto e os resultados do período têm um peso preponderante no Balanço, de cerca de 84% e 8%, respetivamente (2018: 89% e 10%, respetivamente).

Os ativos de maior peso são os financeiros (42%) e as disponibilidades (45%), com crescimento face ao período homólogo de 29% e 14%, atingindo os montantes de 39 087 milhões de CVE (2018: 30 249 milhões de CVE) e 41 880 milhões de CVE (2018: 36 861 milhões de CVE), respetivamente.

Em relação ao passivo regista-se um extraordinário crescimento de 1301% face ao período anterior, passando de 570 para 7 981 milhões de CVE, devido ao reconhecimento das responsabilidades com a gestão do fundo de pensões do Banco Comercial do Atlântico (BCA), com efeitos a partir de janeiro de 2019.

Balço Sintético (mil CVE)					
Rúbricas	2019		2018		Variação 2019/18
	Valor	Peso	Valor	Peso	
ACTIVO					
ACTIVO FIXO:					
Imobilizações Incorpóreas	0	0,00%	18	0,02%	-100,00%
Imobilizações Corpóreas	1 194	1,29%	1 256	1,61%	-4,94%
Imobilizações Financeiras	39 087	42,30%	30 249	38,76%	29,22%
ACTIVO CIRCULANTE:					
Dívidas de terceiros de curto prazo	8 060	8,72%	7 826	10,03%	2,99%
Disponibilidades	41 880	45,32%	36 861	47,24%	13,62%
Acréscimos e diferimentos	2 191	2,37%	1 827	2,34%	19,91%
TOTAL DO ACTIVO	92 412	100,00%	78 036	100,00%	18,42%
FONTES					
SITUAÇÃO LÍQUIDA:					
Reservas	77 467	83,83%	69 825	89,48%	10,94%
Resultado Líquido	6 964	7,54%	7 642	9,79%	-8,87%
FONTES (X)=(Q+R+T+U)	84 431	91,36%	77 467	99,27%	8,99%
PASSIVO:					
Dívidas a Terceiros - a Curto Prazo:	7 818	8,46%	423	0,54%	1748,78%
Acréscimos e diferimentos	163	0,18%	147	0,19%	11,17%
TOTAL DO PASSIVO (X)=(Q+R+T+U)	7 981	8,64%	570	0,73%	1301,35%
TOTAL DAS FONTES (Z)=(P+X)	92 412	100,00%	78 036	100,00%	18,42%

3. Ativos Financeiros

Os ativos financeiros cresceram em 2019 cerca de 20% (2018: 10%) tendo chegado ao final do ano avaliada em 81 920 milhões de CVE (2018: 68 123 milhões de CVE). A carteira dos ativos financeiros encontra-se estruturada conforme a tabela abaixo:

Ativos Financeiros (milhares de CVE)					
Descrição	Ano de 2019		Ano de 2018		Variações (%) 2019/18
	Valor	Peso	Valor	Peso	
- Depósitos à ordem	25.006.181	30,53%	21.301.552	31,30%	17,39%
- Depósitos a prazo	16.674.254	20,35%	15.136.521	22,21%	10,16%
- Bilhetes do Tesouro	200.000	0,24%	423.075	0,62%	-52,73%
- Empréstimos concedidos	333.333	0,41%	366.667	0,54%	-9,09%
- Obrigações de empresas	1.691.981	2,07%	1.946.085	2,86%	-13,06%
- Obrigações do Tesouro	25.602.438	31,25%	24.478.605	35,92%	4,59%
- Títulos de Participação (TCMF)	6.761.338	8,25%	328.168	0,48%	1960,33%
- Ações	5.585.704	6,82%	4.077.380	5,98%	36,99%
- Imóveis de rendimento	65.000	0,08%	65.000	0,10%	0,00%
Total	81.920.229	100,00%	68.123.053	100,00%	20,25%

Em 2019, os ativos com taxas de crescimento com maior expressão foram os títulos de consolidação e mobilização financeira (TCMF) enquanto que no ano anterior foram os depósitos bancários, com um crescimento na ordem dos 41%. Os TCMF do Estado antes pertencentes ao banco BCA passaram para o INPS, tendo este ativo assim passado em termos absolutos de 328 milhões de CVE para 6 761 milhões de CVE o que representa um crescimento de 1960%. Seguidamente aparecem os depósitos à ordem com uma variação de

17% face ao período homologado não só devido ao crescimento das contas de contribuições nos bancos comerciais, mas também por causa do elevado número de títulos e depósitos a prazo cujas maturidades ocorrem em 2019.

3.1. Os Rendimentos Financeiros

Os rendimentos financeiros em 2019 atingiram o montante de 2 217 milhões de CVE (2018: 2 292 milhões de CVE), representando um decréscimo de 3% com relação ao ano anterior. No entanto, é de salientar que o rendimento de maior expressão no crescimento verifica-se mais uma vez ao nível dos juros dos TCMF em Virtude da incorporação nos ativos do título atrás referido.

Rendimentos Financeiros (Mil CVE)

Descrição	Ano de 2019		Ano de 2018		Variações (%)
	Valor	Peso	Valor	Peso	2019/18
- Depósitos a prazo	579 457	26,14%	518 184	22,60%	11,82%
- Bilhetes do Tesouro	8 301	0,37%	4 302	0,19%	92,95%
- Depósitos à ordem	162 141	7,31%	160 375	7,00%	1,10%
- Obrigações do Tesouro	1 309 207	59,05%	1 309 781	57,14%	-0,04%
- Obrigações de empresas	86 559	3,90%	87 397	3,81%	-0,96%
- Ações	56 670	2,56%	196 660	8,58%	-71,18%
- Financiamento CECV	9 167	0,41%	10 000	0,44%	-8,33%
- Rendas e Aluguéis	4 548	0,21%	4 463	0,19%	1,90%
- Títulos de Participação (TCMF)	320	0,01%	754	0,03%	-57,61%
- Juros de Empréstimos Internos	671	0,03%	452	0,02%	48,41%
Total	2 217 040	100,00%	2 292 368	100,00%	-3,29%

3.1.1. Obrigações do Tesouro (OT)

A rentabilidade média das obrigações do tesouro, foi à semelhança dos últimos anos de 5%.

3.1.2. Depósitos bancários

Em 2019, foram recebidos de juros de depósitos a ordem cerca de 162 milhões de CVE (2018: 160 milhões de CVE), com uma rentabilidade nominal de 1%.

Por seu lado, os juros de depósitos a prazo cifraram em 579 milhões de CVE (2018: 518 milhões de CVE), com uma rentabilidade nominal de 3,4% devido à contínua queda verificada ao nível das taxas de juros no mercado financeiro.

3.1.3. As Participações sociais

Em 2019 registaram-se importantes eventos ao nível de aquisições de participações sociais, tendo a estrutura da carteira de ativos passado de 6% na representatividade desses ativos para 7%. Em termos absolutos o INPS investiu cerca de 1 509 milhões de CVE com o incremento no capital social da CV Telecom em mais 20% e na Enacol, bem como no registo do primeiro investimento estrangeiro realizado com a integração no capital social do banco AFREXIMBANK com a aquisição de 0,02% daquela entidade.

3.1.4. Obrigações de empresas

Em 2019 o INPS investiu cerca de 42 milhões de CVE na aquisição de novas obrigações de empresas, mas os juros dos empréstimos obrigacionistas mantiveram-se praticamente ao mesmo nível do ano anterior, com cerca de 87 milhões de CVE. A rentabilidade nominal desses ativos foi de 4% (2018: 4,4%).

3.2. Financiamento CECV

Os juros dos empréstimos concedidos à CECV, no âmbito do protocolo de concessão de linha de crédito aos trabalhadores do INPS, atingiram o montante de 9 milhões de CVE (2018: 10 milhões de CVE).

4. Execução Orçamental

À semelhança dos anos anteriores, foram realizadas reafectações orçamentais devidamente autorizadas pela Comissão executiva do INPS, nos diferentes programas de execução orçamental para que se pudesse cumprir as atividades do PAO2019, tendo este atingido uma taxa de execução financeira global de 75% (2018: 61%).

No cumprimento dos programas as taxas de execução foram conforme quadro seguinte (em CVE):

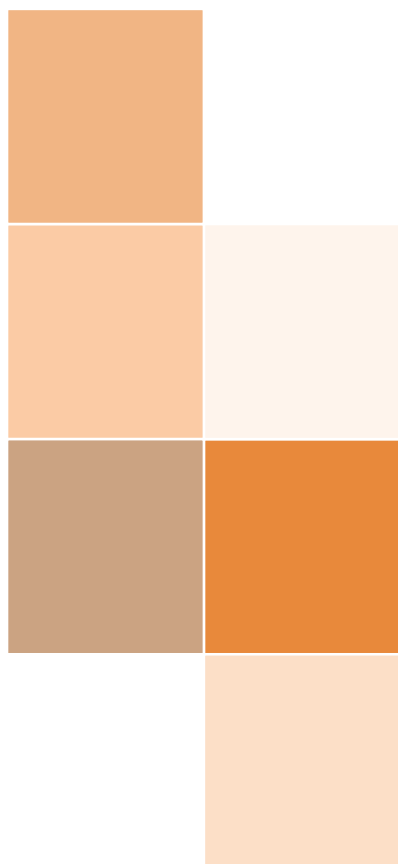
CC_NOME	Valores				
	Soma de VALOR_INICIAL	Soma de VALOR_ACTUAL	Soma de VALOR_LIQUIDADO	Soma de Tx Execução	
Processar Remunerações CE	17.857.711	17.857.711	14.905.930	83,47%	
Processar Remunerações Direcção Administrativa E De Recursos Humanos	45.485.395	37.521.983	25.593.052	68,21%	
Processar Remunerações Direcção Assistência Na Doença	50.631.556	53.956.630	46.118.556	85,47%	
Processar Remunerações Direcção Contribuições E Cobrança	53.334.937	54.172.774	46.482.342	85,80%	
Processar Remunerações Direcção De Gestão Financeira E De Investimentos	44.901.666	45.243.103	37.240.493	82,31%	
Processar Remunerações Direcção Fiscalização e Controle	24.783.157	24.783.157	21.182.370	85,47%	
Processar Remunerações Direcção Prestações Definidas	40.710.946	40.959.227	35.010.390	85,48%	
Processar Remunerações Direcção Unidades Previdência Social Norte	40.376.227	40.660.389	33.911.273	83,40%	
Processar Remunerações Direcção Unidades Previdência Social Sul	46.372.959	46.372.959	38.952.710	84,00%	
Processar Remunerações Gabinete Auditoria Interna	9.506.754	9.506.754	7.992.916	84,08%	
Processar Remunerações Gabinete Estudos Atuarias e Relações Internacionais	8.069.144	8.259.744	6.948.773	84,13%	
Processar Remunerações Gabinete Jurídico	6.427.335	6.605.606	5.657.079	85,64%	
Processar Remunerações Gabinete Qualidade E Comunicação	6.479.043	7.466.793	4.442.798	59,50%	
Processar Remunerações Gabinete Sistemas De Informação	39.183.680	39.183.680	30.819.681	78,65%	
Gestão Dos Ativos Financeiros Segundo As Melhores Práticas Recomendações Pela OIT E A AISS Em Ordem A Garantir A Sustentabilidade Do Sistema	16.312.689.000	16.310.259.000	11.155.624.118	68,40%	
Gestão Com Total Segurança Dos Pagamentos E Da Carteira De Ativos	31.026.429	32.926.429	26.646.519	80,93%	
Garantia Da Elaboração Atempada Do Orçamento, Das Contas E Do Relatório De Exercício	11.500.000	11.500.000	3.201.025	27,84%	
Plano Estratégico De Comunicação Para A Extensão Da Cobertura Contributiva 2019 - 2021	6.500.000	6.500.000	2.736.000	42,09%	
Promoção Da Extensão Da Cobertura Contributiva	2.010.000	1.680.000	276.056	16,43%	
Reforço Da Fiscalização E Alargamento Do Seu Âmbito Material, Territorial E Factual	2.650.000	2.650.000	1.662.201	62,72%	
Aprimoramento Do Quadro Jurídico Do Sistema De Segurança Social Contributivo E Defesa Dos Interesses E Do Património Do Sistema	10.750.000	10.750.000	3.087.265	28,72%	
Reforço Da Produção De Conhecimento Como Suporte Essencial Para Uma Gestão Sustentável Do Sistema De Protecção Social Obrigatório	4.050.000	4.050.000	1.951.309	48,18%	
Planeamento E Execução Das Ações De Comunicação E Melhoria Da Imagem Do Inps	20.300.000	20.300.000	14.293.316	70,41%	
Melhoria Do Atendimento a Todos os Utentes - Região Norte	500.000	500.000	259.728	51,95%	
Aprimoramento do Controle Interno e da Conformidade dos Processos Visando a Melhoria do Sistema de Gestão	786.000	786.000	477.027	60,69%	
Melhoria Da Governança Relativa Ao Controle Interno E À Conformidade Dos Processos	922.000	1.475.700	1.349.637	91,46%	
Melhoria Do Atendimento a Todos os Utentes - Região Sul	350.000	350.000	261.710	74,77%	
Garantia Da Operacionalidade E Da Segurança Dos Sistemas De Informação E Das Infraestruturas Tecnológicas	82.753.000	81.537.300	68.892.484	84,49%	
Gestão Criteriosa Dos Ativos Imobilizados	208.703.000	206.827.710	9.583.829	4,63%	
Gestão Das Aquisições De Bens E Serviços, Gestão Dos Imóveis, Do Parque Automóvel E Dos Fornecimentos Internos	158.160.000	162.804.790	105.227.710	64,63%	
Garantia Do Pagamento Atempado Das Prestações E Em Conformidade Com A Legislação - Prestações Pecuniárias	3.293.143.001	3.293.243.001	3.258.827.398	98,95%	
Melhoria Do Nível De Satisfação E De Produtividade Do Pessoal Do Inps	15.575.000	15.897.500	15.456.773	97,23%	
Garantia Do Pagamento Atempado Das Prestações E Em Conformidade Com A Legislação - Assistência Médica, Hospitalar e Medicamentosa	2.773.605.000	2.773.605.000	2.520.757.260	90,88%	
Total Geral	23.370.092.940	23.370.192.940	17.545.829.728	75,08%	



Instituto Nacional de Previdência Social

A Vida Toda

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de escudos – mCVE)

Designação	Nota	31-12-2019			31-12-2018
		Activo Bruto	Amortização /Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
ACTIVO FIXO:					
Imobilizações Incorpóreas:	2				
Aplicações Informáticas	(A)	323 226	323 226	(0)	17 655
		323 226	323 226	(0)	17 655
Imobilizações Corpóreas:	3				
Terrenos e Recursos Naturais		404 381	-	404 381	404 381
Edifícios e Outras Construções		1 420 351	670 061	750 289	798 683
Equipamentos de Carga e Transporte		63 773	47 633	16 140	21 496
Equipamentos Administrativo e Social		271 086	270 468	618	14 545
Equipamento e Material Informático		251 998	230 022	21 977	16 227
Outras Imobilizações Corpóreas		12 135	11 869	265	350
		2 423 723	1 230 054	1 193 670	1 255 682
Imobilizações Financeiras:					
Partes de Capital - Outras Empresas - Diversas	4	5 585 703		5 585 703	4 077 380
Obrigações - Outras Empresas - Diversas	5	1 691 981	440 873	1 251 109	1 040 369
Obrigações -Tít. Dívida Púb. Outras Entid do SPA	6	25 602 438	446 904	25 155 534	21 385 763
Outros Títulos Financeiros	7	-	-	-	328 168
Outras Aplicações Financeiras	8	333 333	-	333 333	333 333
	(F)	33 213 455	887 777	32 325 679	27 165 013
TOTAL DO ACTIVO FIXO (A+B+C+D+E+F+G+H)	(I)	35 960 404	2 441 056	33 519 348	28 438 350
ACTIVO CIRCULANTE					
Imobilizações Financeiras:					
Obrigações - Outras Empresas - Diversas	5	-	-	-	404 320
Obrigações - Tít. Dívida Púb. Outras Entid. do	6	-	-	-	3 092 842
Outras Aplicações Financeiras	8	6 761 338	-	6 761 338	33 333
	(J)	6 761 338	-	6 761 338	3 530 495
Dívidas de Terceiros - a Curto Prazo					
Adiantamentos a Fornecedores de Imobilizado		-		-	-
Devedores Diversos	9	608 709	117 397	491 312	87 317
Contribuintes	10	7 297 023	3 140 783	4 156 240	4 168 663
Organismos de segurança social Estrangeiros	11	959 831	-	959 831	1 228 054
Estado e Outras Autoridades Públicas (OAP)	12	2 430 248	-	2 430 248	1 875 945
Outras Operações com o Pessoal		22 375	-	22 375	19 471
		11 318 186	3 258 180	8 060 005	7 379 450
	(K)	18 079 524	3 258 180	14 821 343	10 909 945
Disponibilidades:					
Títulos Negociáveis	13	200 000		200 000	423 075
Depósitos à Prazo	14	16 674 254		16 674 254	15 136 521
Depósitos à Ordem	14	25 006 181		25 006 181	21 301 553
	(L)	41 880 435	-	41 880 435	36 861 149
Outras Regularizações Activas:					
Acréscimos de Proveitos	15	2 190 536	-	2 190 536	1 826 895
	(M)	2 190 536	-	2 190 536	1 826 895
TOTAL DO ACTIVO CIRCULANTE (J+K+L+M)	(N)	62 150 495	3 258 180	58 892 315	49 597 989
Total de Amortizações			1 553 279		
Total de Provisões			5 699 236		
TOTAL DO ACTIVO (I+N)	(O)	98 110 899	5 699 236	92 411 662	78 036 339
SITUAÇÃO LÍQUIDA:	16				
Reservas		77 466 801	-	77 466 801	69 825 292
Resultado Líquido		6 963 936	-	6 963 936	7 641 511
TOTAL DAS FONTES DURADOURAS	(P)	84 430 737	-	84 430 737	77 466 803
FONTES A CURTO PRAZO:					
Dívidas a terceiros - curto prazo					
Benefícios de previdência e abonos a pagar	17	228 355	-	228 355	207 949
Pessoal		24 185	-	24 185	50 071
Sindicatos		-	-	-	139
Organismos de segurança social Estrangeiros	11	6 783	-	6 783	14 169
Credores Diversos	18	7 506 789	-	7 506 789	105 521
Estado e Outras Autoridades Públicas	12	45 540	-	45 540	37 690
Fornecedores, C/C	19	6 248	-	6 248	7 330
	(T)	7 817 899	-	7 817 899	422 869
Outras Regularizações Passivas:					
Acréscimos de Custos	20	163 026	-	163 026	146 647
	(U)	163 026	-	163 026	146 647
TOTAL DAS FONTES A CURTO PRAZO (V)=(T+U)	(V)	7 980 925	-	7 980 925	569 516
TOTAL DO PASSIVO (X)=(Q+R+T+U)	(X)	7 980 925	-	7 980 925	569 516
TOTAL DAS FONTES (Z)=(P+X)	(Z)	92 411 662	-	92 411 662	78 036 320

A Direção Financeira

A Comissão Executiva

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1 DE janeiro DE 2018 E 31 DE dezembro DE 2018

(Valores expressos em milhares de Escudos – mCVE)

Designação	Notas	Exercícios			
		2019	%	2018	%
PROVEITOS E GANHOS					
Contribuições	21	11 632 585	81,8%	11 135 895	80,8%
Convenções internacionais – Compart.	22	240 062	1,7%	94 216	0,7%
	(A)	11 872 646	83%	11 230 111	81%
Proveitos e ganhos financeiros					
Juros	23	2 155 823	15,2%	2 091 246	15,2%
Rendimentos Imóveis		4 548	0,0%	4 463	0,0%
Rendimentos de participações de capital	4	56 670	0,4%	196 660	1,4%
Outros Proveitos			0,0%	2 025	0,0%
	(B)	2 217 040	16%	2 294 393	17%
Proveitos e ganhos extraordinários	24	138 980	1,0%	264 658	1,9%
	(C)	138 980	1,0%	264 658	1,9%
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS (A+B+C)	(D)	14 228 667	100,0%	13 789 162	100,0%
CUSTOS E PERDAS					
Ações de previdência e abonos	25	5 516 419	75,9%	4 831 035	78,6%
	(E)	5 516 419	75,9%	4 831 035	66,5%
Custos administrativos					
Custos com o pessoal	26	415 149	5,7%	374 128	5,1%
Fornecimentos e serviços externos	27	225 187	3,1%	265 819	3,7%
Tributos		2 825	0,0%	2 781	0,0%
Outros custos administrativos		6 380	0,1%	10 692	0,1%
	(F)	649 541	8,9%	653 421	9,0%
Amortizações do exercício	28	97 929	1,3%	112 574	1,5%
Provisões do exercício - Diversas	29	441 574	6,1%	296 356	4,1%
	(G)	539 503	7,4%	408 930	5,6%
Custos e Perdas Financeiras					
Imposto sobre capitais	30	186 929	2,6%	160 619	2,2%
	(H)	186 929	2,6%	160 619	2,2%
Custos e perdas extraordinárias	31	372 339	5,1%	93 650	1,3%
	(I)	372 339	5,1%	93 650	1,3%
TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS (E+F+G+H+I)	(J)	7 264 731	100,0%	6 147 654	84,6%
Resultados:					
Resultado operacional = (A-E-F-G) =		5 167 183		5 336 725	
Resultado financeiro = (B-H) =		2 030 112		2 133 774	
Resultado corrente = (A+B-E-F-G-H) =		7 197 295		7 470 500	
Resultado Extraordinário = (C-I) =		(233 359)		171 008	
Resultado Líquido = (D-J) =		6 963 939		7 641 509	

A Direção Financeira

A Comissão Executiva

MAPA DE ORIGEM E APLICAÇÕES DE FUNDOS

MAPA DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE FUNDOS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

E 1 DE JANEIRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de Escudos – mCVE)

DESCRIÇÃO	Notas	Valor	
		2019	2018
<u>Actividades de funcionamento</u>			
Origens			
Contribuintes		10 455 750	9 796 554
Outros recebimentos de Actividades de Funcionamento		1 247 173	136 222
(A)		11 702 923	9 932 776
Aplicações			
Beneficiários do sistema de Previdência Social		3 559 179	3 165 519
Prestadores de serviço do sistema de Previdência Social		1 917 637	1 623 588
Fornecedores		204 355	225 647
Pessoal		358 399	326 649
Outros pagamentos de Actividades de Funcionamento		354 783	220 529
(B)	14	6 394 353	5 561 932
<u>Actividades de investimento</u>			
Origens			
Reembolsos de empréstimos concedidos (excepto títulos de dívida pública)		329 936	92 313
Reembolsos de títulos de dívida pública		5 115 916	4 532 047
Juros e rendimentos similares		2 149 254	2 091 256
Dividendos		109 744	135 985
Outros recebimentos de actividades de investimento		5 219	4 915
(C)		7 710 069	6 856 516
Aplicações			
Desembolsos de empréstimos concedidos (excepto títulos de dívida pública)		42 499	-
Aquisição de títulos de dívida pública		6 016 674	4 598 109
Aquisições de Imobilizações Financeiras - Partes de Capital		1 508 323	-
Aquisição de imobilizações corpóreas e incorpóreas		21 850	30 066
Outros Pagamentos de Actividades de Investimento		186 929	160 619
(D)		7 776 275	4 788 794
<u>Actividades de financiamento</u>			
Origens			
(E)		-	-
Aplicações			
(F)		-	-
Recapitulação:			
Cash Flow líquido das Actividades de funcionamento (A-B)	(G)	5 308 570	4 370 843
Cash Flow líquido das Actividades de investimento (C-D)	(H)	(66 206)	2 067 722
Cash Flow líquido das Actividades de Financiamento (E-F)	(I)	-	-
Variação do Mapa de Origem e Aplicação de Fundos (G+H+I)	(J)	5 242 364	6 438 565
Total das Disponibilidades no Início do Exercício	(K)	36 438 072	29 999 507
Efeitos das Diferenças Cambiais Sobre Disponibilidades	(L)	-	-
Total das Disponibilidades no Final do Exercício (J+K+L)	(M)	41 680 436	36 438 072
Reconciliação:			
Total das Disponibilidades pela Demonstração do Cash Flow	(M)	41 680 436	36 438 072
Total das Disponibilidades (Depósitos bancários) pelo Balanço		41 680 436	36 438 073

A Direção Financeira

A Comissão Executiva

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

NOTA 0 - Constituição e Atividade

O INPS - Instituto Nacional de Previdência Social (adiante designado por INPS ou Instituto) foi criado pelo Decreto-Lei (DL) nº 135/91 de 2 de outubro, no âmbito da cisão do extinto ISPS - Instituto de Seguros e Previdência Social (DL nº 136/91 de 2 de outubro). Na data da sua constituição foram transferidos para o INPS o património e a atividade do sector de previdência social.

As atribuições do INPS, nos termos estatutários, consistem na gestão, aperfeiçoamento e fiscalização do sector da Previdência Social. Adicionalmente, compete ao INPS assegurar a aplicação de convenções e acordos de segurança social subscritos pelo Estado Cabo-Verdiano.

O INPS é dotado de personalidade jurídica de direito público, goza de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e opera sob a Tutela do Ministro responsável pela área da Saúde e Segurança social e finanças.

Atualmente o INPS opera em todas as ilhas, mais concretamente em 19 concelhos, através das representações locais.

Em uma breve síntese do sistema de Proteção Social Obrigatório em Cabo Verde, seria de assinalar os seguintes pontos:

O Sistema de Proteção Social Obrigatório em Cabo Verde nasceu em dezembro de 1982, através da implementação do DL n.º 114/82, que previa um sistema de segurança social que cobrisse de forma gradual a generalidade dos trabalhadores do país. Visa gerir a proteção social obrigatória, abrangendo a proteção na doença e maternidade, prestações familiares, invalidez, velhice e morte tendo sido acrescentado nos últimos anos a prestação do desemprego. Ainda no âmbito das aplicações de convenções e acordos de segurança social, o INPS assegura a todos os trabalhadores migrantes os direitos às prestações previstas na lei em Cabo Verde.

À data de 1983 o sistema já contava com 385 Empresas contribuintes inscritas e 10 234 segurados.

Em 2001, através da Lei 131/V, definiu-se as bases do Sistema de Proteção Social, com 3 níveis de intervenção:

- ✓ Rede de Segurança,
- ✓ Proteção Social Obrigatória
- ✓ Proteção Social Complementar.

O enquadramento dos trabalhadores independentes (Profissionais Liberais) no Sistema de Proteção Social Obrigatória deu-se em 2003, através da Lei n.º 28/2003, e já em 2004 ocorre a primeira grande reforma do sistema que se assentava nos seguintes princípios:

- Ajustar o sistema de Previdência Social ao desenvolvimento do País;
- Adequar a legislação à Lei de Bases da Proteção Social;
- Garantir a evolução de outras legislações nacionais (nas áreas do trabalho, da educação e da saúde, sendo esta última anteriormente vedada à iniciativa privada) com incidências diretas no sistema;
- Aprofundar a proteção social e uma melhor sistematização legislativa e a clarificação de conceitos a ele inerentes;
- Garantir o equilíbrio financeiro.

Desde 2004, vêm sendo implementadas reformas profundas no Sistema de Proteção Social Obrigatório em Cabo Verde, sendo os principais marcos os seguintes:

- Ano 2004 - DL n.º 5/2004 - Reformula e sistematiza o Regime de Proteção Social dos Trabalhadores por Conta de Outrem - TCO;
- Ano 2006 - Criação do Centro Nacional de Pensões Sociais - CNPS;
- Ano 2006/7 - Integração da Função Pública no INPS - Administração Central;
- Ano 2008 - Integração da Função Pública no INPS - Administração Local;
- Ano 2009 - Revisão da Legislação (DL 5/2004) sobre a Proteção Social dos TCO. - DL 50/2009; integração dos Trabalhadores Independentes no regime dos Trabalhadores por conta própria (TCP) - DL n.º 48/2009 e integração dos Profissionais do Serviço Doméstico no Sistema de Proteção Social - DL 49/2009;
- Ano 2010 - Atualização dos valores de Abono de Família e Prestações Complementares, Pensão mínima e Subsídios Diários Únicos para evacuados;
- Ano 2011 - Regulamentação dos Procedimentos de Atribuição dos Subsídios de Doença - Portaria n.º 33/2011; regulamentação do Funcionamento da Comissão de Verificação de Incapacidades (CVI) - Portaria n.º 34/2011 e regulamentação dos Procedimentos para Evacuações Sanitárias - Portaria n.º 35/2011;
- Ano 2013 - Instituição da Pensão Unificada de Invalidez, Velhice e Sobrevivência - DL n.º 1/2013;
- Ano 2014 - Instituição do Regime Jurídico Especial para as Micro e Pequenas Empresas - Lei n.º 70/VIII/2014 (alterada em março de 2016);

- Ano 2016 – Atribuição do subsídio de desemprego no âmbito do regime de proteção social dos TCO – DL 15/2016; redefinição da afetação da taxa global de contribuições para o financiamento do subsídio de desemprego e alteração do artigo 13º do DL 40/2017, que aprova os estatutos do INPS - Lei 50/2016;
- Ano 2017 - Alteração do regime jurídico de atribuição do subsídio de desemprego, clarificando o seu campo de aplicação pessoal e redefinindo a data de entrada em vigor - DL nº 23/2017 de 29 de maio;
- Ano 2017 - alteração da Base de Incidência Contributiva, indexando-a aos valores do salário mínimo nacional - DL nº 32/2017, de 25 de julho;
- Ano 2017 alteração da data de entrada em vigor da Portaria de atualização das taxas para a segurança social, visando o financiamento ao subsídio de desemprego – Portaria nº 27/2017, de 25 de julho. As taxas contributivas para o Regime Geral dos TCO passaram a apresentar a seguinte distribuição:

Portaria N.º 16/2016	2017	
	% Salário	% Contribuição
Doença e Maternidade	8,00%	32,65%
Pensões	10,00%	40,82%
Abono de Família e Prestações Complementares	1,50%	6,12%
Subsídio de Desemprego	3,00%	12,24%
Administração	2,00%	8,16%
Total	24,50%	100,00%

- Ano 2018 - Alteração do Decreto-lei nº 51/2005, de 25 de julho, através do **Decreto Lei nº 69/2018, de 20 de dezembro** (extensão do prazo de transição do período de garantia para atribuição da pensão de velhice e alteração da entrada em vigor da carreira contributiva de 15 anos para o ano 2022;
- Ano 2019 – Revisão de um conjunto de Portarias que regulam o acesso as prestações, nomeadamente de fisioterapia, estomatologia, óculos e outros dispositivos de compensação.
- Ano 2019 – Integração dos trabalhadores e pensionistas beneficiários do sistema privativo de Segurança Social do BCA (até 1996) no âmbito do sistema de proteção social obrigatório gerido pelo INPS, nos termos do estabelecido no Decreto-Lei nº35/2019, de 25 de julho.
- Ano 2019 – Assunção da gestão do processo de Reforma Antecipada de alguns trabalhadores, no âmbito da reestruturação dos TACV tendo para efeito recebido do Tesouro um adiantamento no montante de 808.665.350,00 ECV.

NOTA 1 - Preparação das demonstrações financeiras e resumo dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos mais significativos

1.1 Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Plano nacional de Contabilidade Pública (**PNCP**), aprovado pelo Decreto-Lei nº 10/2006, de 30 de janeiro de 2006. Com o objetivo de facilitar a respetiva leitura, os valores encontram-se expressos em Milhares de Escudos Cabo-Verdianos (m CVE).

1.2 Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos mais significativos

a) Imobilizações incorpóreas e amortizações

As Imobilizações incorpóreas englobam os softwares informáticos. Encontram-se valorizados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor de fatura do fornecedor acrescido de despesas de compra e instalação, líquido das respetivas amortizações acumuladas e, caso houver, de provisões (ver Nota 2). As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir do mês do início de atividade operacional, ao longo de três anos.

b) Imobilizações corpóreas e amortizações

As imobilizações corpóreas encontram-se valorizadas pelo seu custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor acrescido das despesas de compra e instalação.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas taxas previstas na legislação fiscal em vigor, as quais, se considera, representam, na generalidade, de forma satisfatória a vida económica estimada dos diferentes componentes das imobilizações corpóreas. As principais taxas utilizadas são as seguintes:

	<u>%</u>
Edifícios e outras construções	4
Equipamentos de carga e transporte	12,5
Equipamento administrativo e social	20
Equipamento e material informático	33
Outras imobilizações corpóreas	10

Os terrenos e recursos naturais e o imobilizado em curso não são objeto de amortização.

c) Imobilizações financeiras e provisões

Participações financeiras

Referem-se a participações detidas nas entidades identificadas na Nota 4. Encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição. As perdas potenciais, de natureza permanente,

resultantes do diferencial entre o custo de aquisição e o valor atual da posição tomada pelo Instituto no capital das suas participadas, avaliado por referência à parte proporcional do respetivo capital próprio, não são objeto de provisão.

Os proveitos são registados aquando da atribuição dos dividendos.

Obrigações e títulos de dívida pública

Compreendem (i) as obrigações das entidades identificadas na Nota 5, registadas pelo custo de aquisição; são objeto de provisão, aquelas que apresentam riscos de recuperação e não existem garantias reais e (ii) os títulos de dívida pública (obrigações do Tesouro, de longo prazo), registadas ao custo de aquisição.

d) Provisão para cobranças duvidosas

As provisões para contribuições de cobrança duvidosa foram constituídas tendo por base a análise do risco efetivo de cobrança dos saldos. Os critérios utilizados são os seguintes:

- Saldos com mais de 3 anos – 100%;
- Saldos com mais de 2 anos – 75%;
- Saldos com mais de 1 ano – 50%;
- Saldos com mais de 6 meses – 25%.

e) Especialização de exercícios

O INPS adota, genericamente, o princípio contabilístico da especialização de exercícios.

f) Reconhecimento de proveitos

Os proveitos associados à previdência social são reconhecidos na demonstração dos resultados com o registo efetivo das folhas de ordenados e salários.

g) Gestão de risco financeiro - Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas e contabilizadas em CVE às taxas de câmbio oficiais na data em que ocorrem. As diferenças cambiais apuradas na data de pagamento ou recebimento dos saldos das referidas transações são reconhecidas em resultados do exercício. Os saldos em moeda estrangeira em 31 de dezembro são atualizados ao câmbio oficial vigente naquela data, sendo as diferenças apuradas registadas em resultados.

h) Responsabilidades por férias e subsídios de férias

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm direito a um mês de férias anual, direito esse adquirido durante os onze meses de trabalho efetivo anteriores ao do seu pagamento.

Adicionalmente, o Instituto garante o pagamento de subsídio de férias o que, à semelhança das férias, representa um direito adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, as responsabilidades com férias e subsídio de férias e os respetivos encargos sociais são registados em custos do exercício a que dizem respeito, independentemente do ano em que ocorre o seu pagamento. Estas responsabilidades encontram-se apresentadas em balanço na rubrica Acréscimos de custos (ver Nota 20).

i) Encargos com pensões e complementos de reforma dos trabalhadores do INPS

Os trabalhadores do Instituto encontram-se abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, assegurado pelo próprio INPS, não existindo qualquer outro sistema complementar de pensões.

j) Imposto sobre lucros

Nos termos da alínea c) do artigo 3º da Lei nº 82/VIII/2015, de 8 de janeiro, que aprova o Código do Imposto Sobre Rendimentos – Pessoas coletivas, o INPS está isento do pagamento do referido imposto.

k) Reservas técnicas, Fundos e Provisões

Os artigos 37º e 38º dos Estatutos do Instituto Nacional de Previdência Social, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 40/2014, de 11 de agosto, estabelecem os critérios de constituição de reservas, fundos e provisões. Contudo, o Instituto tem vindo, ao longo dos anos, a afetar a totalidade do Resultado líquido apurado em cada exercício à rubrica de Reservas, relevada na Situação líquida, as quais se destinam a fazer face às responsabilidades com Previdência Social.

NOTA 2 - Imobilizações incorpóreas

Compreendem as aplicações informáticas adquiridas no âmbito do contrato celebrado com o NOSI – Núcleo Operacional de Sistemas de Informação, o qual vigorou até 2016.

Assim, sendo os movimentos ocorridos durante os exercícios decompõem-se como segue:

	mCVE
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2018	
Valor de aquisição	326 814
Depreciação acumulada	(277 771)
Valor escriturado	49 043
VARIAÇÕES EM 2018	
Valor líquido inicial	49 043
Depreciação do exercício	-
Valor líquido	49 043
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018	
Valor de aquisição	326 814
Depreciação acumulada	(323 115)
Valor escriturado	3 699
VARIAÇÕES EM 2019	
Valor líquido inicial	3 699
Depreciação do exercício	(3 699)
Valor líquido	-
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019	
Valor de aquisição	326 814
Depreciação acumulada	(326 814)
Valor escriturado	-

NOTA 3 - Imobilizações corpóreas

Os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2019 e 2018 nestas rubricas decompõem-se como segue (em mCVE):

POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2018

Valor de aquisição	404 380	1 377 068	63 773	265 566	236 119	11 835	2 358 741
Depreciação acumulada	-	(555 302)	(36 920)	(238 505)	(222 579)	(11 700)	(1 065 006)
Valor escriturado	404 380	821 766	26 853	27 061	13 540	135	1 293 735

VARIAÇÃO EM 2018

Valor líquido inicial	404 380	821 766	26 853	27 061	13 540	135	1 293 735
Aquisições	-	33 699	-	3 367	5 766	300	43 132
Depreciação do exercício	-	(56 782)	(5 356)	(15 883)	(3 080)	(85)	(81 186)
Valor líquido	404 380	798 683	21 497	14 545	16 226	350	1 255 681

POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Valor de aquisição	404 380	1 410 767	63 773	268 933	241 885	12 135	2 401 873
Depreciação acumulada	-	(612 084)	(42 276)	(254 388)	(225 659)	(11 785)	(1 146 192)
Valor escriturado	404 380	798 683	21 497	14 545	16 226	350	1 255 681

VARIAÇÃO EM 2019

Valor líquido inicial	404 380	798 683	21 497	14 545	16 226	350	1 255 681
Aquisições	-	9 584	-	2 152	10 114	-	21 850
Abates /Alienações - valor de aquisição	-	-	-	-	-	-	-
Abates /Alienações - deprec.acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação do exercício	-	(57 977)	(5 356)	(16 080)	(4 363)	(85)	(83 862)
Valor líquido	404 380	750 289	16 141	618	21 976	265	1 193 669

POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Valor de aquisição	404 380	1 420 351	63 773	271 085	251 999	12 135	2 423 723
Depreciação acumulada	-	(670 061)	(47 632)	(270 468)	(230 022)	(11 870)	(1 230 054)
Valor escriturado	404 380	750 289	16 141	618	21 976	265	1 193 669

NOTA 4 - Partes de capital – Outras empresas - Diversas

Esta rubrica é composta pelas participações no capital das seguintes empresas:

Entidades	Saldo em 01.01.2018	Aquisições em 2018	Saldo em 31.12.2018	Aquisições em 2019	Saldo em 31.12.2019	% de participação
Cabo Verde Telecom	1 534 897	-	1 534 897	1 294 630	2 829 527	57,92%
Electra - Empresa de Electricidade e Água	525 156	-	525 156	-	525 156	16,59%
Caixa Económica de Cabo Verde, SARL	1 232 245	-	1 232 245	-	1 232 245	47,70%
Banco Comercial do Atlântico	556 799	-	556 799	-	556 799	12,01%
Ceris - Sociedade Caboverdiana de Cerveja e Refrigerantes	99 876	-	99 876	-	99 876	1,13%
A Promotora	50 000	-	50 000	-	50 000	11,11%
Construções de Cabo Verde (CVC)	40 646	-	40 646	-	40 646	6,26%
Garantia - Comp. de Seguros de Cabo Verde	24 380	-	24 380	-	24 380	12,19%
ENACOL - Empresa Nacional de Combustíveis	13 340	-	13 340	14 300	27 640	0,67%
AFREXIMBANK	-	-	-	199 394	199 394	0,02%
Hotelmar, SARL	40	-	40	-	40	0,00%
	4 077 380	-	4 077 379	1 508 324	5 585 703	

Em 2019, o INPS realizou importantes aquisições de participações sociais, tendo incrementado em 20% a participação na empresa CV Telecom passando a ocupar a posição de acionista maioritário e concorreu através da Bolsa de valores de Cabo Verde à oferta publica realizada para venda das ações do Estado de Cabo Verde da Enacol SA, donde duplicou a participação no capital social da empresa. Ainda, no âmbito da política de investimentos, realizou o primeiro investimento estrangeiro ao adquirir parte do capital social do Banco de importação e exportação Africano, Afreximbank sediada no Cairo- Egipto, em cerca de 0.02% do capital.

Foram atribuídos ao INPS, em 2019 e 2018 os seguintes dividendos, líquidos de impostos, relativos ao exercício de 2019 e 2018, respetivamente:

Entidades	mCVE	
	2019	2018
BCA		7 372
CV Telecom		122 738
Enacol	1 312	2 114
CECV	44 690	53 233
Garantia	10 668	8 919
CVC		2 284
	56 670	196 660

As informações financeiras das participadas à data de 31 de dezembro de 2019 resumem-se como segue (em Milhares de CVE):

Empresa	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido 2019
CVC (dados 2018)	554 267	206 343	347 924	248 575	(40 716)
Ceris	2.230	1.212	1.018	1.109	89
Garantia	3.361	2.004	1.357	1.733	170
CECV	77.836	72.832	5.005	4.084	855
Promotora (dados 2018)	468 211	29 624	438 587	1 408 000	77 505
Promotora (dados 2019)	469.017	19.902	449.115	401.031	10.528
CV Telecom	14.684	8.050	6.634	4.337	188
Enacol (a)	7.175	2.240	4.934	17.880	855
Hotelmar	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I
Electra	19.986	24.418	-4.521	9.640	-367
BCA	87.425	81.180	6.246	3.581	1.170

S/I - Sem informação.

Conforme referido acima, o INPS adota o PNCP – Plano Nacional de Contabilidade Pública na preparação das suas demonstrações financeiras, o qual não prevê a aplicação do Método de Equivalência Patrimonial na valorização das participações financeiras.

NOTA 5 - Obrigações - Outras empresas - diversas

Resumem-se como segue:

	2019			2018		
	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total
CVFF		499 896	499 896	-	499 896	499 896
TACV		395 833	395 833	19 792	415 625	435 417
Electra Serie C	159 771		159 771	-	109 032	109 032
Electra Serie D		200 000	200 000	127 508	32 263	159 771
Electra Serie E		109 032	109 032	-	200 000	200 000
ASA Serie C		125 000	125 000	-	125 000	125 000
ASA Serie D		93 283	93 283	-	93 283	93 283
IFH Serie C		-	-	237 623	-	237 623
EMPROFAC		16 667	16 667	16 667	16 667	33 333
Ecobank - Série B		50 000	50 000	-	50 000	50 000
Infharma		-	-	2 730	-	2 730
BAI		42 499	42 499		-	-
	159 771	1 532 210	1 691 981	404 320	1 541 765	1 946 085
Provisão:						
CVFF		(501 396)	(501 396)		(501 396)	(501 396)
Total	159 771	1 030 814	1 190 585	404 320	1 040 369	1 444 689

Cabo Verde Fast Ferry (CVFF)

Em agosto de 2009, a CVFF procedeu a uma Oferta Particular de Subscrição e de admissão à negociação na Bolsa de Valores de Cabo Verde de 1 500 000 obrigações ordinárias, escriturais, de valor nominal de CVE 1 000 cada, tendo o INPS subscrito 499 896 obrigações.

Face a sucessivos incumprimentos por parte da CVFF, os obrigacionistas, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de fevereiro de 2016, deliberaram a reestruturação do empréstimo obrigacionista nos seguintes termos:

- Cisão das obrigações em 3 grupos;
- Amortização do empréstimo obrigacionista em prestações, com início em 2019 e término em 2029, quando inicialmente o empréstimo deveria ser integralmente liquidado em 2015;
- Pagamento dos juros em atraso em 120 prestações mensais.

Em consequência, as obrigações do INPS, passaram a ser integradas no primeiro Grupo, denominado Grupo Institucionais de referência e Entidades Públicas, com as seguintes condições: Maturidade até 2029 e taxa de juro variável de 4% a partir do 2º cupão, de 2016 até 2029.

A partir de 2019 os empréstimos seriam reembolsados ao par em prestações semestrais.

Tendo em conta os incumprimentos das cláusulas contratuais, derivados da difícil situação financeira e económica que a CVFF enfrenta, esse investimento encontra-se integralmente provisionado.

Em 2019 registou-se, no entanto, o pagamento aquando do vencimento do 20º cupão no mês de agosto no valor de 9,9 milhões de CVE, tendo ficado previsto o pagamento da 1ª amortização do capital em dívida em fevereiro de 2020, conforme o plano de amortização acordado em Assembleia Geral Extraordinária de Obrigacionistas em fevereiro de 2016.

TACV

Em 25 maio de 2015, os TACV lançaram uma Oferta Particular de Subscrição de obrigações no montante de mCVE 950 000, em duas séries, tendo o INPS subscrito as obrigações da Série B, no valor de mCVE 475 000.

Os principais termos e condições resumem-se como segue:

- Maturidade de quinze anos a contar da data de subscrição, com amortização em 24 prestações semestrais iguais de capital, no montante de mCVE 19 792, vencendo-se a primeira em novembro de 2018;
- Taxa de juro anual fixa de 6,5% ao ano, devidos semestral e postecipadamente;
- As obrigações encontram-se garantidas por aval do Estado e por consignação mensal das receitas provenientes da atividade operacional dos TACV, correspondentes a 1/6 da prestação seguinte.

Electra – Série C

Estas obrigações, subscritas em junho de 2007, pelo prazo de 20 anos, remuneradas à taxa variável semestral calculada entre a maior entre as taxas EURIBOR a seis meses ou a TBA divulgada pelo Banco de Cabo Verde, adicionada de 2 pontos percentuais. O pagamento de juros deverá ser feito em prestações semestrais e sucessivas, sendo as obrigações liquidadas integralmente no final da maturidade, no ano de 2027. As obrigações apresentam garantia do Estado de Cabo verde.

Electra – Série D

Subscritas em julho de 2012, pelo prazo de 8 anos, as obrigações vencem juros à taxa variável semestral, calculada com base na taxa base anual (TBA) divulgada pelo Banco de Cabo Verde, adicionada de um spread de 2,45% (Floor de 6,6%), devidos em prestações semestrais e sucessivas. A amortização do principal deveria ser efetuada semestralmente em 10% do valor emitido, com início em julho de 2016, o que inicialmente não aconteceu, tendo sido a situação normalizada em 2017. Esta série de obrigações apresentam a garantia do Estado.

Electra – Série E

As obrigações foram subscritas em junho de 2017, pelo prazo de 8 anos, vencendo juros à taxa semestral e postecipada de 5,6%. A amortização do principal deverá ser efetuada ao par, de uma só vez na data do pagamento do 16º cupão (junho de 2025).

A serie em epigrafe também encontra-se garantida por aval do Estado.

ASA – Série C

Em abril de 2016, a ASA lançou uma Oferta Pública de Subscrição de admissão à negociação na Bolsa de Valores de Cabo Verde de 1 000 000 obrigações ordinárias, escriturais, de valor nominal de mCVE 1 cada, tendo o INPS subscrito 125 mil obrigações.

Os principais termos e condições do empréstimo resumem-se como segue:

- Maturidade de sete anos;
- Taxa de juro anual fixa de 5%;
- Pagamento de juros em prestações semestrais e sucessivas, com liquidação integral do empréstimo no final da maturidade.

ASA – Série D

Em agosto de 2017, a ASA lançou uma Oferta Pública de Subscrição de admissão à negociação na Bolsa de Valores de Cabo Verde de 1 000 000 obrigações ordinárias, escriturais, de valor nominal de mCVE 1 cada, tendo o INPS adquirido 93 283 obrigações.

Os principais termos e condições do empréstimo resumem-se como segue:

- Maturidade de dez anos;
- Taxa de juro anual fixa de 5%;
- Pagamento de juros em prestações semestrais e postecipados, com reembolso do capital a partir do 11º cupão, inclusive, até a amortização total do empréstimo.

Pelas séries obrigacionistas C e D a ASA responde pela dívida nos termos da lei, nas receitas e no património da empresa, tendo sido obrigada a consignar parte das receitas provenientes dos serviços aeroportuários correspondente a 1/6 da prestação seguinte, remunerável à taxa em vigor no mercado, através de um acordo entre o banco liquidatário e a empresa. Ainda a ASA sujeitou-se a apresentar uma ordem de transferência ao banco liquidatário, para efeitos de pagamento dos juros, do reembolso principal e de eventuais comissões devidas.

IFH – Série C

- O empréstimo obrigacionista da IFH atingiu a maturidade em janeiro 2019 e foi completamente liquidada em 2019.

EMPROFAC

A EMPROFAC contraiu, em setembro de 2015, um empréstimo obrigacionista através de uma Oferta Particular de Subscrição e de admissão à negociação na Bolsa de Valores de Cabo Verde de 150 000 obrigações ordinárias, escriturais, de valor nominal de CVE 1 000 cada, tendo o INPS subscrito 75 mil obrigações.

Os principais termos e condições do empréstimo resumem-se como segue:

- Maturidade de cinco anos a contar da data de subscrição, com amortização em 9 prestações semestrais iguais de capital, no montante de mCVE 16 667, tendo a primeira vencido em setembro de 2016;
- Taxa de juro anual fixa de 5%, devendo o correspondente pagamento de juros ser feito em prestações semestrais e sucessivas, tendo a primeira vencido em março de 2016;
- O empréstimo tem subjacente a consignação das receitas provenientes dos fornecimentos às farmácias e aos serviços do Estado.

ECOBANK

O banco Ecobank contraiu, em março de 2014, um empréstimo obrigacionista através de uma Oferta Particular de Subscrição e de admissão à negociação na Bolsa de Valores de Cabo Verde de 200 000 obrigações ordinárias, escriturais, de valor nominal de mCVE 1 cada, tendo o INPS subscrito 50 mil obrigações.

Os principais termos e condições do empréstimo resumem-se como segue:

- Maturidade de sete e dez anos a contar da data de subscrição;
- Taxa de juro anual fixa de 6.5% e 7%, respetivamente;
- Reembolso semestral dos juros, com pagamento do capital na maturidade;
- Como garantia, foi apresentada a performance da Ecobank Cabo Verde e o Know how da Ecobank transaccional Inc..

BAI CV

O INPS subscreveu em 2019 obrigações do banco BAI CV no montante de 42 499 milhões de CVE, referentes a Obrigações Subordinadas e Convertíveis Série D, com taxa variável igual a Taxa Diretora + 2,75% (Floor 4% e Cap 5,5%) de maturidade de 6 anos.

O total dos juros provenientes das obrigações de empresas em 2019 foi de 86 559 milhões de CVE (2018: 87 397 milhões de CVE) (ver Nota 23).

NOTA 6 - Obrigações - Títulos de Dívida Pública - Outras Entidades do SPA

Representam Obrigações do Tesouro (OT), de longo prazo, subscritos nas datas e com as maturidades indicadas no quadro seguinte:

Ano de aquisição	2019			2018			Taxa de Juro (%)	Maturidade (anos)
	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total		
OT - 2010	600 000	-	600 000	872 730	600 000	1 472 730]5,81 ; 6,00[]7;10[
OT - 2011	872 730	600 000	1 472 730	1 900 000	1 472 730	3 372 730]5,75 ; 6,06[]6;10[
OT - 2012	950 000	1 250 000	2 200 000	-	2 200 000	2 200 000]5,75 ; 6,06[]5;10[
OT - 2013	172 730	-	172 730	123 530	172 730	296 260]5,75 ; 6,06[]4;7[
OT - 2014	685 000	860 438	1 545 438	97 143	1 545 438	1 642 581]5,44 ; 5,94[]5;9[
OT - 2015	543 633	4 271 250	4 814 883	99 439	4 814 883	4 914 322]4,31 ; 5,63[]3;10[
OT - 2016	-	3 662 137	3 662 137	-	3 662 137	3 662 137]4,44 ; 5,06[]7;12[
OT - 2017	-	3 250 965	3 250 965	-	3 250 965	3 250 965]3,81 ; 4,50[]3;10[
OT - 2018	-	3 666 880	3 666 880	-	3 666 880	3 666 880]3,81 ; 4,50[]3;10[
OT - 2019	-	4 216 576	4 216 576	-	-	-]3,81 ; 3,97[]3;10[
	3 824 093	21 778 246	25 602 339	3 092 842	21 385 763	24 478 605		

Em 2019, foram reembolsadas obrigações no montante de 3 092 842 milhões de CVE (2018: 3 499 616 milhões de CVE).

As obrigações venceram juros em 2019 e 2018 nos montantes de 1 309 207 milhões de CVE e 1 309 781 milhões de CVE, respetivamente (ver Nota 23).

NOTA 7 - Outros títulos financeiros

Compreendem “Títulos de Consolidação e Mobilização Financeira” (TCMF), que correspondem a títulos de dívida pública de longo prazo resultantes da conversão de duas Obrigações do Tesouro, nos montantes de 128 168 milhões de CVE e 200 000 milhões de CVE em março de 2000 e setembro de 2015, respetivamente e ainda, o título no valor de 6 433 170 milhões de CVE antes pertencentes ao BCA e transferidos ao INPS com efeitos a janeiro de 2019. Nos termos da Lei nº 70/V/98, de 17 de agosto, os TCMF são títulos de crédito com maturidade de 20 anos emitidos pelo Estado de Cabo Verde, através do Tesouro, domiciliados dentro do território de Cabo Verde (BCV), e incorporam o direito ao recebimento de 90% do resultado líquido anual do Fundo, apurado com referência ao dia 31 de dezembro de cada ano. O INPS regista em cada exercício o proveito relativo aos rendimentos a receber dos TCMF. No entanto, em 2019 não se concretizou a favor do INPS a titularização dos títulos antes pertencentes ao BCA, pelo que através de um memorando de entendimento entre o INPS e a Direção Geral do Tesouro, assumiu-se o compromisso de remuneração ao Instituto em 1% do valor do título, com efeitos a janeiro de 2019 e válido durante o período de transição, até a implementação do decreto regulamentar nº 8/2018, de 20 de dezembro na íntegra..

NOTA 8 - Outras aplicações financeiras

	2019			2018		
	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total
Caixa Económica de Cabo Verde	-	333 333	333 333	33 333	333 333	366 667
	-	333 333	333 333	33 333	333 333	366 667

Caixa Económica de Cabo Verde

Corresponde à utilização pela Caixa Económica de Cabo Verde (CECV) de uma linha de crédito em duas tranches nos montantes de 300 000 milhões de CVE e 200 000 milhões de CVE, no âmbito do protocolo estabelecido para concessão de crédito habitação aos trabalhadores do INPS. As duas tranches do empréstimo são reembolsáveis em 15 prestações anuais, após um ano de deferimento, sendo (i) a primeira com início e término em maio de 2013 e maio de 2027, respetivamente e (ii) a segunda com início e término em maio de 2018 e maio 2032, respetivamente. Vencem juros à taxa anual de 2,5%. Nos termos do referido Protocolo, a Caixa Económica de Cabo Verde compromete-se a conceder aos colaboradores do Instituto empréstimos para a aquisição ou reparação de habitação própria, vencendo juros à taxa anual de 5%, sendo os demais critérios estabelecidos entre a CECV e os trabalhadores. O capital do empréstimo das duas tranches é amortizado anualmente em parcelas iguais nos montantes de 20 000 milhões de CVE e 13 333 milhões de CVE, respetivamente.

NOTA 9 - Devedores diversos

O saldo decompõe-se como segue:

		mCVE	
		2019	2018
Novo Banco	(i)	481 826	542 350
CV Telecom	(ii)	-	60 675
Electra	(iii)	20 000	20 000
Forças Armadas	(iv)	5 979	10 420
Fundo Social dos Trabalhadores	(v)	1 086	6 727
Retenções Eventuais por Transferir		-	7 286
Outros		3 543	4 162
		512 433	651 620
Provisão			
Novo Banco	(i)	(481 826)	(542 350)
Electra	(iii)	(10 000)	(10 000)
Valores a regularizar	(vi)	-	-
Outros		(11 953)	(11 953)
		(503 779)	(564 302)
		8 654	87 317

(i) Novo Banco

Corresponde aos valores recebido pelo INPS em forma de carteira de créditos do Novo Banco, correspondentes ao empréstimo subordinado e depósitos bancários que se encontravam naquela instituição e que foram provisionados, por força da resolução do Novo Banco em março de 2017.

Durante o exercício de 2019, foram recuperados cerca de 60 253 milhões de CVE (2018: 102 407 milhões de CVE), registados em Proveitos e Ganhos Extraordinários (ver Nota 24), com

base no protocolo tripartido celebrado entre o INPS, Banco de Cabo Verde e Caixa Económica nos seguintes termos:

- Valor de depósitos no Novo Banco à data da resolução, no montante de 721 573 milhões de CVE;
- Valor da carteira de crédito do Novo Banco atribuída ao INPS de 710 879 milhões de CVE;
- É conferida a CECV a gestão e cobrança da respetiva carteira de crédito;
- A CECV cobrará (i) um *success fee* correspondente a uma comissão mensal de 20% do valor dos juros efetivamente cobrados e (ii) uma comissão de gestão anual de 2% do valor do capital em dívida apurado em 31 de dezembro de cada ano. A soma das duas comissões não poderá ultrapassar 50% dos juros efetivamente cobrados.

CV Telecom

Representou em 2018 o valor remanescente de dividendos, de um total de 160 133 milhões de CVE, a receber da Cabo Verde Telecom, conforme a deliberação em Assembleia Geral de Acionistas de 16 de junho de 2018, situação que foi regularizada em 2019.

(ii) Electra

Empréstimo concedido em 2011, pendente de regularização. O saldo encontra-se provisionado em 10 000 milhões de CVE.

(iii) Forças Armadas

O saldo resulta do protocolo para evacuação interna de doentes, na sequência da assinatura do memorando de entendimento entre as Forças Armadas de Cabo Verde e o INPS, o Ministério da Saúde, a Garantia e a IMPAR, e que compreende o aluguer de uma aeronave por um período de 6 meses, com início em agosto de 2018. O valor total do contrato de aluguer é de 59 543 milhões de CVE, cabendo a responsabilidade do INPS o montante de 10 420 milhões de CVE. Desse montante foram deduzidos em 2019 cerca de 4 441 milhões de CVE referentes a transportes de doentes da proteção social no âmbito de processo de evacuação.

(iv) Fundo Social dos trabalhadores

O saldo desta rubrica representa os reforços do fundo social dos trabalhadores efetuados ao longo dos anos. Por sua vez, esse fundo, que funciona de forma autónoma, concede diversos benefícios aos trabalhadores, nomeadamente empréstimos para despesas de saúde, assistência médica e medicamentosa, compensação na morte, comemorações e convívios dos trabalhadores, cantinas, etc. Não se encontram definidos os termos de reembolso pelo fundo. Em 2018, foi feita uma análise e constatou-se que o montante acumulado de cerca de 74 000 milhões de CVE correspondia a uma parcela do fundo aplicado em despesas não

reembolsáveis. Consequentemente, foram registadas no exercício perdas extraordinárias no referido montante (ver Nota 31) e por outro lado em 2019 reconheceu-se como outras despesas com o pessoal os custos suportados pelo fundo social na parte correspondente efetivamente ao pessoal.

NOTA 10 - Contribuintes

O saldo de Contribuintes corresponde ao valor das contribuições declaradas e não liquidadas pelas entidades empregadoras. Por regime de contribuintes, decompõem-se como segue:

	mCVE	
	2019	2018
Geral	5 319 799	5 082 883
Função pública - regime novo e regime actual	3 967 757	3 905 403
Saldo Contribuintes conforme a listagem da Direção de Contribuições e Cobrança	9 287 556	8 988 286
Diferença entre a listagem da Direção de Contribuições e Cobrança e os saldos contabilísticos	(1 850 338)	(1 922 626)
Depósitos de Contribuintes ainda não identificados	(86 179)	(120 539)
Saldo contabilístico ajustado dos Contribuintes	7 351 039	6 945 121
Menos:		
Provisão para contribuintes de cobrança duvidosa	(3 140 783)	(2 776 458)
	4 210 256	4 168 663

A comparação efetuada entre o saldo ajustado de 7 351 039 milhões de CVE (2018: 6 945 121 milhões de CVE) evidenciado nos registos contabilísticos e o saldo de 9 287 556 milhões de CVE (2018: 8 988 286 milhões de CVE) conforme a listagem da Direção de Contribuição e Cobranças, evidenciou uma diferença líquida de 1 936 517 milhões de CVE (2018: 2 043 165 milhões de CVE), dos quais 86 179 milhões de CVE (2018: 120 539 milhões de CVE) se referem a pagamentos de contribuintes não identificados registados apenas na contabilidade e 1 850 338 milhões de CVE (2018: 1 922 626 milhões de CVE) se encontra em processo de análise.

A provisão para cobrança duvidosa é calculada através da aplicação de uma percentagem diferenciada consoante a antiguidade dos saldos de Privados em dívida (ver Nota 1.2 d)).

A provisão para contribuintes de cobrança duvidosa foi, no exercício de 2019, reforçada em 441 574 milhões de CVE (2018: 296 356 milhões de CVE) (ver Nota 29) e anulada em 77 249 milhões de CVE (2018: 136 287 milhões de CVE) (ver Nota 24), na sequência de cobranças de saldos provisionados anteriormente, fruto do esforço na recuperação das dívidas.

As dívidas do Estado e Autarquias não foram consideradas no cálculo da provisão dado ser expectativa da Administração que a sua recuperação ocorre a curto prazo.

NOTA 11 - Organismos de segurança social estrangeiros

	mCVE	
	2019	2018
Saldos devedores		
Portugal	682.808	983 199
Holanda	259.617	231 709
Luxemburgo	15.489	13 062
Suécia	84	84
Italia	1.833	
Total devedores	959 831	1 228 054
Saldo credor		
França	(6 793)	(14 169)
Total credores	(6 793)	(14 169)

Os saldos devedores compreendem os valores das despesas ainda não reembolsadas de assistência medicamentosa e outras prestações em espécie suportadas pelo INPS, relativas a emigrantes e seus familiares Cabo-Verdianos, incluindo os residentes em Cabo Verde, beneficiários da Segurança Social dos respetivos países identificados acima.

As despesas suportadas, em cada exercício, integram a rubrica de Custos e perdas – Ações de previdência (ver Nota 25). Os valores a receber, calculados nos termos das convenções vigentes, no valor de 132 301 milhões de CVE (2018: 94 216 milhões de CVE), não foram ainda submetidos àquelas entidades, tendo, por isso, sido registadas na rubrica de Acréscimos de proveitos (ver Nota 15), por contrapartida de Proveitos e Ganhos – Convenções internacionais - participação (ver Nota 22).

A dívida da Segurança Social Portuguesa (SSP) refere-se ao período compreendido entre 2005 e 2019. Os valores entre os anos 2005 a 2009, foram confirmados pelas entidades portuguesa, encontrando-se pendente de confirmação os valores de 2010 a esta parte, pese embora já tenham sido apresentados pelo INPS.

O INPS não regista as despesas suportadas pela SSP com os seus beneficiários, não envolvendo, contudo, valores significativos.

O saldo credor da Segurança Social de França corresponde, essencialmente, à diferença entre os valores recebidos pelo INPS para fazer face a encargos com os beneficiários daquela entidade e os montantes efetivamente pagos.

NOTA 12 - Estado e Outras Autoridades Públicas (OAP)

	mCVE	
	2019	2018
Saldos Devedores		
Estado (Retenções IRPS)	-	33
Pensão Comum	919 807	830 357
Pensão Unificada	149 175	144 333
Reforma antecipada	125 823	125 823
REMPE	1 171 111	775 399
Saldo Fundo Pensões BCA	64 332	
Total saldo devedor	2 430 248	1 875 945
Saldos Credores		
IRPS (saldo a regularizar)	(43 728)	(16 420)
Retenção IRPS - Trabalhadores	(413)	(11 456)
Retenção IRPS - Pensionistas	(1 240)	(9 132)
Outros	(158)	(682)
Total saldo credor	(45 540)	(37 690)

Os saldos a receber do Estado resultam, dos protocolos celebrados com a Direção Geral do Tesouro, no âmbito dos seguintes programas:

- **Pensão Comum** – pensões pagas aos beneficiários das caixas sindicais de previdência das entidades empregadoras transferidas para o sistema de previdência social patrocinado pelo INPS. O saldo representa a dívida acumulada de 2010 a 2019.
- **Pensão Unificada** – pensões pagas aos beneficiários da Administração Pública transferidas para o sistema de previdência social patrocinado pelo INPS, na parcela da responsabilidade do Tesouro. O saldo representa a dívida acumulada desde 2013, tendo sido liquidados durante o exercício de 2019 o montante total de 76 871 milhões de CVE relativos as notas de débito do ultimo trimestre de 2017 e todo o ano de 2018.
- **Reforma antecipada** – representa a parcela remanescente da dívida da Cabnave relacionada com o programa de reforma antecipada dos seus trabalhadores, assumida pelo Tesouro em 2013.
- **REMPE** – representa a parcela do Tributo Especial Unificado - TEU, arrecadado pela Direção Nacional de Receitas do Estado (DNRE), a partir do ano de 2015, às empresas enquadradas no Regime Especial de Micro e Pequenas Empresas (REMPE) e que deverão ser transferidos ao INPS. Os registos foram efetuados em 2017, 2018 e 2019 (ver Notas 21 e 24) com base na informação recolhida junto da DNRE.
- **Fundo de pensões do BCA**- representa a divida dos juros acordados para o ano 2019 sob os TCMF transitados para o INPS em contrapartida da gestão do fundo de pensões privativo.

NOTA 13 – Títulos Negociáveis

Compreendem os bilhetes de tesouro, com maturidade de 6 meses, adquiridos durante o exercício e que não tinham atingido a maturidade à data de 31 de dezembro. Foram remunerados a taxa de juro anual de 1%, ascendo os juros a 8 301 milhões de CVE (2018: 4 302 milhões de CVE) (ver Nota 23).

NOTA 14 – Depósitos Bancários

	mCVE	
	2019	2018
Depósitos a Prazo		
BCA	1 305 214	1 305 189
CECV	5 694 547	5 619 698
BIA	2 242 458	1 992 458
BCN	2 032 035	1 509 176
Ecobank	3 000 000	2 510 000
BAI	2 000 000	2 000 000
BICV	400 000	200 000
Depósito a prazo	16 674 254	15 136 521
Depósitos a ordem		
BCA	1 114 409	962 506
CECV	15 865 518	13 655 743
BIA	1 856 639	1 371 111
BCN	3 048 724	2 527 767
Ecobank	982 719	809 482
BAI	1 981 146	1 909 547
BICV	154 356	61 461
CGD	2 669	3 936
Depósito a ordem	25 006 181	21 301 553
Depósitos bancários	41 680 434	36 438 073

Os depósitos a prazo foram remunerados em 2019 a taxas de juros anuais que variam entre 1,2% e 4,25%, ascendendo os juros a 579 457 milhões de CVE (2018: 518 184 milhões de CVE) (ver Nota 23).

Os estatutos do INPS aprovado pelo DL 40/2014 de agosto de 2014, no seu artigo 38º, define que para os ramos de prestações deverá ser mantida uma reserva de contingência, equivalente a pelo menos três meses de despesas operacionais, estimadas em cerca de 1 004 000 milhões de CVE. Verifica-se, assim, que o definido no referido artigo se encontra salvaguardado pelas disponibilidades.

NOTA 15 - Acréscimos de proveitos

	mCVE	
	2019	2018
Contribuições por receber	1.463.802	1 143 409
Juros e dividendos por receber	595.168	589 270
Convenções Internacionais (ver Nota 11)	131.566	94 216
Total	2 190 536	1 826 895

Contribuições por receber

Esta rubrica integra o montante da especialização dos proveitos correspondentes às contribuições referentes às "folhas de ordenados e salários" relativas aos exercícios anteriores e ao exercício de 2019 rececionadas em 2020.

Juros por receber

O saldo desta rubrica corresponde ao efeito da especialização dos juros correntes das aplicações financeiras, com referência a 31 de dezembro, como segue:

	mCVE	
	2019	2018
Obrigações do Tesouro (ver Nota 6)	320 987	302 031
Depósitos a prazo (ver Nota 14)	247 991	259 598
Obrigações de Empresas (ver Nota 5)	19 944	19 267
Empréstimos de Financiamento	6 247	6 247
Depósitos a Ordem (ver Nota 14)		2 000
Bilhetes do Tesouro		127
	595 168	589 270

NOTA 16 - Situação Líquida

Os movimentos verificados durante o exercício nas contas do Fundo de reservas e de resultados foram os seguintes (em milhões de CVE):

	Saldo inicial	Movimentos em 2019		Saldo final
		(Débito)	Crédito	
Fundo de reservas	69 825 292	-	7 641 511	77 466 803
Resultado do exercício				
2018	-	(7 641 511)	-	-
2019		-	6 963 936	6 963 936
	69 825 292	(7 641 511)	14 605 447	84 430 737

O estudo atuarial realizado com referência à 14 de novembro de 2018, quantifica o valor atual das responsabilidades com as pensões relativas (i) aos direitos dos atuais segurados no ativo e (ii) aos atuais pensionistas, em 69 046 845 milhões de CVE. Neste sentido, conclui-se que o

saldo constante no Fundo de reservas são, suficientes para fazer face àquelas responsabilidades com as Prestações Sociais.

NOTA 17 - Benefícios de previdência e abonos a pagar

O saldo desta rubrica representa os encargos com a previdência social devidos aos beneficiários e os encargos com pensões processados e não pagos à data do balanço, como segue:

	mCVE	
	2 019	2 018
Abonos e prestações complementares	121 548	113 091
Subsídios de doença e de maternidade	51 436	49 996
Pensões	53 635	43 861
Outras Prestações a Pagar	1 735	1 000
	228 355	207 949

NOTA 18 - Credores diversos

O saldo desta rubrica compreende, essencialmente, 95 104 milhões de CVE (2018: 97 607 milhões de CVE) relativos aos saldos por regularizar com o Ministério da Saúde, no âmbito da revisão do protocolo de comparticipação aos custos com assistência médica e medicamentosa.

NOTA 19 - Fornecedores, C/C

O saldo desta rubrica compreende as dividas por regularizar aos fornecedores à data de 31 de dezembro.

NOTA 20 - Acréscimos de custos

Compreendem, essencialmente, despesas processadas no exercício cujo pagamento ocorrerá no exercício seguinte, conforme decomposição abaixo:

	mCVE	
	2019	2018
Abonos e Subsídios	106 150	94 614
Férias, Subsídios de férias e Previdência dos trabalhadores	53 062	49 013
Outros	3 815	3 020
	163 026	146 647

NOTA 21 - Contribuições (Proveitos)

Esta rubrica regista os valores referentes às contribuições declaradas pelos contribuintes. A taxa global de contribuição para a Previdência Social fixada, desde 1983, em 23% sobre as remunerações ilíquidas, foi atualizada para 24,5%, através da Portaria nº 27/2017 de 25 de julho, sendo (i) 8,5% correspondente às contribuições dos trabalhadores e (ii) 16% referentes à entidade empregadora.

Por regime, as contribuições foram como se segue:

Regimes	mCVE	
	2019	2018
Geral		
Trabalhadores por Conta Outrém (TCO)	7 709 919	7 293 770
Serviço Doméstico (SD)	63 288	58 609
Trabalhadores por Conta Própria (TCP)	82 911	75 725
Regime Especial Micro e Pequenas Empresas (REMPE)	603 230	483 643
	8 459 348	7 911 747
Função pública (FP)		
FP Central	2 409 030	2 053 209
Orgãos de Soberania	118 593	183 213
Serviços Autónomos	305 980	638 278
Regime Agente Adm.Pública Local (RAAPL)	339 634	349 448
	3 173 238	3 224 148
	11 632 585	11 135 895

Os valores apresentados no regime REMPE incluem a quotização dos trabalhadores, no montante 207 517 milhões de CVE (2018: 167 881 milhões de CVE) e o Tributo Especial Unificado- TEU, no montante de 395 712 milhões de CVE (2018: milhões de CVE 315 762).

A taxa de cobrança das contribuições teve a seguinte evolução:

	mCVE	
	2019	2018
Declaradas	11 632 585	11 135 895
Cobradas	10.702.938	9 757 905
Taxa de cobrança	92,01%	87,63%

NOTA 22 - Convenções internacionais - Comparticipação e Outros proveitos não especificados

O saldo corresponde à comparticipação dos organismos de segurança social estrangeiros, abaixo identificados, nas despesas incorridas pelo INPS com os seus beneficiários (ver Nota 11) e ainda à mais valia do recebimento antecipado das contribuições até o ano 2035 sob as remunerações do trabalhadores abrangidos pelo programa de reforma antecipada dos TACV:

	mCVE	
	2019	2018
Portugal	68 132	62 047
Holanda	58 447	27 908
Luxemburgo	2 661	2 427
Itália	2 327	1 833
	131 566	94 216

NOTA 23 - Juros

Esta rubrica compreende os juros obtidos das diversas aplicações financeiras, como segue:

	mCVE	
	2019	2018
Obrigações do Tesouro (ver Nota 6)	1 309 207	1 309 781
Depósitos a prazo (ver Nota 14)	579 457	518 184
Depósitos à ordem (ver Nota 14)	162 141	160 376
Obrigações de empresas (ver Nota 5)	86 559	87 397
Financiamento CECV (ver Nota 8)	9 167	10 000
Juros Financiamento Aquisição Viatura	671	452
Títulos de Participação (TCMF) (ver Nota 7)	320	754
Bilhetes do Tesouro	8 301	4 302
	2 155 823	2 091 246

NOTA 24 - Proveitos e Ganhos Extraordinários

O saldo decompõe-se como segue:

	mCVE	
	2019	2018
Anulação de provisões para cobrança duvidosa (ver Notas 11 e 29)	77 249	136 287
Reversão Provisões do Novo Banco (Ver Nota 9)	60 523	102 407
Parcela do TEU do INPS relativos aos anos de 2015 e 2016 (ver Nota 12)	-	-
Outros	1 208	25 964
Total	138 980	264 658

NOTA 25 - Ações de previdência e abonos

Os valores registados nesta rubrica correspondem aos custos suportados pelo INPS com os serviços de Previdência Social prestados aos beneficiários. A natureza destes custos é como segue:

	2019		2018	
	mCVE	%	mCVE	%
Doença e maternidade				
Assistência medicamentosa	826 464	15%	669 070	12%
Despesas com transporte e estadia	734 884	13%	652 348	12%
Compensações ao Ministério da Saúde	399 967	7%	399 697	7%
Subsídio de Doença	218 688	4%	200 088	4%
Óculos	263 881	5%	194 849	4%
Despesas com tratamento estomatológico	191 175	3%	158 877	3%
Subsídio de Maternidade e Paternidade	142 671	3%	123 625	2%
Despesas com Tratamento de fisioterapia	57 114	1%	48 230	1%
Outras	48 359	1%	36 002	1%
	2 883 203	52%	2 482 787	45%
Prestações diferidas		0%		0%
Pensões de Velhice	1 584 374	29%	1 402 271	25%
Pensões de Invalidez	335 476	6%	301 550	5%
Pensões de Sobrevivencia	265 300	5%	244 949	4%
Pensões Complementares	3 395	0%	3 345	0%
	2 188 545	40%	1 952 115	35%
Abono de Família e Prestações Complementares				
Abono de Família	349 657	6%	324 510	6%
Subsidio de Aleitação	30 408	1%	42 128	1%
Subsidio a Deficientes	10 237	0%	9 692	0%
Subsidio de Funeral	10 224	0%	9 252	0%
	400 526	7%	385 583	7%
Desemprego				
Subsidio de Desemprego	44 145	1%	10 550	0%
	44 145	1%	10 550	0%
	5 516 419	100%	4 831 035	100%

O saldo da rubrica Assistência medicamentosa integra, igualmente, as despesas com assistência e outras prestações suportadas pelo INPS com os beneficiários da Segurança Social de organismos estrangeiros. O proveito correspondente, calculado nos termos da convenção vigente, encontra-se evidenciado na rubrica de Proveitos e ganhos - Convenções internacionais - participação (ver Nota 22), por contrapartida da conta-corrente com aqueles organismos.

As Despesas com transporte e estadia compreendem, essencialmente, as despesas com evacuações internas e externas dos beneficiários do INPS.

A rubrica de Compensações ao Ministério da Saúde, compreende os valores transferidos aos diferentes hospitais públicos (regionais e centrais), para fazer face à assistência médica e hospitalar prestada aos beneficiários do INPS, no âmbito do protocolo celebrado entre o INPS e o Ministério da Saúde.

NOTA 26 - Custos com o pessoal

	(mCVE)	
	2019	2018
Ordenados e salários	284 265	260 503
Remunerações Adicionais	70 807	66 515
Encargos sobre remunerações	49 118	44 851
Reforma antecipada	-	-
Outros Custos com o pessoal	10 959	2 260
	415 149	374 128
Número de empregados no final do ano	222	211

NOTA 27 - Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica é composta como segue:

	mCVE	
	2019	2018
Trabalhos especializados	78 728	94 055
Serviços Bancários	25 075	50 245
Vigilância e segurança	20 698	19 675
Electricidade	17 090	16 460
Honorários	8 264	13 085
Deslocações e estadas	6 029	11 566
Limpeza, higiene e conforto	11 930	10 156
Outros fornecimentos e serviços	9 988	10 067
Publicidade e propaganda	4 859	5 016
Rendas e Aluguers	3 808	2 732
Outros, inferiores a mCVE 10 000	38 718	32 761
	225 187	265 819

NOTA 28 - Amortizações do exercício

Compreendem as amortizações das Imobilizações incorpóreas, no montante de 14 067 milhões de CVE (2018: 31 388 milhões de CVE) (ver Nota 2) e das Imobilizações corpóreas, no montante de 83 862 milhões de CVE (2018: 81 186 milhões de CVE) (ver Nota 3).

NOTA 29 - Provisões do exercício - Diversas

Esta rubrica compreende o valor do reforço das provisões para contribuintes de cobrança duvidosa no montante de 441 574 milhões de CVE (2018: 296 356 milhões de CVE) (ver Nota 10).

NOTA 30 - Imposto sobre capitais

Referem-se ao imposto incidente sobre os rendimentos obtidos com as aplicações financeiras (obrigações de empresas, outros títulos financeiros e depósitos a prazo).

NOTA 31 – Custos e perdas extraordinárias

O saldo de 372 339 milhões de CVE (2018: 93 650 milhões de CVE) compreende, essencialmente, correção de receitas de convenção com Portugal em exercícios anteriores que se encontravam sobreavaliados nos períodos de 2011 a 2013 e 2005 a 2019.

NOTA 32 - Eventos subsequentes à data do Balanço

Durante o exercício de 2020, verificaram-se os seguintes acontecimentos relevantes:

- No segundo trimestre de 2019, a Cabo Verde Fast ferry procedeu ao pagamento dos juros do 20º Cupão da série B do empréstimo obrigacionista, no valor de mCVE 9 998, dando indícios assim à retoma de pagamentos dos juros em atraso. No entanto o 21º cupão referente a pagamento de juros e capital do empréstimo deveria ser pago em fevereiro de 2020, mas à data de encerramento do balanço o pagamento do referido cupão não foi efetivado;
- Para fazer face às responsabilidades de pagamento das pensões afetas ao fundo de pensões do BCA, através do acordo tripartido entre o INPS, o Estado de Cabo Verde e o BCA, o Estado adquire, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019, os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) antes pertencentes ao BCA, no valor de 6 433 170 milhões de CVE e estes serão reconvertidos em títulos de crédito à uma taxa de 3%, com maturidade de 20 anos, a favor do INPS. No entanto até à data de fecho do balanço a titularização do título nos termos acordados não foi concretizado.
- O ano 2020 tem sido marcado pelo surto da COVID19, causando fortes impactos nos mercados financeiros e laborais de todo o mundo, tendo sido então declarada como uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde desde março último. O mundo e Cabo verde em particular foi obrigado a aplicação de uma série de medidas para fazer face aos desafios impostos pelo novo contexto, medidas essas que atingiram fortemente o Instituto Nacional de Previdência Social. Desde já, para atender às medidas de mitigação ao desemprego criadas pelo governo, no segundo trimestre de 2020, o INPS viu-se obrigado à revisão do seu orçamento inicial e aprovação de um novo orçamento contemplando medidas extraordinárias de combate ao COVID com impactos não só a nível do funcionamento normal do instituto, mas fundamentalmente ao nível de atendimento das prestações. O Corona vírus que obrigou o país a 2 estados de emergência nacional que desembocaram na paralisação de boa parte das atividades económicas, nomeadamente ao próprio encerramento das fronteiras teve impactos nefastos ao nível do emprego que ainda se encontram em fase de mensuração. O conselho diretivo e a comissão executiva do INPS além da revisão do orçamento inicial tem vindo a acompanhar as medidas implementadas pelo governo defendendo o interesse dos contribuintes, beneficiários, segurados e demais parceiros do sistema de previdência social em Cabo verde, sendo que à data do

balanço a quantificação das medidas adoptadas na actual conjuntura estão espelhados no quadro abaixo:

Quadro 1				
Prestações Atribuídas pa a Mitigação da Pandemia COVID-19				
Período de 27 de Março a 15 de Outubro				
Pedidos de Prestações	Recebidos	Tratados (2)	Pedidos Satisfeitos	
			N.º beneficiários	Valores Pagos
Subsídios de Desemprego _ Regime Geral (1)	2 140	1 948	1 046	53 755 459,00
Subsídios de Desemprego _ COVID-19	514	514	395	29 098 204,00
Subsídios de Isolamento Profilático (3)	1 439	1 200	967	13 120 624,00
RSO- REMPE - I Fase			4 022	40 220 000,00
RSO- Regime Doméstico/REMPE	332	326	193	1 930 000,00
Suspensão Contrato Trabalho (I Fase)			15 949	618 586 196,00
Suspensão Contrato Trabalho (II Fase)	450	440	7 412	391 510 899,00
Total	4 875	4 428	29 984	1 148 221 382,00



**INSTITUTO NACIONAL
DE PREVIDENCIA SOCIAL**